

MÓVIMENTO

5 ANOS

Cinco anos contra a opressão

Terror: a suspeita explosão na Imbel

A explosão em uma fábrica da Imbel pode ser uma "queima de arquivo". P. 5

Bio-rítmo: entenda os seus bons e maus dias

As explicações para os mais de 150 processos bio-rítmos do corpo humano. P. 20

Inesperada ofensiva do Irá de Khomeini

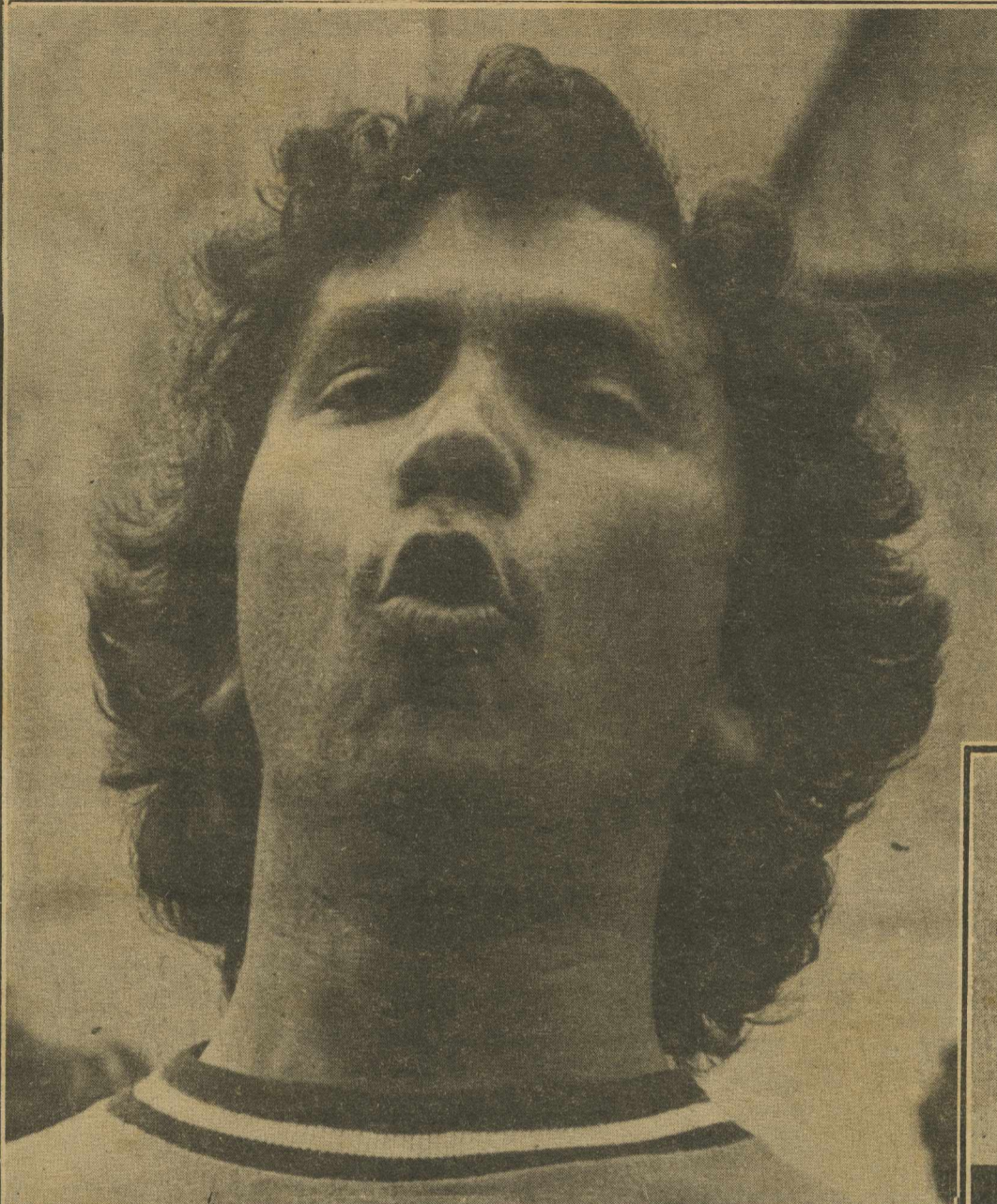
A guerra do Golfo Pérsico pode entrar em uma nova fase nesta semana. P. 16 a 18



Ennio Brauns

**Uma entrevista
exclusiva com
Waldemar Rossi**

P.8e9

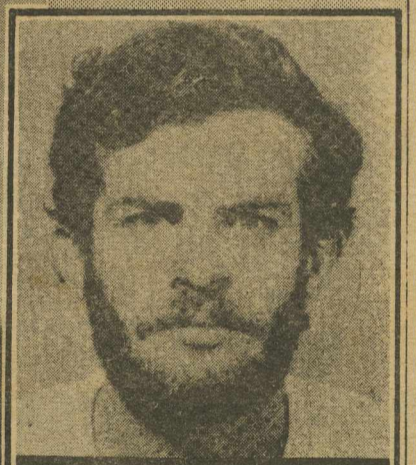


Ricardo Malta/Agência F4

A preparação política do maior congresso da UNE

FALA RUI, O LÍDER DA UNE

P.6



**Honestino,
sete anos
depois**
P.7

CONSELHO DE DIREÇÃO

Agostinho Gizé, Alcy Linhares, Álvaro A. Caropreso, Antônio Carlos Ferreira, Antônio Carlos Queiroz, Armando Boito, Armando Sartori, Célia R. de Souza, Conrado Jr., Delzir A. Mathias, Duarte Pereira, Flávio Carvalho, Igor Fuser, Jacira Venâncio, José Calixto de Alencar, José Crisóstomo de Souza, Lia Ribeiro Dias, Luiz Bernardes, Luiz Carlos Antero, Luiz Maklouf de Carvalho, Luiz Pedro, Márcio Bueno, Marcos Gomes, Murilo Carvalho, Paulo Koza, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Roberto Martins, Roldão Oliveira, Tiberio Canuto e Washington Oliveira.

CONSELHO EDITORIAL DE MOVIMENTO

Alencar Furtado, André Foster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas Boas, Hermilo Borba Filho (1912-1976).

DIRETORIA DE EDIÇÃO S/A

Raimundo Rodrigues Pereira (presidente), Antonio Carlos Ferreira (diretor-geral), Paulo Koza (diretor de operações), Perseu Abramo, Duarte Pereira, Célia Regina de Souza e Roldão Oliveira (diretores-adjuntos).

Movimento é uma publicação de Edição S/A - Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, Brasil. Telefones: 210-6622 e 210-6744. Belo Horizonte: Av. Amazonas, 135, sala 509 - Edifício Codó-Minas, 224-7605. Salvador: Rua Caetano Moura, 16, tel. 245-2861, Federação. Distribuição: Abril SA - Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 575, tel. 65-5115. Composto e impresso nas oficinas da Cia. Editora Jorvês, Rua Gastão da Cunha, 49, tel. 531-8900, São Paulo. Material Internacional Via Varig.

SERVÍCIOS INTERNACIONAIS

Le Monde

Agora, o Proóleo — Com a evidência de que a economia nacional pode entrar em colapso em virtude de uma guerra no Golfo Pérsico, os estrategistas da política energética brasileira podem ter visto mais claramente que o Proálcool é um programa para garantir o supérfluo — porque ele pode vir a garantir apenas que os carros de passeio continuem rodando, já que não substitui o óleo diesel dos caminhões. Diante disso, e como no governo não há erro grande que não seja corrigido com erro ainda maior, ressurgiu agora com ênfase o projeto do Proóleo, programa de produção de óleos vegetais para utilização no motor diesel dos caminhões de transporte de carga. Embora tenha objetivos mais nobres, o Proóleo, no entanto, tem o mesmo defeito do Proálcool: consome áreas destinadas à produção de alimentos. O professor Fernando Homem de Melo, calculou as áreas agrícolas necessárias para substituir 20% do diesel a ser usado como combustível em 1985, ou seja, 5 bilhões de litros. Mesmo supondo condições ultrafavoráveis de operação, os resultados são mesmo absurdos, como mostra a tabela abaixo. (Ele supôs que 105% da mistura

OS CAMINHÕES COMERIAM DIVERSAS LAVOURAS

Quantas vezes seria necessário reproduzir a área plantada em 1980 para conseguir substituir, com cada uma das culturas abaixo, 20% do diesel a ser usado em 1985.

Algodão	35 vezes
Mamona	35 vezes
Soja	1,5 vez
Girassol	116 vezes
Amendoim	26 vezes
Coco	48 vezes

óleo vegetal-diesel teriam o mesmo rendimento de um combustível 100% diesel; e que o rendimento agrícola em 1985 no Sul seria 10% superior ao de 80 e, no Norte, 100% superior.

Eletrobrás, quem vai pagar — Vem aí um novo aumento das tarifas de energia elétrica. Essa é a saída que o governo está preparando para a grave crise por que passa a Eletrobrás (135 mil funcionários, dívida externa de 7,3 bilhões de dólares). Da crise, algumas revelações: a empresa toma dinheiro emprestado no exterior para pagar salários atrasados e perdeu 18 bilhões de cruzeiros só com os reajustes nas taxas de juros internacionais.

E a família, como vai? A política oficial da Igreja para as questões da família — sobre o aborto, as relações pré-conjugais, o divórcio, a pílula e outras — são vivamente repudiadas, mesmo entre os católicos, salvo na questão do aborto. É o que sugerem pesquisas de revistas católicas francesas, por ocasião do Sínodo de Roma sobre a "missão da família cristã no mundo contemporâneo". Alguns resultados: 39% dos franceses e 53% dos jovens de menos de 25 anos "não esperam nada da Igreja" nesses assuntos; para eles, a moral sexual e conjugal de Roma é retrógrada; embora a quase unanimidade dos católicos seja hostil ao aborto, só uma minoria recusa a pílula; para o conjunto dos franceses, como para os praticantes católicos, a principal ameaça à família não é a coabitação entre os jovens mas o desemprego.

- (1) Folha de S. Paulo, 28.9.80
(2) La Vie, 25.9.80 e La Croix, 24.9.80

Raimundo Rodrigues Pereira

DÍVIDA EXTERNA

Está chegando a hora da verdade

E o capital estrangeiro olha os bancos nacionais com cobiça.

A dívida externa brasileira cresce dia-a-dia. Delfim Netto e os grandes banqueiros internacionais trocam visitas cada vez com maior freqüência. Mas as declarações oficiais brasileiras sobre a dívida e estas viagens são sempre as mesmas: não há porque ter preocupação, tudo está ótimo, sob controle, o Brasil goza da confiança dos meios financeiros internacionais. Após o seu último giro bancário e a propósito das especulações de que o Brasil terá, em breve, de sujeitar-se às condições do Fundo Monetário Internacional para obter empréstimos vitais, o ministro Delfim Netto saiu-se com esta: "Não, o Brasil não vai ao FMI. O FMI é que precisa de nós". (1)

Por trás dessas fanfarronadas, no entanto, vai-se reforçando entre os estudiosos da situação econômica brasileira, a convicção de que o Brasil está prestes a uma nova e perigosa concessão ao grande capital internacional e que consistiria na "internacionalização" do sistema bancário comercial brasileiro, um dos poucos ainda relativamente controlado por empresários nacionais.

Na semana retrasada, *Movimento* apontava um dos passos iniciais que o governo estaria dando nesta direção ao reformular o seu sistema de concessão de cartas-patentes. O Próprio Delfim Netto confirmou pressões no mesmo sentido ao comentar declarações do vice-presidente do *Morgan*, um banco americano, de que o Brasil seria forçado a aceitar as instruções do FMI: "O Morgan está há anos tentando abrir uma agência no Brasil e acredita que a nossa vinculação com o FMI traria a internacionalização do sistema bancário e, conseqüentemente, a sua meta seria atingida".

Os bancos comerciais: gigantes, lucrativos e (ainda) nacionais.

Comparação do faturamento, lucro e capital estrangeiro entre as 50 maiores empresas e os 50 maiores bancos. (1)

EMPRESAS	BANCOS
estrangeiros	
42%	14%
nacionais	
22%	56%
estatais	
36%	30%
vendas (Cr\$)	
1,67 trilhões	1,72 trilhões
lucros (Cr\$)	
86,3 bilhões	30,9 bilhões

(1) Exame, "Maiores e Melhores", setembro 1980

Não se trata, porém, de uma trama do Morgan, de um fato isolado. É a própria natureza do desenvolvimento capitalista recente do Brasil que torna a desnacionalização do setor bancário uma "necessidade". Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, economista e professor na Universidade de Campinas, diz que as empresas internacionais instaladas no país exigem mecanismos de utilização de recursos no seu estilo. "A assimetria existente entre a internacionalização do aparelho produtivo e a predominância do capital nacional no sistema financeiro não pode durar muito tempo", diz ele.

E, de fato, o estranho, hoje, na economia nacional é que existam, ainda, setores poderosos e lucrativos nas mãos de capitalistas nacionais. Recentemente, *Movimento* publicou um estudo especial, agora editado em livro, que mostrava o impressionante controle do capital estrangeiro sobre os

principais setores da economia nacional: automóveis (99,8%), autopeças (63,7%), bebidas e fumo (63,8%), eletroeletrônica (77,9%), farmacêutico (100%), higiene e limpeza (75,4%), máquinas e equipamentos (59,4%), material de escritório (84,4%), material de transporte (58,8%), plásticos e borracha (74,1%), têxtil (70,6%), comércio atacadista (50,1%), distribuição de petróleo (61,2%). Sob controle privado nacional ficaram setores de menor tecnologia e menor peso, em geral: a construção pesada, a indústria editorial e gráfica, a metalúrgica, a de minerais não metálicos, de papel e celulose, confecções, madeira e móveis, a agropecuária, o comércio varejista, de publicidade, de revenda de veículos e o setor de supermercados. E, com destaque, o setor bancário.

O controle acionário do sistema bancário nacional pelo capital estrangeiro, como agora se delineia, teria profundas implicações econômicas e políticas e representaria um salto de qualidade no processo de entrega da economia do país. Os grandes bancos privados nacionais — Bradesco, Itaú, Unibanco, Nacional, Real, Bamerindus, Econômico, Comind — são estabelecimentos gigantescos, que movimentam enormes massas de lucros e riquezas, têm poder decisivo sobre a colocação de parcela significativa dos recursos gerados no país. O Bradesco, por exemplo, o primeiro grande banco privado nacional, é uma instituição quase como a Volks, em termos de capital; em 1979 emprestou 73,8 bilhões de cruzeiros, tendo um lucro líquido de 3,2 bilhões, enquanto a Volks, a terceira maior empresa do país (vem logo após a Petrobrás e a Souza Cruz) em 79 vendeu 64,8 bilhões, com um lucro de 1,7 bilhão de cruzeiros.

Além disso, o sistema bancário privado tem enorme peso político. Basta ver que uma lista de grandes executivos dos principais bancos é também uma lista de grandes nomes da política oficial: Olavo Setubal (Itaú), Laudo Natel (Bradesco), Magalhães Pinto (Nacional), Calmon de Sá (Econômico), Simonsen (Bozano-Simonsen), Roberto Konder Bornhausen (Unibanco), Herbert Levy (Mercantil), Paulo Egydio (Comind).

A desnacionalização desse setor pode ser facilitada pela própria visão política desses empresários. Eles consolidaram nos últimos anos a sua aliança política e econômica com os empresários estrangeiros e são todos defensores do modelo de "interdependência". A posição de Olavo Setubal, político liberal em grande evidência hoje, é um exemplo da disposição que pode levar à desnacionalização. Recentemente, ele dizia que o setor bancário privado estava "entre a cruz e a caldeirinha": de um lado, o grande capital internacional e, de outro, o Estado. Setubal, como os demais banqueiros, alega que vive sob o espectro da "estatização". E já sob uma tutela estatal muito grande: o Branco Central fixa o quanto de depósitos deve ser retido compulsoriamente, fixa a parcela de depósitos a ser emprestada à agricultura, à pequena e média empresa etc. E, nessa encruzilhada, a melhor opção seria, então, a de uma aliança com o capital estrangeiro, que tem duas vantagens inegáveis para eles: consolidaria o sistema de livre empresa no Brasil e tornaria muito mais difícil a estatização. E, de fato, uma coisa é o governo atual decidir encampar o banco de Paulo Egydio; outra coisa é decidir encampar o Lar Brasileiro, do David Rockefeller...

Se, para alguns liberais, o processo de "internacionalização dos bancos" contribui para "resolver" o grave impasse em que se encontra a economia nacional, para os setores populares a desnacionalização do sistema bancário só contribuiria para, a médio e longo prazo, acelerar a evasão de recursos do país para o exterior agravando as desigualdades sociais e atrasando e deformando o nosso desenvolvimento econômico.

- (1) Veja, 01/10/80
(2) Movimento, 22 a 28/09/80
(3) Folha de S. Paulo, 28/09/80
(4) Ricardo Bueno, Movimento: "O ABC do entreguismo no Brasil", Editora Vozes, Petrópolis, 1980
(5) Exame, edição especial "Maiores e Melhores", setembro 1980.

O todo poderoso executivo

O servilismo do PDS deve entrar em cena para rejeitar a tímida emenda Marcílio



Fotos Luis Humberto Ag/F4

Marcílio: irritado

Marinho: a alternativa

O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), presidente da Comissão Mista encarregada de examinar a emenda Flávio Marcílio, comemorava na última quarta-feira a derrubada do parecer contrário do senador Aloísio Chaves (PDS-PA), quando um repórter lhe perguntou: "E agora?" "Agora — disse Veiga — nós aprovamos o parecer do Célio e depois eles (o PDS) devem rejeitar tudo no plenário".

De fato, mais uma vez o costumeiro servilismo dos parlamentares do Arenão deverá entrar em cena, ou para votar contra ou para negar quórum e arquivar esta emenda que, apesar de ser extremamente tímida, devolveria ao Congresso Nacional algumas de suas prerrogativas enterradas pela Junta Militar em 1969. Também desta vez o governo alega inoportunidade para adotar medidas que alargariam a "abertura". Esta, segundo o figurino oficial, deve continuar mas sempre como um processo controlado. Quem não compreende esta condição não pode entender o comportamento e a estratégia do Palácio do Planalto. O que são os decretos-leis (leis feitas pelo Executivo), a aprovação de projetos do Executivo por decurso de prazo, a votação em aberto dos vetos presidenciais e o enquadramento de parlamentares na Lei de Segurança Nacional são instrumentos para este controle?

O fim do decurso de prazo e a restituição das imunidades parlamentares são os dois pontos capitais da emenda Flávio Marcílio. Para o primeiro caso, o projeto propõe que a "falta de deliberação dentro do tempo estipulado (...) sobrestará (suspenderá) a votação de qualquer matéria até a apreciação dos projetos cujos prazos estiverem vencidos". No segundo caso, a emenda restitui a inviolabilidade do parlamentar por suas opiniões, palavras e votos e, ao contrário do que ocorre atualmente, o deputado ou senador só poderia ser processado com base na Lei de Segurança Nacional se a sua respectiva Câmara conceder a licença. No relatório do senador Aloísio Chaves o decurso de prazo apenas é esticado por mais cinco sessões e a inviolabilidade é simplesmente rejeitada. Segundo Chaves, a inviolabilidade não será restituída agora porque existiriam "núcleos de resistência" entre setores do governo (ler militares). Setores que, sem dúvida nenhuma, escolheram os deputados João Cunha e Genival Tourinho como pretexto e exemplo do que ocorreria caso os parlamentares tivessem mais liberdade.

Acompanhado por Célio Borja e Djalma Marinho, o deputado Flávio Marcílio convocou a imprensa na quarta-feira para ditar violentas críticas ao parecer do senador paraense, "que frustrou as esperanças de parlamentares de todos os

partidos" e que "fere frontalmente o programa do PDS, que defende, entre outros princípios, a valorização do Poder Legislativo". Poucas horas mais tarde, o parecer seria rechaçado na Comissão Mista por 11 a 10, graças aos votos de Célio Borja e, para surpresa da liderança do PDS, do deputado goiano Siqueira Campos, ex-membro do grupo frontista, que volta e meia se rebela contra a orientação do governo. Desta vez, o voto de Campos foi uma represália ao governador Ari Valadão, com quem está brigado. Isto poderá lhe custar, contudo, a demissão de sua filha de um cargo no INAMPS. "Se demitirem, a briga será comigo", irritou-se Flávio Marcílio ao saber da ameaça.

Esse tipo de divergência — circunstancial e quase sempre por interesses particulares — e não uma questão de princípios é o que melhor explica os arroubos de independência que de vez em quando acometem alguns pedessistas, como o próprio Marcílio. Há pouco tempo, Marcílio chegou a empolgar alguns setores da oposição com as emendas que melhoravam o Estatuto dos Estrangeiros, mas afinal acabou traindo o compromisso e apoiando o governo. Outro que sempre tem votado com o governo é o experiente Djalma Marinho, tido ainda por muitos como liberal. Dos pedessistas tidos por liberais, um dos únicos que mantêm certa coerência é Célio Borja, que não se dá com o general Golbery do Couto e Silva desde que deixou a presidência da Câmara. (1)

A disputa por esse cargo, aliás, pode ser um dos motivos da atual "rebelião": o grupo de Marcílio luta pela sua reeleição mas tem a alternativa de Djalma Marinho, enquanto o candidato do Planalto seria o líder Néelson Marchezan, embora o deputado Rafael Baldacci, (SP), amigo íntimo de Golbery, não esteja descartado. (2) (Antonio Carlos Queiroz, de Brasília)

(1) Célio Borja, ex-presidente da Câmara dos Deputados, que, juntamente com o presidente do Senado, Luiz Viana Filho, Flávio Marcílio e Djalma Marinho, elaborou a emenda Marcílio. Na verdade não existe um "parecer do Célio". Derrotado o parecer do relator, Pimenta da Veiga designou Borja para elaborar o "relatório do vencido", espécie de ata do que ocorreu naquela reunião e que não é objeto de votação. O que fica valendo é a emenda original de Flávio Marcílio, que deverá ser votada até o dia 16 de outubro, prazo fatal para seu arquivamento.

(2) Djalma Marinho foi quem relatou contra a concessão da licença para o processo do deputado Márcio Moreira Alves, estopim da crise que antecedeu a edição do AI-5 em dezembro de 1968.

IMUNIDADES/HISTÓRIA

As lições dos gregos

Tomada ao pé da letra, a divisão do Estado em três poderes distintos proposta por Montesquieu é um mistério tão incompreensível como a Santíssima Trindade. Como dividir um poder que é unitário, da classe dominante? Hoje, os liberais franceses já compreendem a fórmula de Montesquieu como a simples divisão de funções no seio do mesmo poder. Naturalmente funções diversas exigem instrumentos diversos, daí o surgimento das competências e prerrogativas seja do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo.

A prova disso é que em todas as democracias burguesas onde são nítidos os três poderes, aquele que é mais concentrado — o Executivo — é o que dá as cartas ao final das contas. Na França, por exemplo, os partidos da oposição também acusam o Executivo de cercar o papel do Legislativo, assim como no Brasil fazem o PMDB, o PT, o PDT e o PP. Só que a França é uma democracia burguesa — onde a sociedade civil é mais organizada e tem mais força diante do Estado — e o Brasil é uma ditadura militar. E por isso que a luta pelas prerrogativas do Poder Legislativo no Brasil é também a luta pela maior organização do povo contra o Estado.

Toda esta discussão é suscitada pela emenda Flávio Marcílio, que apenas toca no problema da independência do poder legislativo, garroteado violentamente, primeiro pelo AI-5 e depois pela Emenda Constitucional nº 1 da Junta Militar que sucedeu o general Costa e Silva em 1969. O jurista Seabra Fagundes, em palestra que proferiu na Comissão Mista que examinou a Emenda Flávio Marcílio, apontou algumas das restrições sofridas hoje pelo Congresso:

1) A limitação dos requerimentos de informação dirigidos ao Palácio do Planalto e aos Ministros e órgãos públicos federais.

2) A limitação do número das Comissões Parlamentares de Inquérito (só podem funcionar cinco ao mesmo tempo em cada casa).

3) A inviolabilidade do mandato parlamentar, que não existe. Qualquer deputado ou senador pode ser enquadrado na LSN, mesmo pelos discursos que faça no Congresso.

4) A tramitação a toque de caixa — por decurso de prazo — dos projetos elaborados pelo Planalto.

5) A votação aberta dos vetos presidenciais, como forma de pressão do governo sobre a bancada do PDS.

6) A proibição de elaboração pelo Legislativo de leis que criem despesas.

7) O decreto-lei, verdadeira lei elaborada e decretada pelo Executivo e não pelo Legislativo.

A Emenda Flávio Marcílio resolve, parcialmente, apenas três dessas limitações: a questão da imunidade, o decurso de prazo e a votação do veto presidencial.

AS IMUNIDADES

As imunidades parlamentares surgiram antes mesmo da existência do Parlamento. Seu embrião despontou na democracia direta da Grécia, onde o "povo" — ou mais precisamente, os homens livres, já que os escravos eram excluídos — se reunia em praça pública para votar as leis. O orador na tribuna era sagrado e ficava imune até mesmo contra a ira dos deuses. Mas foi na Inglaterra, no século XIV, que surgiram as imunidades tais como são hoje conhecidas, embora apenas em 1689 elas tenham conquistado foro jurídico, através da Declaração de Direitos (Bill of Rights):

As idéias do Bill of Rights percorreram a França, os Estados Unidos, a Alemanha, a Espanha, Portugal e por esta via chegaram ao Brasil, antes mesmo da nossa primeira Constituição em 1824, através das "Bases da Constituição" promulgadas pelas Cortes Portuguesas e reconhecidas pelo regente, o príncipe

D. Pedro I. Todas as Constituições brasileiras — à exceção da "Polaca" de 1937 e a da Junta Militar de 1969 — reconheceram as imunidades parlamentares de forma ampla.

São dois os tipos de imunidades. A primeira — a chamada imunidade material ou inviolabilidade — protege o parlamentar de ser incriminado por suas opiniões, palavras e votos no exercício do seu mandato. Ela é ilimitada no tempo (válida, portanto, mesmo depois de vencido o mandato) e irrenunciável. Não existe no Brasil, onde os deputados e senadores — como ocorre agora com João Cunha e Genival Tourinho — podem ser enquadrados, julgados e presos sem licença do Congresso com base nos 56 amplíssimos e ambíguos dispositivos imputáveis da LSN.

A segunda — ou imunidade processual — protege o parlamentar de ser preso ou processado sem licença de sua Câmara por delitos cometidos fora das suas funções parlamentares. De maneira geral, esta imunidade é respeitada no Brasil.

O DECURSO DE PRAZO

Pela atual legislação o Presidente da República, ao enviar seus projetos ao Congresso, pode pedir urgência na sua tramitação alegando "relevante interesse público": o prazo de tramitação passa a ser de 45 dias em ambas as casas ou 40 dias em sessão conjunta da Câmara e Senado. Este expediente é considerado um dos principais entraves ao trabalho do Congresso, que assim é impedido de efetivamente discutir os projetos elaborados no Palácio do Planalto, como foi o caso do Estatuto dos Estrangeiros. No prazo fatal, o projeto que não foi deliberado, fica automaticamente aprovado. Isto não tem paralelo em nenhum lugar do mundo, a não ser na Itália onde, porém, os projetos são rejeitados ao final do prazo — aliás como ocorre no Brasil, quando as leis são de autoria do Legislativo — e na República dos Camarões.

DECRETOS-LEIS

A Emenda Flávio Marcílio apenas arranha o decreto-lei, instrumento normalmente usado pelo Executivo em qualquer democracia burguesa na época do recesso parlamentar, mas que aqui é de uso diário. Pela emenda, o Executivo deixa de editar decretos-leis que tratem de matéria tributária ou que criem e extingam cargos públicos e fixem vencimentos dos servidores da União, sob a alegação do direito do "no taxation without representation" (nenhuma tributação sem representação).

Os decretos-leis foram introduzidos no Brasil pela ditadura de Vargas, também pródigo em usá-los. Certa vez Vargas decretou por este expediente o instituto do divórcio, que vigorou por 48 horas, para beneficiar o ex-senador Amaral Peixoto, que era desquitado, e assim pôde casar-se com a sua filha, Alzira Vargas.

DECRETOS SECRETOS

Talvez a mais original fórmula para legislar em todo o mundo. Para combater a guerrilha do Araguaia, o ex-presidente Emílio Médici decretou o primeiro decreto secreto ou reservado. Desde então já foram editados 11 decretos deste tipo (até o dia 18 de março deste ano). Médici elaborou 4 e, por incrível que pareça, o general João Figueiredo com toda a sua "abertura" fez os outros sete.

A denúncia dessas perolas da curiosidade mundial foi feita pelo vice-líder do PMDB, Osvaldo Macedo, que explica que o conhecimento da existência dessas leis destinadas a garantir a segurança nacional só é possível através do Diário Oficial, que publica as suas súmulas. (ACQ)

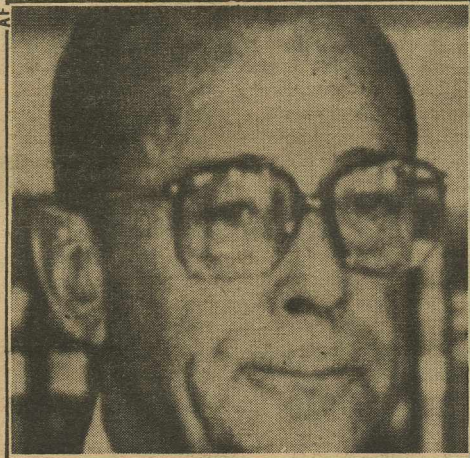
Troca-se máquinas por vinhos

Portas abertas aos capitais, aos negócios, aos bancos brasileiros

“Os países latino-americanos passarão daqui para a frente a gravitar em torno do Brasil”, disse recentemente um dos integrantes da Junta militar chilena, em visita a Brasília. Para confirmar a profecia o presidente Figueiredo inicia nesta semana sua visita a Santiago onde, entre outras coisas, deverá fazer certas correções na órbita comercial do país de Pinochet.

Embora sem o espalhamento que cercou a viagem presidencial à Argentina, em maio, Figueiredo deverá agora chefiar uma delegação de 200 empresários brasileiros, deixando claro a importância do Chile: nosso segundo parceiro na América Latina (atrás apenas da própria Argentina), com trocas comerciais crescentes, atingindo este ano o volume de 750 milhões de dólares.

O acerto maior a ser feito deverá inclinar ainda mais em favor do Brasil uma tendência recente da balança comercial entre os dois países, tradicionalmente favorável ao Chile devido principalmente ao maior produto da pauta de exportações chilenas, o cobre. Pinochet mesmo deu recentemente a indicação de como o Brasil poderá transformar seus déficits em superávits: além de comentar que os chilenos “não se interessam por política” e “estão satisfeitos com isso”, o chefe da Junta declarou que pretendia instalar televisores a cores na casa de três chilenos em cada dez. Assim, à medida que diminui, segundo alguns analistas, suas compras de cobre (com a pretensão de se tornar autosuficiente), o Brasil pretende manter suas vendas de equipamentos industriais e maquinaria pesada, aumentando ao mesmo tempo e rapidamente suas exportações de bens de



Generais Figueiredo e Pinochet; televisores a cores em vez de liberdade

consumo imediato e de eletrodomésticos. As Lojas Brasileiras querem aproveitar a viagem de Figueiredo para abrir uma filial num shopping center de Santiago, com a possibilidade “de orientar um fluxo de produtos que ainda não constam da pauta de exportação, como linhas, agulhas, pentes”, segundo um dirigente do grupo.

Um vasto campo de negociações

Apesar desse esforço, o Brasil pretende entrar diretamente no negócio do cobre. Segundo se espera, a maior transação específica a ser realizada nessa viagem diz respeito a uma *joint venture* entre brasileiros e chilenos para a exploração do metal. Assim, ao lado das exportações, o Brasil incrementaria seus investimentos no Chile, área até agora dominada em cerca de 90% pelos EUA (o Brasil tem uma fatia mínima, bem abaixo do 1%).

Essas tendências mostram a espécie de gravitação que Figueiredo pretende consolidar entre Brasil e Chile: o segundo se tornando efetivamente um fornecedor de produtos agrícolas e matérias-primas, o primeiro, cada vez mais, de produtos manufaturados. Essa divisão já existe. O item mais importante da pauta brasileira é o automóvel, com um volume de 72 milhões de dólares sobre o total de US\$ 192 milhões das vendas brasileiras. O próximo é um item novo, barcos (US\$ 24 milhões); em seguida vêm máquinas para papel, chassis de veículos, açúcar refinado, motores e máquinas para indústria. O Chile fornece cobre (US\$ 156 milhões sobre o total de 267 milhões), celulose (US\$ 18 milhões), óxido de molibdênio, molibdênio, papel jornal, salitre, artigos de alimentação (vinho, nozes, uvas frescas, cevada, alho etc). Esses dados são de 1978.

Um dos grandes veios das expor-

tações brasileiras pode ser o item de armamentos. O chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, declarou, no começo do ano, que o Brasil poderia suprir as armas que os EUA não fornecem ao Chile devido ao boicote imposto a Pinochet pela questão dos direitos humanos. Segundo um ex-adido militar chileno no Brasil, “não precisamos buscar longe as armas que podemos comprar mais perto. Daí comprarmos do nosso maior fornecedor, que é o Brasil”. Dos aviões, a marinha chilena já usa o Bandeirantes da Embraer, e a força aérea está examinando o Xavante, possível substituto dos obsoletos T-27 americanos.

A fé no “livre comércio”

A grande vantagem do Chile como “parceiro” comercial e econômico é a sua fé no “livre comércio”. Pinochet arrombou as portas do país aos capitais internacionais, criando facilidades, isenções de impostos, derrubando as leis de proteção à indústria nacional, estabelecendo liberdade quase absoluta de preços (sob a ideia de que o controle de preços pelo monopólio se dá melhor através da concorrência no mercado internacional). Uma dessas portas escancaradas foi o fim do tabelamento dos juros existente sob Allende (o presidente assassinado por Pinochet em 73). Essa “abertura” provocou uma corrida dos bancos internacionais ao Chile, entre os quais os brasileiros não são os menos agressivos. Desses últimos, estão aumentando sua penetração principalmente o Banco Real, o Banespa, o Safra e a Comind Interconsult (subsidiária do Banco Comércio e Indústria). (Flávia Dieguez)

TELEVISÃO

Mais força para as “sete irmãs”

As duas novas redes nacionais de Tevê serão dadas aos membros de um pequeno clube

As “sete irmãs” do setor de comunicações no Brasil poderão se tornar apenas seis até o final do ano, prazo que o governo considera suficiente para estarem em funcionamento as duas novas redes de televisão a serem criadas a partir dos escombros da Tevê Tupi, dos Diários Associados, e da Tevê Excelsior de São Paulo (antigo canal nove). Nove grupos empresariais apresentaram propostas na semana passada esperando obter a concessão das redes, mas segundo algumas informações, estas já teriam donos: a Editora Abril e o Jornal do Brasil, justamente dois dos sete grandes grupos que controlam a imprensa brasileira (dos quais a Tupi fazia parte).

Mais concentração

A composição dos grupos candidatos, afóra novidades esdrúxulas, já aponta com grande probabilidade para uma concentração ainda maior do controle sobre a imprensa por parte dos grandes conglomerados. Das nove empresas (algumas criadas expressamente com este objetivo), cinco são parte de

grupos sabidamente poderosos: Rádio Jornal do Brasil Ltda, Televisão Abril Ltda, Televisão Manchete Ltda (grupo Bloch), Sistema Brasileiro de Televisão (grupo Silvio Santos), Visão Rádio e Televisão (grupo Maksoud). Nesse primeiro conjunto talvez se pudesse incluir ainda a Rádio e Televisão Universitária Metropolitana, ligada à Rádio Capital. Os outros são a Rede Piratiniga de Rádio e Televisão (que tem entre os seus cotistas o general Sizen Sarmento), o Sistema Brasileiro de Comunicações (de Roberto Farias) e a Rede Rondon de Comunicações.

O Jornal do Brasil, a Abril, o grupo Bloch e o grupo Silvio Santos estão entre os nomes mais poderosos do setor; os três primeiros já compunham as chamadas “sete irmãs”, junto com o grupo Globo, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e os Diários Associados (estes últimos, decadentes, sofreram um golpe duro com a perda da rede Tupi). O “clube dos sete” em conjunto domina no Brasil: a televisão (Globo); parte importante das rádios (Globo, Estado, Jornal do Brasil, Bloch, Associados); os grandes jornais diários (Globo, Associados, JB, Es-

tado, Folhas), revistas e fascículos (Abril, Globo, Bloch); as agências de notícia (Estado, JB, Folhas); a distribuição de publicações (Abril, principalmente); além do parque gráfico (Globo, Estado, Folha etc.). Na indústria gráfica em geral, a Abril detém cerca de 15% de todo o patrimônio líquido do setor e 22% do faturamento. Dentre os 208 diários brasileiros, apenas a Folha, o Estado e o JB concentram 46% do patrimônio líquido e 52% do faturamento.

Poucos, mas poderosos

Os quatro principais concorrentes foram relacionados pela revista *Exame*, “Melhores e Maiores”, de 1980, segundo sua receita operacional bruta: a Abril Cultural lidera o setor de comunicações com uma receita de 5,9 bilhões de cruzeiros; e a Editora Abril aparece em quarto lugar (3 bilhões). O JB aparece em oitavo (1,8 bilhão); a Bloch Editores em nono (1,7 bilhão); e a Record (Silvio Santos) em décimo-oitavo (0,5 bilhão). Não se deve es-

quecer que Silvio Santos tem investimentos em muitas outras áreas econômicas. A Abril Cultural e a Editora Abril aparecem na lista das 500 maiores empresas do país da *Exame*, respectivamente em 78° e 226° lugares; O JB é a 412ª empresa do país e a Bloch a 449ª.

A força editorial e de distribuição da Abril será muito ampliada com a entrada no setor de televisão, do mesmo modo que o JB ampliará a força que tinha nos diários e no rádio. Em tese, as pretensões para a entrada nessa nova área deveriam ser julgadas pelo governo com base na capacidade de absorver o mais completamente possível o pessoal desempregado da Tupi; de começar a operar no prazo mais curto; de usar a maior quantidade de equipamento já existente; e também por seu poder econômico. Mas esse último item parece ter deixado os outros para trás, nos critérios do governo, que prefere que o controle econômico do país fique em mãos de poucos e poderosos.

(F.D.)

TERROR - I

A suspeita explosão na Imbel

A explosão na Fábrica Estrela pode ter sido proposital

“Em 30 dias muitos casos piores já morreram pelo esquecimento. Pelo menos temos de reconhecer que no caso do atentado à OAB o fato é lembrado a cada dia. E isso se deve em grande parte à atuação valiosa da imprensa”. Essa constatação do presidente do conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Eduardo Seabra Fagundes, mostra o que pode ser considerado uma tática habilidosa do governo: nada mais informar sobre as investigações até que o caso seja esquecido, ou pelo menos ocupe espaços cada vez menores nas páginas da imprensa.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o chefe do serviço de comunicação social da Polícia Federal, Clárcio de Almeida Santos, disse a Movimento que “o DPF não se manifestará sobre nenhum ponto positivo ou negativo do inquérito”. Acrescentou que somente o ministro está sendo informado sobre o seu andamento e somente ele poderá informar sobre os seus resultados. Enquanto isso, Ibraim Abi Ackel comunica a Seabra Fagundes que as autoridades lhe informaram ser prejudicial às investigações divulgar qualquer pista ou suspeito. E para completar o quadro, o ministro Said Fahrat diz que “as atividades terroristas freqüentemente levam meses para

serem averiguadas”, esquecendo-se de que os atentados terroristas de direita vêm ocorrendo há anos no Brasil.

Bloqueio dos canais

Nenhuma das argumentações, naturalmente, se sustenta. Como é, por exemplo, que retratos falados em poder da Polícia Federal podem contribuir para se chegar aos suspeitos se não são liberados para publicação? E como é também que as investigações promovidas pela CEI da Assembléia Legislativa de S.Paulo conseguiram os nomes de quase todos os envolvidos no massacre da Freguesia do O, sem guardar nenhum sigilo? Logo o bloqueio dos canais de informação se pode servir ao esquecimento e à proteção dos terroristas. Diante desse quadro, o filho da secretária que foi morta na OAB, Luis Felipe Monteiro, não se conteve: “os terroristas de hoje são os torturadores de ontem e os atuais investigadores (...). O pior de tudo é que não descobriram nada, mas há uma porção de

gente querendo se promover à custa dessas investigações”.

Mas enquanto as autoridades estão dispostas a não divulgar nenhum fato que sirva à discussão do assunto, uma nova explosão colocou novamente o atentado à OAB na ordem do dia. Desta vez foi a explosão ocorrida na Fábrica Estrela, da Imbel (Indústria de Material Bélico), vinculada ao ministério do Exército, que levou Seabra Fagundes a relacioná-la com os atentados terroristas.

Não fazia muito tempo a Ordem havia divulgado alguns detalhes do laudo preparado pelo perito Antonio Carlos Villanova, esclarecendo que a carta-bomba continha 120 gramas de dinamite gelatinosa e de nitropenta. Este último explosivo é produzido apenas por oito fábricas no Brasil, entre elas a Estrela. No dia 25 passado, Villanova anunciara que seriam feitos testes complementares no material recolhido do que sobrou da bomba. Explicou que cada indústria tem um tipo de controle de qualidade que se reflete no índice de impurezas do produto, possibilitando dessa forma a identificação do fabricante. Foi exatamente no dia seguinte a essas declarações do perito que a unidade de destilaria de nitropenta da fábrica da Imbel voou pelos

ares. A explosão causou a morte de dois operários, ferimentos graves em três e ferimentos leves em outros três, além de destruir os dois pavimentos em que fica a oficina de fabricação de nitropenta.

Eliminar o controle

Embora já tenham ocorrido outras explosões na Estrela, esta foi a primeira vez em que a seção de nitropenta foi atingida e destruída completamente. Segundo comentavam alguns advogados da Ordem, é possível que o objetivo tenha sido o de eliminar o controle de estoque. O volume do desvio pode não ter sido pequeno. Embora a carta enviada à OAB tenha apenas 120 gramas de explosivos (incluindo dinamite gelatinosa) havia pelo menos duas outras cartas com a mesma composição. Além disso, é possível que tenha havido desvio de material para uma quantidade maior de cartas, que (ainda) não foram enviadas. (Márcio Bueno, do Rio de Janeiro)

TERROR - II

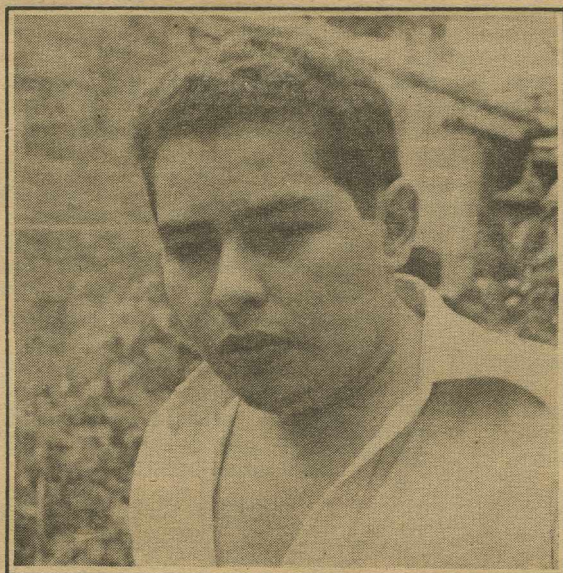
O “arquivo” de Mário Franco

Mais denúncias do terrorista arrependido de Belém

Em Belém, como em outros Estados, as autoridades também parecem pouco empenhadas em desvendar o terror da direita e seus cabeças. Até o final da semana passada, por exemplo, a Polícia Federal, no inquérito aberto para apurar as denúncias feitas pelo terrorista arrependido Mário Franco, ainda não havia chamado sequer um dos militares acusados. As “investigações” limitam-se às vítimas, e ao círculo vicioso Mário Franco/Rubinete Chagas de Nazaré (ex-pugilista, e um dos principais acusados). Sobre o tenente Lacy (Marinha, Cenimar), major Holanda e Cabral (Aeronáutica), ex-tenente do Exército João Batista Gama, e vários agentes do DOPS, tanto a Polícia Federal como a grande imprensa local têm feito absoluto silêncio.

Se não chegou propriamente a entregar “mais de 100 nomes”, Mário Franco continua firme em suas denúncias, e disposto a ampliá-las. Para o jornal Resistência, que no último sábado saiu com uma edição em que o caso foi matéria de capa, Mário Franco se dispôs a, pessoalmente, sair com os repórteres e mostrar as residências de dois militares segundo ele implicados no terror. São eles o coronel da Polícia Militar, José Barbosa, e o dentista do Exército, Guilherme Pinto de Souza. Mário Franco afirmou ao jornal que os dois compravam armas de Rubinete, e faziam parte do esquema. Ele também mostrou ao jornal seu “arquivo secreto” onde, além de uma singular coleção de fotos de penis erectus, constam dezenas e dezenas de nomes e telefones.

O delator também contou como chegou a ser ameaçado. Na madrugada do dia 17, quando ainda estava no consulado da Bélgica, em busca de um impossível asilo, foi procurado pelo major Jorge Corrêa, que se identificou como chefe do DOI local. O major foi o mesmo que, logo à chegada ao consulado, agrediu o fotógrafo de A Província do Pará, Emanuel Squires, com um golpe de caratê na mão, agressão abafada pelo jornal. Conforme Mário Franco, o major disse que ele tinha cometido “uma burrada”, para, no dia se-



Mário: depois das denúncias, a ameaça

guinte, por telefone, ameaçá-lo para que calasse a boca e não dissesse mais o nome de ninguém.

Outro que sofreu ameaças de morte foi o médico Antenor Costa, psiquiatra que cuidou de Mário Franco numa antiga internação em casa de doentes mentais. Contrariando a grande maioria das opiniões oficiais, de que o delator “era doido” e portanto não merecia crédito, o médico não só negou a “doidice”, como afirmou que Mário Franco “é muito inteligente”.

Depois dessas declarações, ficou fortalecida a idéia de que as denúncias têm fundamento, e que apenas levantaram o mínimo sobre as atividades terroristas da direita local.

Na própria Polícia Federal, sabe-se que o delegado do DOPS já reconheceu sua seriedade, mas é possível que vá encontrar uma barreira no superintendente Sadoc Berredo Reis, que ainda insiste em minimizar os fatos. Na mesma linha vêm se portando os acusados. Rubinete, por exemplo, continua a dizer que Mário Franco é doido, que é tudo

invenção dele, mas tem caído em contradições. Dois outros, Apolonildo Brito (do PDT local, Mário Franco ouviu de Rubinete que ele seria do serviço secreto da Marinha), e Carlos Levy (presidente do Sindicato dos Bancários, acusado de pertencer ao SNI) têm defendido a absurda tese de que “o PMDB inventou tudo, para desmoralizar os outros partidos de oposição”.

Na entrevista ao Resistência, Mário Franco contou em detalhes o que parecia uma história fantástica. Ele realmente criou, em Fortaleza, o “Centro Cultural Erick Honeck”, com a finalidade de contactar com embaixadas estrangeiras (de preferência dos países socialistas), e descobrir que países financiavam as atividades da esquerda brasileira.

Mário Franco confirmou também que o próprio jornal Resistência, da imprensa alternativa, tem uma “infiltração”: seria o estudante universitário Sidney Dourado, que entregava o jornal a Rubinete antes que o mesmo chegasse às bancas. O estudante — que faria isso em troca de dinheiro para comprar maconha — nega as acusações. De qualquer maneira ele nunca participou internamente do jornal.

Mário Franco também revelou mais detalhes sobre os atentados terroristas na madrugada da chegada de Miguel Arraes a Belém, há cerca de um ano. Ele disse que na véspera da chegada houve uma reunião na casa de Rubinete, da qual participou um tal Manelli, que seria do DOI de São Paulo. Nessa reunião, preparou-se as cartolinas com o símbolo comunista para a pichação. Junto com Rubinete, o delator pichou a gráfica que imprime o jornal Resistência. Disse não saber quem praticou os outros atentados (como o tiroteio à livraria de Raimundo Jinkings, vice-presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos) ocorridos na mesma noite — mas deu a entender que sabe mais coisas, e que só as revelará caso o inquérito seja mesmo levado a sério.

Ele mesmo não acredita muito nessa possibilidade. “Uma vez” — disse — “o Rubinete me disse: eu sou isso (apontando a cabeça de um dedo), tu és menos que isso. Nós podemos dançar!”. (Luiz Maklouf Carvalho, de Belém)

PARTIDOS

Convocado congresso do PC do B

Cinco comitês regionais do Partido Comunista do Brasil, com o apoio de seis dirigentes nacionais afastados de suas funções (quatro dos quais foram desligados recentemente do Comitê Central) estão convocando um congresso do partido, em data ainda a ser marcada, à revelia da direção atual. Nesse congresso, segundo um dos dirigentes afastados ouvido por Movimento, deverão ser discutidas as medidas punitivas aplicadas pela atual direção (afastamento de dirigentes e “dissolução” de alguns comitês regionais) e, também, a própria legitimidade dos que se encontram hoje à frente do PC do B.

Outra questão importante a ser discutida no congresso é a avaliação da guerrilha do Araguaia e de toda a linha do partido. Na opinião de um dos dirigentes afastados, essa discussão, ao contrário do que diz a direção atual do PC do B, não tem o propósito “liquidacionista” de negação do partido. Mas os responsáveis pela convocação do congresso defendem que ele seja um fórum plenamente soberano com poder para, inclusive, formular um novo programa e uma nova linha política.

Ao anunciar a sua decisão de convocar o congresso de todo o partido (o primeiro depois de sua cisão com o PCB, em 1962) os dirigentes afastados do Comitê Central e os membros dos cinco comitês regionais dizem que não pretendem se afastar do partido. E no congresso, para o qual também está sendo convocada a atual direção, pretendem demonstrar que representam a maioria do PC do B.

Resta saber se a direção atual do PC do B vai aceitar debater nesse congresso com os membros do partido todas as questões polêmicas desencadeadas a partir da divulgação do documento de Pedro Pomar, morto em dezembro de 1976 na Lapa, com críticas à linha que norteou a guerrilha do Araguaia. Ou se a direção nacional, depois da iniciativa dos dirigentes afastados, vai convocar o seu próprio congresso ou desconhecer a iniciativa. De qualquer forma, daqui por diante deverá se travar uma luta para saber quem fala em nome do PC do B. (FC)

Fala Rui César

As grandes polêmicas da UNE

15 mil estudantes vão debater constituinte, política educacional, Afeganistão...

Roldão Oliveira

A partir desta semana começam a chegar a Piracicaba (160 km de São Paulo) os primeiros grupos de delegados e observadores que participarão do 32º Congresso da União Nacional dos Estudantes, entre os dias 13 e 16.

Quando o Congresso for aberto, na segunda-feira, cerca de 15 mil estudantes já deverão estar em Piracicaba, além de políticos de todo o país, representantes de sindicatos e associações e representantes de organizações estudantis internacionais. Entre outros, a diretoria da UNE convidou os presidentes dos cinco partidos nacionais e todos os ministros do governo Figueiredo.

A partir de uma entrevista com o presidente atual da UNE, Rui César Costa Silva, Movimento apresenta as principais polêmicas que deverão marcar o 32º Congresso e que envolvem, entre outras coisas: eleições diretas ou indiretas para escolha da nova diretoria; invasão do Afeganistão e greve na Polônia; congelamento de anuidades; greve por tempo indeterminado; Constituinte com ou sem Figueiredo.

Segundo o presidente Rui César, um dos temas mais polêmicos deste Congresso será a eleição para escolha da nova diretoria da UNE; ela deve ser feita no próprio Congresso, com o voto dos delegados eleitos em todo o país? Ou deve ser direta, com os votos do maior número possível de estudantes?

Rui César, assim como 13 dos 15 membros da atual diretoria, defendem a via direta. Não porque façam restrições quanto à representatividade do Congresso, que é o principal fórum de discussões do movimento estudantil. Mas por acreditarem que a UNE ainda está se solidificando, num processo de crescimento onde o oxigênio das urnas é fundamental.

Diz Rui: "Boa parte dos estudantes ainda precisa ser atraída para a UNE e outras entidades. Exemplo disso foram as recentes eleições para a UEE-SP, quando votaram quase 95 mil estudantes. É um número representativo e significa um avanço em relação ao ano passado, quando votaram 65 mil. Mas ainda é um número pequeno em relação aos quase 350 mil universitários que existem no Estado. E há um outro fato a considerar: a reivindicação do conjunto da sociedade brasileira por eleições diretas em todos os níveis".

Esta não é uma discussão nova. Em julho deste ano, numa reunião do Conselho de Entidades de Base — Coneb —, as quase 500 entidades participantes discutiram longamente o assunto e no final a

maioria manifestou simpatias por eleições em Congresso. Em junho do ano passado, em Salvador, durante o Congresso que marcou a reconstrução da UNE, a forma de fazer eleições também foi o tema mais marcante de todos. Lá a maioria optou por eleições em urnas.

Em Salvador, o então presidente do DCE da Universidade Federal da Bahia, Rui César, era a favor de eleições em Congresso. Hoje ele diz: "Minha preocupação principal era eleger rapidamente a diretoria da UNE. Eu não era contrário às eleições em urnas. Hoje acho que a proposta vencedora era a mais justa".

Outra briga: as relações externas

A decisão da diretoria da UNE (com apenas um voto contra) de apresentar no Congresso de Piracicaba uma proposta que, se aprovada, permitirá à entidade filiar-se à União Internacional dos Estudantes (com sede em Praga, Checoslováquia) e à Organização Continental Latino-Americana dos Estudantes (com sede em Havana, Cuba) também provocará polêmica.

Para os estudantes contrários à filiação, as duas entidades — UIE e OCLAE — vivem sob a influência direta da política soviética, classificada por grupos de estudantes de "social-imperialista" ou "reformista". Um exemplo disso teria sido a omissão destas entidades diante da invasão do Afeganistão pela União Soviética e, mais recentemente, a omissão diante da greve dos operários na Polônia.

Na época da invasão do

Afeganistão, a UNE também não fez nenhuma declaração contrária à União Soviética, porque parte de sua diretoria temia que isto fosse interpretado pelos estudantes mais desinformados como uma condenação genérica aos países do chamado "bloco socialista". Mas agora a maior parte dos diretores justifica a filiação da UNE à UIE e à OCLAE dizendo que só estando lá dentro é que poderão criticar e combater erros como os cometidos em relação ao Afeganistão e Polônia (citados especificamente num documento — "Propostas para o 32º Congresso" lançado na semana passada por dois diretores da UNE — Rui César e Alon Feuerwerker — e o vice-presidente da UEE-SP — Kalóji).

Rui César disse na semana passada: "A UIE reúne 90% das entidades estudantis de nível nacional nos cinco continentes; e é a única a nível mundial. A UNE deve se filiar a ela para levar ao plano internacional as posições dos estudantes brasileiros a respeito de questões como o imperialismo e a solidariedade entre os povos".

Além da filiação às organizações internacionais, a diretoria propôs a inclusão de um novo item na carta de princípios da UNE, relativo à independência dos povos. A atual carta tem sete pontos e o oitavo, se for aprovada a sugestão da diretoria, será este: "A UNE se propõe a lutar e apoiar as lutas das diversas nações do mundo contra a ingerência imperialista e pela

autodeterminação e soberania dos povos".

Como lutar? Há várias opiniões

No plano interno, é quase unânime a opinião de que as principais lutas estudantis deste final de ano e do próximo continuarão girando em torno de problemas relacionados com falta de verbas e custos da educação. Mas não ocorre a mesma coisa quanto às formas de encaminhar estas lutas. Aí, segundo Rui César, há dois debates que podem ser considerados polarizadores.

O primeiro deles é o seguinte: o Congresso de Piracicaba deve incluir em suas bandeiras de luta a do congelamento de anuidades e taxas escolares? Ou deve fixar um índice máximo de aumentos para ser reivindicado junto ao MEC? Ou não deve fixar nada a respeito, aguardando que o Conselho Federal de Educação estabeleça os novos índices de aumento?

Rui César defende a terceira proposta: "O problema agora é não pagar demais, uma vez que não temos condições de impor o congelamento. A luta por aumentos não abusivos é muito mais mobilizadora. Mas também não podemos sair combatendo um aumento que não sabemos de quanto será".

O segundo debate a respeito dos assuntos internos é: como encaminhar a luta? A UEE do Rio Grande do Sul vai propor em Piracicaba a realização de uma greve nacional

por tempo indeterminado, até que as principais reivindicações estudantis sejam atendidas.

Mas a diretoria da UNE acha que falar em greve deste tipo não passa de ameaça. Para o presidente "é preciso formalizar as reivindicações, enviá-las às autoridades, exigir respostas e atuar em função destas respostas".

Mais diversidade e mais paixão

Finalmente, como das outras vezes, haverá muita controvérsia em torno da política nacional. Neste assunto a diversidade de opiniões é maior, além das discussões serem muito mais apaixonadas.

Quase todos os dirigentes são contra o atual regime, mas divergem quanto às formas de combatê-lo e também ao caráter do governo que deverá substituir o atual. Alguns exemplos disto: há quem defenda a convocação de uma assembléia nacional constituinte e há quem discorde disto.

Entre os que defendem, há os que acham ser possível o general Figueiredo convocá-la e garanti-la e há os que acham isto uma piada.

E entre estes últimos há os que acham que a constituinte deve ser convocada por um governo democrático e de unidade popular, há quem fale em governo democrático-popular e há ainda quem fale em governo dos trabalhadores.

A diretoria da UNE, como o restante do movimento estudantil, também registra divisões quanto aos aspectos da política nacional. Por isto, Rui César diz em seu próprio nome o que pensa da constituinte e da sua convocação: "Acho que a UNE deve apoiar as lutas por melhores salários, pela reforma agrária, por liberdade sindical, contra o aumento do custo de vida, contra a devastação da Amazônia e contra a presença do imperialismo no Brasil. E deve se unir a todos os setores da população comprometidos com a luta pelo fim do regime militar, pelo desmantelamento do aparato repressivo, pelo fim da Lei de Segurança Nacional, pela punição aos responsáveis pelos atentados terroristas, e pela convocação de uma constituinte livre e soberana. A constituinte deve ser convocada após o fim da ditadura, por um governo identificado com todas as reivindicações descritas acima. Não existe nenhuma solução para estes problemas a ser procurada em conjunto com o governo, uma vez que ele é o responsável por eles".



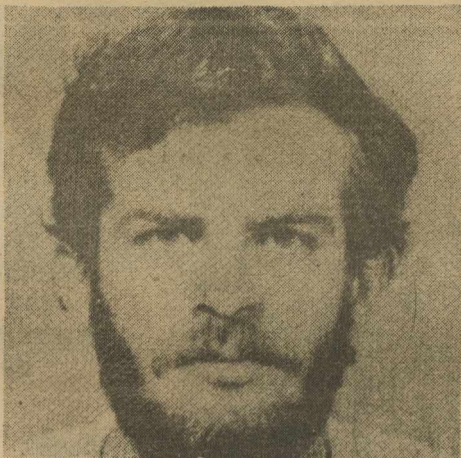
Honestino (1947-1973)

Há sete anos, desaparecia o líder estudantil, presidente da UNE, Honestino Guimarães

"Onde está Honestino Guimarães?", era a pergunta que faziam insistentemente aos estudantes brasileiros no ano passado, durante o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. Nesta semana, em 10 de outubro, às vésperas do XXXII Congresso da UNE, o desaparecimento de seu ex-presidente estará completando 7 anos e a pergunta ainda permanece sem nenhuma resposta.

Honestino Monteiro Guimarães, nascido em 28 de março de 1947, ingressou em primeiro lugar no curso de geologia da Universidade de Brasília, na fase mais conturbada de sua história. O regime militar recém-instalado procurava a todo custo destruir o projeto de universidade modelo planejado por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Em 1965, por exemplo, foram demitidos 264 professores da universidade de uma só vez. Trabalhando em defesa da qualidade do ensino, da autonomia universitária e da manutenção do corpo docente, Honestino é eleito para o Diretório Acadêmico de Geologia e, em seguida, para a FEUB (Federação dos Estudantes Universitários de Brasília), entidade equivalente a uma união metropolitana de estudantes. Em torno dessas reivindicações e de sua liderança unem-se alunos, professores e funcionários, numa luta ampla, que rapidamente se desdobra em luta política.

Durante esse período, o aparato repressivo vai intensificando sua atuação. Como ocorre atualmente, a direita procurava apressar um enfrentamento armado. Em 23 de agosto a UNB sofre a maior agressão de sua



Honestino: "desaparecido"

história. O *campus* foi cercado por 12 choques do Exército e invadido por 30 rádio-patrolhas e duas companhias da PM, que arrombaram as portas das salas de aula, espancaram professores e alunos, destruíram laboratórios, lançaram bombas e deram rajadas de metralhadora e de fuzis automáticos. Objetivo alegado da operação de guerra: prender Honestino e mais quatro dirigentes estudantis, acusados de serem estudantes profissionais. Essa explicação caiu no vazio porque os cinco estavam entre os 20 melhores alunos de toda a universidade. Honestino permaneceu preso por 62 dias.

A partir do XXIX Congresso da UNE, realizado em 67 na cidade de Valinhos-SP, Honestino tornara-se conhecido nacionalmente, passando a ser cogitado como sucessor de Luiz Travassos na presidência da entidade.

Sua prisão em Brasília impediu-o de comparecer ao XXX Congresso, em Ibiúna, onde todas as lideranças também acabaram presas pela repressão. Sumariamente empurrados para a clandestinidade, os estudantes dão continuidade ao XXX Congresso em maio de 69, quando elegem Jean-Marc Van Der Weid para a presidência e Honestino para a primeira vice-presidência, cargo que ocuparia até agosto de 69, quando Jean-Marc é preso e lhe cabe assumir a direção da entidade.

Por volta de 70/71 Honestino recebeu um recado de algumas pessoas que haviam sido presas em Diadema, município da Grande São Paulo. Entre as fotos dos líderes políticos que seriam sumariamente eliminados quando fossem presos estava a do presidente da UNE. Em 10 de outubro de 1973 Honestino sai de casa, no bairro do Catete, no Rio de Janeiro, pedindo à sua companheira para tomar as providências necessárias caso não voltasse até uma determinada hora. Três dias depois, sua mãe iniciava uma penosa e infrutífera *via-crucis* à sua procura, após receber um telefonema anônimo: "seu filho foi internado no Rio de Janeiro".

A liderança que Honestino exerceu entre os estudantes foi tão marcante que chegou a provocar o insólito e único seqüestro de avião no governo Geisel. Um ex-estudante, que depois se descobriria estar com problemas mentais, seqüestrou um avião em Goiânia, fazendo-o pousar em Brasília, onde foi dominado com relativa facilidade. Sua única exigência: a liber-

tação de Honestino Guimarães.

A primeira confirmação de seu assassinato foi feita no DOI-CODI no Rio de Janeiro. Em 1975 o ex-membro da UNE, Gildásio Westin Cosenza, estava sendo torturado para confessar suas ligações, que ele citava como sendo Gildo Macedo, José Carlos da Matta Machado e Honestino Guimarães. Irritados e intensificando as torturas, os policiais lhe disseram: "não queremos nomes de mortos. O Gildo e o Matta Machado são casos conhecidos e o Honestino também já virou presunto".

Outra referência foi feita surpreendentemente pelo deputado Sinval Boaventura, conhecido por suas ligações com militares da ala dura. Ele é sogro de uma prima de Honestino e por isto foi procurado por sua mãe, para que a ajudasse a descobrir seu paradeiro. Pouco após a cassação do deputado Lysâneas Maciel, Boaventura conversava com dois jornalistas sobre as tentativas do deputado carioca de constituir uma CPI dos direitos humanos. Para surpresa dos jornalistas, comentou a certa altura o desfecho de seu envolvimento com as idas e vindas de Maria Rosa Monteiro em busca do filho. Disse que no final de 73 estava no cafezinho da Câmara quando um agente da Polícia Federal o abordou: "é para o senhor não insistir mais nas entrevistas com a mãe do Honestino porque o rapaz não existe mais. Foi liquidado dias atrás em São Paulo". Até hoje estas são as únicas e frias referências a este crime pelo qual a União ainda não foi responsabilizada. (Márcio Bueno)

ESTUDANTES

As quatro tarefas da UEE de São Paulo

Os resultados finais e uma avaliação das eleições da UEE

Patrício Prado, 22 anos, estudante da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo é o novo presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo. Patrício, que pode ser considerado o segundo homem na hierarquia do movimento estudantil brasileiro — a UEE/SP é uma entidade que abrange cerca de 400 mil estudantes e só é menor que a própria União Nacional dos Estudantes, com perto de 1,5 milhão de universitários — foi escolhido por mais de 25 mil votos na terceira eleição que a UEE/SP realizou depois de sua reconstrução (ver *Movimento* n° 274).

Contrariando as previsões de que apenas 75 mil estudantes participariam da eleição, mais de 90 mil foram votar, fato que Patrício Prado considerou positivo, pois "participou da escolha da nova diretoria um número de estudantes 50% maior do que no ano passado".

No começo da semana passada, a direção da UEE/SP divulgou o resultado das eleições. *Viração* ficou em primeiro lugar, com 25.317 votos, seguida de *Mãos a Obra*, com 21.714 votos, *Mobilização Estudantil*, com 20.391, *Unidade e Democracia*, com 14.956 votos, brancos e votos UEE, 4.778, e nulos, 2.959, num total de 90.418 votos.

Outra previsão feita na semana da

eleição dava o segundo lugar para a chapa *Mobilização Estudantil*, formada pelas tendências estudantis *Liberdade e Luta* e *Novo Rumo*. Ela também foi desmentida com a chegada dos resultados de várias cidades do interior, consideradas reduto de *Mãos a Obra*, que deram o segundo lugar a esta chapa.

Embora tenha havido um crescimento no número de estudantes que votaram em todo o Estado, nas universidades com mais tradição de participação no movimento estudantil — como a USP e a PUC/SP — o processo eleitoral parece não ter despertado grande interesse. A USP sozinha foi responsável por mais de 25% dos votos em branco, e em algumas de suas escolas — como a Biologia, por exemplo — o voto em branco "ganhou" a eleição. Patrício Prado atribui este fenômeno à campanha precária que foi feita na USP e na PUC/SP, "que não conseguiu chegar à totalidade dos estudantes". Outro fator que, para ele, pode explicar esse pouco interesse foi a dificuldade que os estudantes tiveram para diferenciar os programas das chapas, pois "as cartas propostas foram pobres na explicitação dos programas e suas diferenças".

Patrício Prado já foi tesoureiro e

presidente do Centro Acadêmico de sua escola. Ele entrou na Economia em 1976 e, a princípio, participou do movimento estudantil "de forma independente dos grupos que existiam". Em 1978, no entanto, posicionou-se "pelo que era a Refazendo".

A chapa *Viração*, que ele encabeça e que resulta da união das tendências *Convenção*, *Resistência* e *Refazendo*, com apoio de *Caminhando*, enfrentou alguns problemas durante a campanha. Em algumas escolas, como a Universidade Mackenzie e Faculdades Integradas Princesa Isabel (ambas em São Paulo) não puderam falar aos alunos, e Patrício chegou a ser expulso do *campus* pela segurança interna. Na Princesa Isabel nem mesmo houve eleições, enquanto no Mackenzie, cujo DCE é dirigido por estudantes que se consideram "democratas liberais" mas são classificados de direitistas pela maioria dos seus colegas, a chapa vitoriosa foi *Unidade e Democracia*, informalmente apoiada pelo DCE.

O novo presidente da UEE/SP tem quatro tarefas principais pela frente. A mais imediata delas é a organização do Congresso da UNE (ver matéria na pág. 7). Outra tarefa imediata foi resolvida na semana passada mesmo. Trata-se da escolha da nova sede para a UEE/SP, que foi — juntamente com



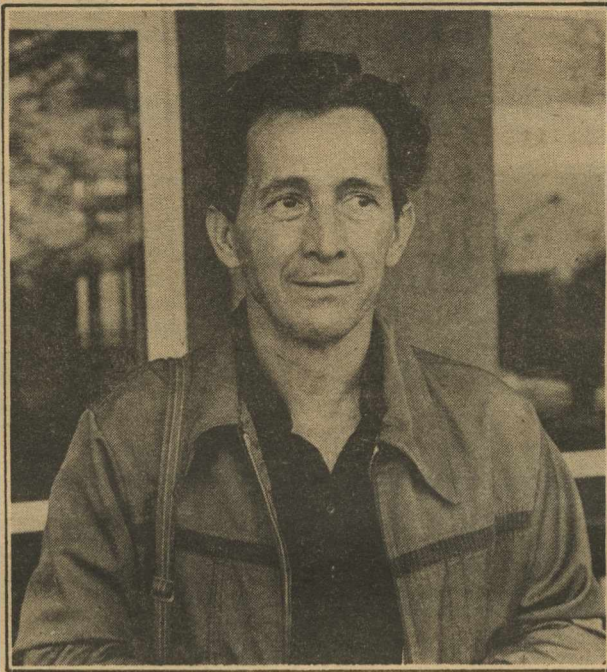
Patrício: "melhor que o ano passado"

a UNE — despejada da Fundação Getúlio Vargas. Provisoriamente, a nova sede passa a funcionar junto ao Grêmio Politécnico, em São Paulo. A diretoria recém-eleita deverá ainda encaminhar as lutas contra os aumentos nas anuidades e pela complementação de verbas para as universidades, decididas em congressos anteriores. Elas serão discutidas num Conselho Estadual de Entidades que será especialmente convocado. (José Carlos Ruy)

Waldemar Rossi, da oposição metalúrgica de São Paulo, refuta as acusações de paralelismo sindical

“A classe operária não é imbecil e co

Além de interessar a 380 mil trabalhadores, a atual campanha salarial dos metalúrgicos da capital de São Paulo vai definir, em grande medida, o futuro do maior sindicato da América Latina, pois nela dois rivais voltam a se digladiar. De um lado, a oposição sindical, a bater na tecla de que o atual presidente Joaquim dos Santos Andrade continua sendo o mesmo pelego e trama uma nova traição. De outro, o Joaquinzão, que reaparece com um discurso renovado e com uma roupagem de “sindicalista combativo”, buscando somar pontos para o terreno perdido nos anos passados. Uma coisa é certa: quem levar a melhor nesta batalha, terá meio caminho andado para ganhar a eleição para o sindicato, que se dará no próximo ano.



“Oposição não é um bloco homogêneo”.

Como se comportar diante de uma diretoria sindical que repentinamente mudou o seu discurso? Por que a oposição sindical está perdendo terreno e vê as iniciativas serem transferidas para as mãos de Joaquim? Essas e outras questões, como a correção, ou não, da proposta da oposição sindical, do Entoes (Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical), das críticas ao paralelismo, Movimento buscou abordar ao entrevistar Waldemar Rossi, o metalúrgico que saudou o Papa João Paulo II, em nome dos trabalhadores brasileiros, um dos expoentes da oposição sindical e membro da Pastoral Operária e Comissão de Justiça e Paz.

(Entrevista a Tibério Canuto).

Movimento — A atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e com ela o Joaquim, alterou radicalmente a sua forma de atuação, assumindo, digamos, uma roupagem mais “combativa”. Os sintomas estão aí: a diretoria tomou a iniciativa na atual campanha salarial propondo uma lista de 26 reivindicações, passou a organizar comissões em fábricas e o jornal do sindicato, “O Metalúrgico”, se transformou num instrumento de denúncia de arbitrariedades. Diante desse novo quadro, a oposição sindical parece estar atônita, sem saber como fazer frente à nova postura do Joaquim e sofre derrotas importantes, como a da primeira assembléia da campanha salarial deste ano. Como você vê essa questão e qual deve ser o comportamento da oposição nesta nova fase?

Waldemar Rossi — A partir das duas últimas campanhas, Joaquim percebeu que estava colhendo tudo o que plantou ao jogar a classe operária para as traças, pois os trabalhadores metalúrgicos estavam se apercebendo de que a diretoria do sindicato falava bem, mas no fundo fazia o jogo dos patrões. Nesse mesmo tempo, a oposição sindical foi desenvolvendo um trabalho que ela sempre pregou, qual seja, o de organizar os metalúrgicos a partir da empresa, mas não só aí e também ao nível geral da categoria e do sindicato. Isto significou que nossas propostas começaram a ser aceitas pelo conjunto da categoria, representando um fortalecimento da oposição sindical.

Mas acontece que o Joaquim não está sozinho e ele tem ao seu lado os patrões e o governo, pois para estes o Joaquinzão é muito importante porque é a garantia da aplicação da política sindical do governo. Nesse sentido, o sistema resolveu jogar tudo para a preservação do Joaquinzão e para o esmagamento da oposição. Ao lado disso, dentro do plano do governo, houve um acordo com a chamada “reforma”, muito bem denunciado pelo senhor Gregório Bezerra, cuja denúncia na Folha de S. Paulo diz que com este acordo a “reforma” está desenvolvendo uma política de conciliação, diretista, de acomodamento e de negociação com o governo.

Ora, onde a “reforma” vai desenvolver a sua política diretista? Especial-

mente nos sindicatos, porque é no movimento operário que as condições são mais profundas. Assim funciona a chamada Unidade Sindical, reunindo pelegos e reformistas para ganhar o controle do movimento operário. O Joaquim fez isto muito bem.

Por outro lado, a oposição sindical se viu marginalizada em grande parte do seu trabalho de base porque quase sempre enfrenta o desemprego. Daí a vantagem inicial de Joaquinzão e sua gang no início da atual campanha salarial. Mas é bom lembrar que a classe operária não é idiota e mais uma vez, ao final da campanha, ela vai descobrir que foi ludibriada. Quer dizer, o engodo do peleguismo vai gerar a contradição que o levará à derrota. Quanto à oposição, compete cumprir a sua tarefa, independentemente dos resultados imediatos e deve tentar com todas as forças apelar para a categoria.

Movimento — Pelo que você colocou, pode-se concluir que a oposição sindical pretende tão somente manter o discurso anterior e apostar no desgaste, talvez por geração espontânea, do Joaquim. Acontece que com isso ela fica sem uma política para o momento atual. Não seria uma melhor tática aproveitar a “radicalização” do Joaquim para de dentro desmascará-la

“Joaquim ganhou terreno graças à “reforma” e o apoio do governo. Para o sistema, ele é muito importante”

pela prática quando ele tiver de recuar, em vez de ficar de fora, lamentando-se que está sendo marginalizada e repetindo um discurso que não está ao nível das massas? E se é verdade que a classe operária não é imbecil, como você diz, também não é menos verdade que o seu nível de consciência é baixo e ela não vai se convencer de que Joaquim é um pelego só porque a oposição diz isso. Como você vê tal questão?

Waldemar Rossi — É fato que a oposição tem que avançar na sua forma de luta, e o nosso trabalho vai sendo cada vez mais o de propor saídas e levar o maior número de companheiros a buscar soluções para os novos problemas. Se conseguirmos dar passos mais largos nesse sentido, o tempo se encarregará da recuperação do terreno perdido e acreditamos que de contradição em contradição, a categoria cresça politicamente.

É certo que a nossa política tem de ser menos imediatista e deve visar o conjunto da categoria. Por outro lado, a conjuntura no momento é extremamente desfavorável porque os trabalhadores têm necessidades imediatas, e à medida em que essas necessidades não são atendidas, eles dão um passo atrás. A oposição compete manter o maior diálogo com o conjunto da classe em busca de alternativas. Sinceramente, não vejo muitas saídas a curto prazo, pois o aprendizado da classe operária é um processo histórico.

Movimento — Mas Rossi, essa situação de a oposição sindical “não ter uma solução a curto prazo” não seria decorrente também de seus erros? Não seria uma visão maniqueísta atribuir tal situação apenas à capacidade de manobra do Joaquim e da “reforma”, como você diz, quando, por exemplo, a oposição sindical pode ter tido uma atuação equivocada, como no caso da greve do ano passado ao defender uma bandeira de aumento de 83% quando não havia forças para tal. Tudo isto não contribuiu para o quadro atual?

Waldemar Rossi — É um fato que a campanha de 79 contribuiu muito para atrair os planos da oposição. Acontece que nós entendíamos e entendemos que o principal trabalho dos militantes combativos é chamar a categoria a assumir sua luta. Como pretendemos ser democráticos o máximo possível, corremos o risco do desgaste porque o operariado brasileiro se empolga pela perspectiva de vitórias imediatas.

Por outro lado, a oposição sindical padece de limitações, porque ela também é classe operária e é difícil sair do impasse, até porque os apelos de uma maior compreensão do momento nem sempre são ouvidos. É um risco que

corremos, entendendo que no processo longo de formação da classe é preferível errar pela ousadia porque as derrotas também ensinam.

Movimento — Há quem levante que o atual quadro de isolamento da oposição sindical decorre de erros mais profundos do que certos encaminhamentos táticos equivocados. Para estes, o erro estaria na própria proposta de oposições sindicais como tais, pois elas representariam uma tentativa de superação da atual estrutura sindical a partir da vanguarda e não do estado real de consciência das massas. Em sendo assim, as oposições sin-

“A conjuntura nos é adversa. A curto prazo não há saídas, pois o aprendizado da classe é longo”

dicais não teriam se apercebido de que os atuais sindicatos, embora atrelados, mantinham e mantêm uma relação com as massas e são, objetivamente, um referencial para estas, razão pela qual quem acumulou no interior do mundo sindical foram os sindicalistas autênticos que sempre estiveram nos sindicatos e não as oposições que, de fora, partiram para tentar criar um “sindicalismo novinho em folha”. Como você vê essa crítica que aponta em última instância para a prática paralela das oposições sindicais?

Waldemar Rossi — A crítica é infundada porque a oposição sindical não faz paralelismo. Quem o faz é o peleguismo, porque caminha fora da classe operária de tal forma que o movimento operário combativo e o peleguismo marcham paralelamente, sem nunca se encontrar. A proposta da oposição é desenvolver um sindicalismo onde ele deve se basear nas empresas porque é aí que a exploração se revela.

Em nenhum momento a oposição sindical defendeu apenas o direito desse trabalho e voltou-se também para o conjunto da categoria. De outra sorte, a oposição sindical não é só uma

E acusa Joaquim de fazer o jogo dos empresários

nhece o Joaquim”



Rossi e o Papa.

realidade em São Paulo e vários sindicatos, nacionalmente, foram conquistados pelas oposições. Acrescente-se a isso que nós nunca combatemos a ação das direções combativas dos sindicatos e sempre procuramos fortalecer essas direções. Mas é preciso reconhecer que a oposição sindical não é um bloco homogêneo onde todos pensam e agem da mesma forma. Por ser uma frente de militantes combativos, ela traz dentro de si contradições desse pluralismo; o que se de um lado a enriquece, de outro a emperra em determinados momentos.

Movimento — Formula-se também a crítica de que setores da esquerda, e em parte até mesmo as comunidades da Igreja, tiveram uma visão purista em relação aos sindicatos. Acreditando que as massas estavam descrentes dos atuais sindicatos, partiram para correr por fora, organizando pequenos núcleos de “operários combativos”, muitas vezes livres só do julgamento das massas porque eram desconhecidos destas. Por sua vez, critica-se as “oposições sindicais”, por terem assumido ares de uma “entidade”, que disputa até o direito de falar em ato público quando ainda não conquistaram legitimidade perante a categoria. O resultado dos últimos anos indicaria que quem saiu fortalecido foi quem estava nos sindicatos, pois sindicalistas do tipo de Lula, Jacó Bittar e Olívio Dutra não vieram da linhagem da “oposição sindical” e sua prática foi uma negação destas. Isto é verdade ou não?

Waldemar Rossi — Isso é falso, pois se é verdade que os sindicatos ainda são uma referência para as massas, as direções pelegas não são nenhum referencial, como comprova a situação do nosso sindicato, onde de 80 mil associados a diretoria mobiliza só dois mil para uma assembléia. Onde está a referência? A classe operária está amadurecida e só tem o sindicato como referência quando este é combativo.

Também não é verdadeira a afirmação de que a oposição não tem o sindicato como referencial porque desde 1966 nós trabalhamos no sentido do fortalecimento do sindicalismo de base e há 16 anos as assembléias do nosso sindicato sempre se posicionaram do nosso lado e se não levamos foi por-

que Joaquim contava com o apoio da polícia. É bom lembrar que em 1978 levamos 30 mil operários para o sindicato, que foram traídos por Joaquim. Com tudo isso quero dizer que não se pode confundir a idéia que o trabalhador faz do sindicato com o juízo que esse mesmo trabalhador faz de suas direções pelegas.

Quanto ao fenômeno de Lula, Jacó Bittar e Olívio Dutra, a de se compreender que o movimento operário é rico e não se limita a algumas experiências e a oposição sindical não é a primeira nem a única proposta. Felizmente o que permitiu aos “sindicalistas autênticos” alcançar a crista da onda foi o fato de eles contarem com a máquina sindical. Imagine você se a oposição sindical de São Paulo tivesse o sindicato nas mãos. O resultado seria outro e por isto mesmo o regime joga tudo para impedir a nossa ascensão. Eu lamento que uma parcela da esquerda não enxergue as coisas de maneira mais objetiva.

“Oposição não faz paralelismo. Quem faz é o pelego. Sempre apoiamos o fortalecimento dos sindicatos”

Movimento — Na mesma esteira de crítica ao paralelismo, setores da oposição criticam a iniciativa do ENTOES — Encontro Nacional em Oposição à Estrutura Sindical — por considerar que ela também não parte do estágio real de consciência das massas e do sindicalismo existente. Segundo esta crítica, ao trilhar o caminho paralelismo, o ENTOES facilita, inclusive, o controle reformista do atual movimento sindical, pois em vez de, dentro da Unidade Sindical, disputar a direção do movimento, o ENTOES trilha o caminho vanguardista e paralelismo, como teria ficado evidenciado no seu último encontro. Como que você se posiciona em relação a isto?

Waldemar Rossi — Não é verdade que o ENTOES queira ser um movimento paralelo. Tanto que ele se definiu por não ser uma entidade e pretende ser uma frente de sindicalistas combativos que quer estimular a luta da classe e combater a atual estrutura sindical fascista. Chamar a iniciativa do ENTOES de paralelismo é fazer o jogo do pelego, para quem só é bom quem acompanhar suas propostas. A chamada Unidade Sindical é enganosa, pois parte de uma estrutura vertical, de cima para baixo, é cupulista e tem como finalidade manter a classe operária submissa e como massa de manobra.

O que é preciso é ter consciência de que as mudanças começam a partir do momento em que se toma a decisão de fazê-las. Não existe o momento próprio, sempre é o momento. “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Assim atuam os verdadeiros agentes da história e só têm interesse em manter a atual estrutura sindical aqueles que dela usufruíram e ainda usufruem.

DOCUMENTO

Quem perdeu no ABC foi o trabalhador

Opinião de Osmarzinho, Wagner e Alemão

A greve do ABC foi uma vitória ou uma derrota? Tentando responder a essa questão com vistas a definir uma linha para futuros embates do movimento operário, três sindicalistas de São Bernardo, Osmar Mendonça (“Osmarzinho”), Enilson Simões (“Alemão”) e Wagner Lino Alves elaboraram um documento no qual apontam como conclusão que a greve foi uma derrota. O documento chamou atenção não só pelo seu caráter polêmico, mas também por quem são seus autores, já que Osmarzinho e Wagner são do PT e “Alemão” é do PMDB, alinhando-se, no interior do movimento sindical, com as correntes que têm hoje hegemonia na Unidade Sindical de São Paulo. No entender dos autores, a derrota se deve a três fatores: o baluartismo, que fez com que não se buscasse uma unidade com outras categorias e com todo o movimento sindical, o enfrentamento do inimigo apenas no terreno econômico, e a condução da greve, que se caracterizou por um “pacifismo e excesso de prudência”. Publicamos a seguir um resumo do documento.



Osmar Mendonça, “Osmarzinho”



Enilson Simões, “Alemão”



Wagner Lino Alves

terreno político. Temos, portanto, de construir essa unidade, mesmo reconhecendo as fraquezas e vacilações do movimento sindical no seu conjunto. Devido às constantes cassações e perseguições de sindicalistas, elas só podem ser respondidas através de uma ação unitária do conjunto do movimento sindical brasileiro. A unidade dos sindicatos que não estão envolvidos nessa campanha é fundamental. A unidade que temos de buscar hoje não pode ser idealizada e se limitar aos “sindicalistas combativos”, mas sim baseada no conjunto da realidade brasileira. Somente a unidade dos sindicalistas combativos não é suficiente para assegurar as liberdades políticas.

Ademais, a primeira função desses sindicatos “combativos” é atrair e unir o conjunto dos sindicatos brasileiros, respeitando seu nível de organização e consciência. Ao lado desta união dos sindicatos, torna-se necessário um arco de alianças com o conjunto da oposição democrática, pois em São Bernardo houve, na verdade, uma batalha democracia versus ditadura.

2) Luta no terreno econômico — A segunda raiz dos nossos erros é que mantivemos a luta no terreno econômico, o que para nós foi desfavorável. O raciocínio que nos orientou e orienta ainda muitos de nossos companheiros é o da possibilidade de derrotar o patrão no terreno econômico. Ou seja, vamos parar São Bernardo e quem puder menos estoura primeiro: capital ou trabalho. Combatemos as mais poderosas multinacionais, capitalistas com poderosas estruturas de produção e ao seu lado a estrutura de poder que penetra a estrutura do Estado Brasileiro. Seria uma ilusão acreditar que poderíamos construir um fundo de greve capaz de se opor a tal acumulação e ao fundo de greve dos patrões.

Deixamos de considerar que a boa perspectiva não está em realizar uma greve de 100 dias, mas sim parar, mesmo que seja um dia, mas congregando dezenas, centenas, de sindicatos. A força reside não só na organização local, mas, principalmente, no alargamento horizontal das bases sindicais, sociais e políticas.

3) Condução da greve — Outra raiz determinante para a derrota foi a condução da greve. Estabelecemos a priori uma tática de recuo sob o pretexto de evitar o confronto — que foi pouco a pouco nos esmagando, criando condições para o inimigo nos combater, já a esta altura, no terreno militar. Sabíamos que a nossa força residia na nossa capacidade de garantirmos o direito democrático de realizar grandes assembléias.

É necessário frisar que, para nós, neste momento, confrontar não significa comprar o pau no terreno militar, ou seja, enfrentar pistolas e bombas com estilingues e garrafas. Mas sim opor o vigor da nossa unidade ao aparato militar e fazê-lo abandonar a raia, como fizemos no 1º de maio. Nosso excesso de prudência e pacifismo em muito contribuiu para a criminosa violência policial, que aumentava de intensidade cada vez que dávamos mais um passo em direção ao autossacrifício a que nossa tática conduzia.”

“Estamos atravessando os momentos seguintes aos de uma grande luta, tal como em 1978 e 1979. A diferença básica está em que aquelas batalhas foram duas grandes vitórias para a nossa categoria e, hoje, não podemos afirmar o mesmo. Assistimos ao fato de ver o nosso sindicato ocupado pela polícia, dirigido por interventores. Por outro lado, parte da melhor liderança está enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Nas fábricas, o mais dramático, pois assistimos a um verdadeiro carnaval de superexploração e de perseguições a quem assumiu a luta e os patrões demitem quantos querem.

Diante de tal realidade torna-se absurdo falar em vitória, a não ser para quem afirma que “foi uma vitória pois cresceu a consciência da categoria”. Se é verdade que aumentou o ódio dos trabalhadores pelos patrões, a greve tal como foi feita já pressupunha a existência dessa consciência. Tínhamos objetivos concretos a atingir e fazer greve para aumentar a consciência não pode ser objetivo exclusivo de um dirigente sindical e nem de um movimento de massas que tem interesses específicos a conquistar. A derrota é momentânea e transitória. São três os erros básicos:

1) Baluartismo e unidade — O primeiro advém principalmente de um certo baluartismo que caracterizou nosso passado recente. A essência desse baluartismo consistia em supervalorizar nossas forças, desprezando as outras forças do sindicalismo. Aí está o essencial que temos de entender: é que são categorias bem mobilizadas, com direções sindicais dispostas a lutar, como a nossa também se dispõe, contando ainda que nossos dissídios são na mesma época. Se é assim, não há porque não acertarmos nossas reivindicações com a desses companheiros (outras categorias), combinando uma pressão conjunta, pois o regime não suporta 10 dias de greve de metalúrgicos, portuários e motoristas.

Para elaborar tal política, temos de conhecer nossa força, entendendo que o inimigo ainda é forte para ser vencido numa greve isolada. E para tal, temos de superar o baluartismo e buscar a unidade para derrotar o inimigo no terreno que ele nos enfrenta: o

O melancólico fim da greve dos 250 mil

O acordo assinado não avança em nada as vantagens obtidas no ano passado



Canavieiros em greve, sob forte repressão

A greve geral deflagrada na Zona da Mata pernambucana, iniciada a 25 do mês passado pelos sindicatos rurais de São Lourenço da Mata e Paudalho, e rapidamente emcampada por mais 40 sindicatos três dias depois, terminou melancolicamente na última quarta-feira. A Fetape — Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco — e a Contag — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — representando todos os sindicatos em greve, assinaram o acordo com os sindicatos patronais e a opinião unânime dos dirigentes sindicais é a de que os camponeses levaram a pior.

O acordo assinado, na opinião da maioria dos 42 sindicatos em greve, não avança em nada as vantagens obtidas no ano passado. E pior: inexplicavelmente a Fetape e a Contag aceitaram a retirada de uma das cláusulas aprovadas em 79 que obrigava as usinas a descontar na folha de pagamento a mensalidade sindical. Isto, na prática, diminuirá o número de sindicalizados e, por consequência, a própria força de barganha dos sindicatos.

Na opinião de vários presidentes de sindicatos rurais, a inabilidade e a falta de confiança na greve decretada, além da assessoria jurídica que a Contag trouxe do sul do país, é que levaram à assinatura de um acordo que está muito longe do que os trabalhadores

reivindicavam. Segundo esses dirigentes, o acordo atual não passa de uma repetição do acordo anterior. E o do ano passado foi conseguido só com dois sindicatos em greve.

A greve deste ano demonstrou que o grau de organização dos sindicatos rurais atingiu níveis só comparáveis às grandes mobilizações camponesas do início da década de 60. Nem a violência policial, tanto a do Estado quanto a particular, dos usineiros, conseguiu diminuir o ímpeto e o alastramento da greve, que atingiu cerca de 250 mil trabalhadores.

O presidente do sindicato de Vitória de Santo Antão denunciou vários capatazes e donos de engenhos que, armados de rifles, ameaçavam e tentavam a todo custo furar a greve contratando bóias-frias nas feiras de cidades vizinhas. Na segunda-feira, 29, o delegado sindical Manuel Braga Filho, foi espancado e ferido com uma vara de medição cheia de pontas de ferro. Em São Lourenço, a polícia dissolveu um piquete na base do cassetete e de disparos para o alto. Um agricultor, Cláudio Manuel da Silva, levou mais de 30 cacetadas nas costas. "Na última, o cassetete quebrou e o soldado disse: esse aqui aguenta mais pancada que um jumento", disse Cláudio.

O clima de tensão se refletia em todas as sedes dos sindicatos, com a polícia na porta pedindo documentação

de quem entrava etc. Mais do que nunca funcionaram as "polícias particulares", capangas armados a serviço dos donos de engenho. Diariamente, os sindicatos patronais ocupavam espaço na televisão e nos jornais apelando para o retorno ao trabalho denunciando "infiltração comunista" e coisas semelhantes.

"A conclusão é de que se fez uma greve gigantesca para resultados mesquinhos", disse um dirigente rural. E essa frase reflete bem o estado de ânimo que tomou conta dos 42 sindicatos em greve, ao fim das negociações. Os juizes trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho julgaram apenas dois itens dos 26 em questão: aquele que se referia à produtividade (o TRT concedeu 4%, o índice desde o início oferecido pelos patrões) e outro referente à paridade (ou seja, unificação dos salários e diárias pagos na Zona da Mata). Os outros 24 foram aprovados por ambas as partes. Também foi incluída uma cláusula concedendo o auxílio-doença para os trabalhadores e suas famílias.

Ao final de quarta-feira, dia do término da greve, muitos dirigentes sindicais achavam difícil desmobilizar os trabalhadores em greve com tão poucas vantagens conseguidas no acordo. Os empregadores, por sua vez, já ameaçavam não pagar o dia para aqueles que não voltassem ao trabalho. (Fred Navarro, do Recife)

A Funai ataca a Igreja

Todos os membros do Cimi — Conselho Indigenista Missionário — foram proibidos na semana passada, pelo sertanista Apoena Meirelles, de entrar nas aldeias e reservas indígenas de Rondônia, Acre, Sudoeste da Amazônia e Noroeste de Mato Grosso — o que corresponde à oitava Delegacia Regional da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Esta foi a única forma de represália encontrada pelo delegado do órgão contra o coordenador do Cimi na Amazônia Ocidental, Anselmo Fornack, que responsabilizou a Funai pelos conflitos entre os Surui e 180 famílias de posseiros no município de Cacoal, a 500 quilômetros de Porto Velho — capital de Rondônia.

— A partir de agora, na área da oitava Delegacia, os membros do Cimi só entram se tiverem autorização fornecida (diretamente) pelo coronel Nobre da Veiga. "O Cimi só cria tumultos, não faz nada e pelas críticas e acusações que vem fazendo, vai acabar acusando o Padre Anchieta de ter sido responsável pela introdução da tuberculose entre os índios". — Apoena Meirelles não consegue conter-se diante das novas acusações, inclusive de que ele agora está fazendo o jogo dos coronéis da Funai e do Exército.

Nessa semana mesmo, um padre ligado ao Cimi disse que "Apoena foi levado pela emotividade e paixão, que prevaleceram sobre a ponderação e sabedoria. Como se pode afirmar que o Cimi não faz nada? Se hoje os povos indígenas são reconhecidos nacional e internacionalmente como portadores de profunda consciência de seus valores e direitos (relembrem a vinda do papa a Manaus) isso é devido ao trabalho preponderante, senão exclusivo, do Cimi.

O litígio entre os Surui e as 180 famílias de posseiros persiste há um ano, tendo se agravado nas últimas três semanas. Os colonos já vieram a Porto Velho, passaram fome, mas foram beneficiados pelo juiz da comarca após uma audiência de dois dias.

Enquanto isso, um grupo de índios, no início da semana passada, espancou 18 posseiros. Ninguém morreu, mas uma morte é o que pode acontecer caso não se tome providências urgentes. (Eurípedes Claiton, de Porto Velho)

MOVIMENTO EM DEFESA DA AMAZÔNIA

Entreguismo e devastação

Vai ser realizado em Brasília, de 9 a 12 deste mês, o I Congresso Nacional em Defesa da Amazônia. Durante os debates, organizados pelo Movimento de Defesa da Amazônia que atua em 16 Estados, serão discutidos os temas ligados à ecologia, questão agrária, questão indígena, recursos naturais, processo de ocupação e internacionalização da Amazônia, política florestal e política oficial de ocupação, e organização da luta em defesa da Amazônia.

O objetivo do encontro, que será realizado no Congresso Nacional, é aprofundar a discussão sobre os principais problemas enfrentados pela Amazônia e, ao mesmo tempo, criar um fórum para as denúncias relacionadas com a exploração predatória dos recursos naturais, o massacre da população (posseiros, índios etc.) e outros problemas.

CONSTRUÇÃO CIVIL/CURITIBA

Os pedreiros tomam o sindicato

Entre as dezenas de greves que estouraram no ano passado, a de uma categoria despertou sem dúvida a maior surpresa: a dos trabalhadores na construção civil, a mais numerosa (*) e certamente a mais explorada do proletariado e, ao mesmo tempo, a mais dispersa e despreparada politicamente, concentrando um enorme número de sindicatos pelegos.

As greves, consideradas "selvagens", levaram às ruas, praças e estádios, especialmente em Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba, dezenas de milhares de trabalhadores em poderosas manifestações espontâneas. A repressão violenta — verdadeiramente selvagem —, o baixo nível de organização e a traição dos dirigentes sindicais pelegos, fez com que fossem, de um modo geral, derrotadas e que, aparentemente, nada ficasse como saldo positivo, mesmo em termos da elevação do nível de organização e consciência política da categoria.

Mas isso — a inexistência de um saldo organizativo —, pelo menos no que diz respeito a Curitiba, não é verdadeiro. No último dia 25 de setembro, tomou posse a nova diretoria do sindicato, eleita pela oposição nascida na greve e nos movimentos de bairro na periferia da cidade, depois de várias batalhas: nas urnas e na Justiça, contra o arbítrio da Delegacia Regional do Trabalho que impugnou a chapa vitoriosa. O mais irônico da história é que no dia em que se instalava em Curitiba o VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do

Mobiliário — a mais numerosa concentração de pelegos do movimento sindical brasileiro — a chapa cassada obtinha liminar no mandado de segurança impetrado contra a DRT (que alegaria "aliciamento de eleitores", anulara uma urna e as eleições e nomeara uma junta interventora). No dia seguinte, enquanto prosseguia o congresso dos pelegos nos modernos salões do Círculo Militar de Curitiba, a chapa 2 tomava posse no sindicato.

À pergunta de como encontrou o sindicato, Antonio Pereira, o novo presidente, respondeu: "ainda estamos procurando". De fato, aqueles pedreiros e carpinteiros saídos das obras tinham dificuldade para entender o mundo de salas, arquivos, estantes, balcões, funcionários e burocracia nos três andares de um prédio na praça Zacarias, centro da cidade, onde se situa a sede do sindicato.

Baiano de Caculé, 40 anos de idade e 12 de profissão de carpinteiro — o mesmo tempo de moradia em Curitiba — Antonio Pereira de Santana, o novo presidente, foi um dos componentes da comissão que negociou em nome dos grevistas no ano passado. Agora, ele fala meio atônito tanto do congresso que se realiza no Círculo Militar como dos problemas da categoria:

— A principal reivindicação é o salário, afirma. E diz que o desemprego no setor é "uma questão de calamidade pública". E ex-

plica a particularidade do setor: "não bastasse o desemprego natural ao fim de cada obra, temos ainda o maldito contrato de experiência por 90 dias. O patrão despede depois de 89 dias e dá uma cartinha para o trabalhador voltar 36 horas depois, fazendo um novo contrato de experiência. E se não bastasse isso, o governo, através do DNER cortou as verbas e tem lugares em que as dispensas chegaram a até 70% ou mesmo à totalidade dos trabalhadores".

"Nós vamos tentar fazer com que os trabalhadores participem do sindicato, nas assembleias, vindo ao sindicato, sindicalizando-se", realçando o maior problema da nova diretoria. Sobre o sindicalismo em Curitiba, Antonio diz que "é a imagem do sindicalismo do Brasil para pior. Curitiba é a cidade mais reacionária do Brasil", acrescenta. De fato, a eleição da nova diretoria dos trabalhadores na construção civil é considerada nos meios oposicionistas da cidade como a primeira diretoria combativa eleita. A partir de agora esperam novas vitórias, como a dos metalúrgicos, em cujas eleições a realizar-se proximamente também concorre uma chapa 2 de oposição. (Roberto Martins)

(*) em 1976 havia 2,6 milhões de trabalhadores na indústria da construção, quase 10% da população economicamente ativa do país, segundo o Anuário do IBGE, 1978.

A campanha dos 900 mil

Com pouca mobilização, os metalúrgicos negociam os seus novos salários

Mais de 900 mil metalúrgicos do Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Paraná estão discutindo a renovação de seu contrato coletivo de trabalho. Embora nem todos tenham a mesma data-base (Rio e Belo Horizonte, em outubro, São Paulo em novembro e Paraná em dezembro), enfrentam problemas semelhantes na organização da campanha salarial. Depois de uma campanha com pouca mobilização e assembleias pequenas, os metalúrgicos do Rio firmaram, na semana passada, um acordo muito distante das reivindicações dos trabalhadores. Em Belo Horizonte, onde o índice de participação da categoria não foi maior, as negociações deverão ser decididas nesta segunda-feira, dia 6. São Paulo e Paraná estão começando a campanha, mas os resultados não deverão ser muito diferentes.

Além das dificuldades normais de organização e mobilização dos trabalhadores, a partir da intensa repressão patronal que se desencadeou sobre os operários a partir das greves do ano passado e, também, da instituição do reajuste semestral, os metalúrgicos do Rio enfrentaram um outro problema. A coincidência da campanha salarial com a campanha eleitoral; as eleições, marcadas para novembro, serão disputadas por quatro chapas. O mesmo problema poderá se repetir em Curitiba, que também terá eleições em novembro, com duas chapas.

Em São Paulo, as eleições para a renovação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos ainda estão distantes. Mas, mesmo assim, a diretoria, presidida por Joaquim dos Santos Andrade, no cargo há 13 anos, tomou todas as providências para isolar a oposição. Na assembleia da abertura da campanha, realizada no dia 26, os oradores

da oposição foram impedidos de falar. Numa manobra cuidadosamente preparada, por proposta da mesa, o plenário decidiu que só fariam três representantes das comissões de fábrica, criadas pela diretoria, e três do plenário. Na votação, os nomes da oposição, que estava em minoria, perderam.

A pauta de reivindicações dos metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco (veja quadro abaixo) já foi encaminhada à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. E como, em São Paulo, a assembleia não aprovou nenhuma outra forma de organização da categoria, além das comissões de fábrica já existentes — segundo a oposição, foram organizadas de forma pouco democrática — o clima ainda é de pouca mobilização. Dos 380 mil metalúrgicos, só 2.000 compareceram à primeira assembleia.

No Rio, hera de acordo

Uma agitada assembleia no último dia 30, com o comparecimento de 2 mil trabalhadores, encerrou a fase principal da campanha salarial dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. A proposta de "20% ou greve", gritada no plenário e presente nas faixas, foi derrotada diante do baixo nível de mobilização e organização da categoria para enfrentar a greve — situação que foi reconhecida pelas lideranças das quatro chapas que concorrem ao pleito de novembro próximo para a renovação da diretoria sindical. A assembleia autorizou a diretoria e a Comissão de Salário a assinarem o acordo proposto pelos patrões para a categoria não perder a data-base de 1º de outubro e a prosseguir as

negociações em busca de um melhor índice e de melhoria nas faixas salariais.

A decisão tomada numa votação bastante discutível (uma parte considerável do plenário não se manifestou) desgastou o presidente do Sindicato, Oswaldo Pimentel, e deixou muitos trabalhadores desorientados sobre como prosseguir a luta.

A aceitação da contraproposta patronal (produtividade escalonada de 8% a 1% e piso de Cr\$ 7.500,00), que não atendeu às principais reivindicações dos trabalhadores, foi conseqüência do baixo nível de mobilização conseguido durante a campanha. Assembleias pequenas, pouca organização nas fábricas, medo de novas demissões. Para agravar ainda mais a situação, a campanha eleitoral está dividindo, pelo menos momentaneamente, a categoria: em novembro serão realizadas eleições para a renovação da diretoria do sindicato e nada menos que quatro chapas estão inscritas.

Apesar desse quadro, na penúltima assembleia, que conseguiu atrair 1.500 trabalhadores, chegou-se a criar um clima artificial de greve, depois que o plenário rejeitou maciçamente a proposta patronal. No entanto, nenhuma liderança de nenhuma das quatro chapas defendeu a paralisação.

Por que não havia organização e mobilização suficientes para a categoria ir à greve em defesa das reivindicações?

Nenhum dos oradores chegou a identificar as causas do clima vivido pelos metalúrgicos do Rio, embora alguns membros da oposição responsabilizassem a diretoria por ter se dedicado pouco à campanha, sabotando, inclusive, a liberação de material de propaganda.

Para muitos trabalhadores ouvidos por *Movimento*, as principais causas da baixa

mobilização foram o desemprego e a elevada rotatividade. Um estudo realizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Rio revelou que o índice de rotatividade no setor é de 39% a cada nove meses. E cada trabalhador despedido fica, em média, quatro meses desempregado.

Se não houve mobilização, também faltou organização. E, mais uma vez a direção sindical é criticada por não ter cumprido decisão da assembleia que encerrou a greve do ano passado, e segundo a qual deveriam ser alugadas sub-sedes sindicais em 13 áreas. Como isso não foi feito os três mil piqueteiros da greve de 79 ficaram dispersos.

A disputa eleitoral também dividiu a categoria na campanha salarial. As lideranças reconhecem esse fato. Joaquim Arnaldo, candidato a presidente pela chapa 2 (oposição) afirmou após a última assembleia, "se for eleito, uma das primeiras medidas será mudar a coincidência da data das eleições com a campanha salarial".

Em BH, diretoria contra a organização

Como no Rio, as assembleias dos metalúrgicos de Belo Horizonte foram marcadas pela pequena presença da categoria. Na última, realizada no dia 29, conseguiu-se reunir 2.000 trabalhadores. Mesmo assim, a campanha não avançou em termos de organização. Não foi aprovada nenhuma decisão sobre o encaminhamento prático da luta e, segundo os membros da oposição, a diretoria vinha boicotando todas as propostas de organização: não quis, por exemplo, organizar o fundo de greve.

As dificuldades de organização, no entanto, não são determinadas apenas pelo

comportamento da direção sindical, mas também pela própria conjuntura vivida pelos trabalhadores. Os metalúrgicos, que fizeram uma greve no ano passado, com pouca organização, ainda não se esqueceram da violenta repressão de que foram vítimas e que feriu vários operários e levou mais de 100 à prisão.

Nesta segunda-feira, dia 6, os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem deverão decidir se aceitam a contraproposta patronal ou se vão a dissídio no Tribunal Regional do Trabalho. Da pauta de reivindicações, foram poucos os itens aceitos pelos empresários. Quanto à produtividade, até a semana passada eles aceitavam conceder 6% para a faixa entre 3 e 10 salários mínimos e 4% acima de 10 mínimos.

No Paraná, ainda o começo

Como a sua data-base é em 1º de dezembro, os 70 mil metalúrgicos do Paraná, (40 mil deles em Curitiba) ainda estão iniciando a sua campanha salarial. Em várias cidades já estão sendo realizadas reuniões por fábrica e as assembleias de abertura da campanha estão marcadas para o dia 24 no interior e para o dia 31, na Capital.

Curitiba vai enfrentar um problema semelhante ao do Rio. Lá, também, a campanha salarial coincide com a campanha eleitoral. As eleições para renovação da diretoria do sindicato estão marcadas para 12 de novembro e serão disputadas por duas chapas: a da situação, que tem na cabeça o atual presidente do sindicato, Orley Santos, e a de oposição, liderada por Gilberto Carvalho.

Desde já, a campanha salarial começa a sofrer a influência dessa disputa. As reuniões de fábrica estão sendo convocadas tanto pela diretoria como pela oposição. Esta, embora tente criar uma base própria, não deixa de participar das reuniões convocadas pela situação.

Segundo os líderes metalúrgicos de Curitiba, ainda é muito cedo para avaliar os rumos da atual campanha. No entanto, lembram que no ano passado fizeram uma greve de dois dias que foi vitoriosa. Conseguiram, na época, elevar o piso para Cr\$ 4.200,00, o que significou um aumento de 170%. E foi da condução dessa greve que nasceu a chapa de oposição. (*Lia Ribeiro Dias, de São Paulo; Roberto Martins, do Rio; Gleucio Santiago, de B. Horizonte*)

Quantos são, o que querem e como lutam os metalúrgicos

Local	Tamanho da categoria	Data-base	Participação em assembleias	Reivindicações	Fase da campanha
São Paulo	380 mil	1º / 11	• 2.000	<ul style="list-style-type: none"> • 20% INPC • piso de Cr\$ 13.950 • reajuste trimestral • garantia no emprego • delegado sindical 	negociação
Rio de Janeiro	250 mil	1º / 10	<ul style="list-style-type: none"> • 200-400 nas primeiras • 1500-2000 nas duas últimas 	<ul style="list-style-type: none"> • 20% INPC • piso de Cr\$ 12.000,00 • reajuste trimestral • insalubridade pra toda a categoria 	acordo com produtividade escalonada (8% a 1%) piso de Cr\$ 7.500,00
Belo Horizonte	60 mil	1º / 10	<ul style="list-style-type: none"> • 700 nas primeiras • 2000 na última 	<ul style="list-style-type: none"> • 15% INPC • reajuste trimestral • garantia no emprego • delegado sindical • piso de Cr\$ 10.000,00 	negociação
Curitiba	40 mil	1º / 12	—	<ul style="list-style-type: none"> • 15% INPC • piso de Cr\$ 3.000,00 • garantia no emprego • reajuste trimestral 	preparação

De repente o camin

A vida perigosa na bóia-fria do Paraná

Texto e fotos
de David Felismino

B “Foi aquele barulhão e não vi mais nada”

ela Vista é silenciosa após o almoço. Na avenida São Paulo que sai da rodoviária até uma longa estrada que passa por fora da cidade, alguns carros de passeio, camionetas e tratores estão estacionados. À medida que se vai distanciando dos bares e pobres restaurantes que circundam a rodoviária, as casas vão envelhecendo. No sol forte, os tinidos de pratos e alumínio chegam das casas onde as mulheres arrumam a cozinha.

No fim da avenida, agora de cascalho e poeira, uma velha se debruça na janela de uma casa de madeira, sem pintura nenhuma. No fim de um corredor há duas portas estreitas que abrem para dois cômodos escuros. Num deles Pedro está deitado. É uma cama alta, mais parecendo uma mesa com forração de palha, onde ele estica suas duas pernas engessadas. Ao lado, um berço, onde dormem Reginaldo e Renata, dois de seus seis filhos. No abafado do quarto a velha da janela — Vó Corina — fala da noite de agosto, quando o caminhão em que estavam Pedro e mais quarenta bóias-frias bateu num Mercedes Benz que vinha em sentido contrário.

— Eu tava em casa à noite e aí veio uma prostituta que eu dou de comer a ela e falou: o caminhão do Perinha virou e matou muita gente. Aí eu saí correndo feito louca.

Eram quarenta e dois bóias-frias que voltavam da derrida do café na Fazenda Marília, próxima a Tamarana, no município de Londrina, em direção a Bela Vista do Paraíso.

Pedro, interessado, interrompe a mãe:

— Vinha todo mundo na carroceria e o motorista tava correndo muito. Aí eu só vi aquele trator na beira da estrada, com as duas rodas dentro da pista, e aquele caminhão que vinha vinco prá cima de nós. Aí foi aquele barulhão e não vi mais nada. Acordei a primeira vez no chão, com a tampa da carroceria em cima de mim. Tinha gente esparramada prá todo lado. Vi minha perna quebrada e dobrada prá cima. Olhei para os lados, aquele rio de sangue.

Enquanto Geni, mulher de Pedro, remexe alguns remédios que ele deve tomar, Vó Corina, pernambucana velha de 74 anos, misturando um pouco de sua vida difícil à história do acidente, fala:

— Aí então eu cheguei no hospital, aquele monte de gente. E eu queria ver meus filhos, minha cunhada. Eu nunca tive filho meu, de verdade, mas já criei vinte e cinco filhos. Sempre ajudei todo mundo, nunca deixei ninguém passando fome na rua. E o Pedro, o Joãozinho são mais que filhos prá mim. Enquanto eu não consegui ver eles eu não sosseguei.

— Fizeram uma parede de tijolo no lugar da porta de vidro, lá no hospital, comenta Geni.

É que dona Corina, na noite do

acidente, atirou-se contra a porta da sala onde se encontravam os feridos e mortos.

— Não tavam querendo deixar eu entrar. Aquele mundaréu de gente ali, os homens me empurrando; não pode passar. Aí eu falei: deixa eu passar que eu quero ver meus filhos! E empurra daqui e dali. Só sei que eu dei um soco na cara de um e ainda dei mais um na cara do outro que tentou me segurar. Fui assim por baixo da perna do outro e meti a cabeça na porta. Quebrou tudo. Aí eu vi o Pedro no chão, gritando. Fiquei boba. A mulher que tava grávida, morta com o filho prá fora... Meu Deus do céu. Daí eu saí e não sabia mais nem onde pisava. Passei no jardim, pisei em espinho e nem senti. Tava com uma brecha na testa e só depois que foram me falar. Foi horrível.

Chegam visitas: dona Cida e sua mãe. Mulher um pouco mais gorda que as outras, queimada de sol e com olhar sério, dona Cida pára à porta e cumprimenta seu Pedro. Dá uma olhada carinhosa para os gêmeos no berço, cumprimenta Geni e chama Vó Corina para fora, para conversarem um pouco.

— Ela também tem um filho acidentado — diz Pedro. Foi uma tragédia.

— Na época da colônia a gente não via dessas coisas. A gente era empregado e o patrão era obrigado a pagar todo mês. Morava na fazenda e não precisava ficar correndo esses riscos todos. Eu tenho saudades daquelas colônias lindas, daquelas festas que a gente fazia com as famílias dos colonos. E podia plantar arroz, feijão...

— A vida na cidade também não é fácil. A gente acorda às quatro da manhã, prepara o boião, vai para o ponto e sobe no caminhão. E o duro é pegar chuva em cima do caminhão. Muita gente fica doente, com bronquite, gripe... É difícil encontrar um bóia-fria que não tenha aquela catreira no peito.

O “O homem da roça tem que viver na roça”

boião é sempre arroz com ovo ou batatinha. — Carne é só cheiro no açougue, que pobre não pode comprar, né?

Era a mulher quem o acordava todas as manhãs para ir para a roça. Pedro e os outros estavam agora na quarta fazenda de Antônio Peras Mendes. Peras possui outras três fazendas na região, onde os trabalhadores já haviam feito todo o trabalho de colheita do café. Na fazenda Marília, era a segunda vez que tinhamos ido.

— Na quinta-feira, foi a primeira vez, mas choveu e não pudemos trabalhar. Daí, fomos na segunda-feira, que foi o dia do acidente. Na terça-feira a gente ia levantar o café.

Calmamente, entra o velho José Paulino de Oliveira, que diz “boa tarde” e senta-se silenciosamente na única cadeira, aos pés da cama.

— Eu tava ali na rodoviária conversando, falando dessas coisas de gen-

te sem emprego. Porque a gente vê os moços chegarem no bar, pedirem uma pinga ou uma cerveja e ficarem lá o tempo todo... E é tudo filho da gente que tá lá, né? Quando a gente vive na roça, a gente planta o milho, o feijão, a verdura, tem tudo prá comer. Pode produzir prá vender, todo mundo trabalha e ninguém passa fome. A gente que não tem cultura não sabe espirá o que quer falar, mas eu acho que isso não tá certo, viu? Nós tamos num lugar que não é nosso. O homem da roça tem que viver na roça. Agora, fica aqui, o fazendeiro quer, a gente vai; se não quer, a gente não vai...

S “De quatro em quatro anos vêm os políticos”

eu José e Pedro começam a conversar sobre o tempo do sino, quando o capataz da fazenda tocava um sino às cinco da manhã, e todos os lavradores saíam para as plantações. — Quem chegasse atrasado perdia o domingo — diz seu José.

Dizia Pedro que o colonato deveria voltar, mas não como na época do sino, “que aí também é demais”.

— Se bem que hoje não é muito melhor que antes. A gente pode escolher onde morar, onde encostar as traíras, e olha lá. E a gente pensa que isso é liberdade...

— Olha, lá em Minas minha vó contava prá gente que era tudo pequeninho, uma lenda de alma viva que andava à noite e assustava todo mundo. E a gente ia ouvindo, e ia se encolhendo todo, e acabava dormindo. É que nem hoje: de quatro em quatro anos, vem os políticos e começa a falar de reforma agrária, reforma agrária... E o bóia-fria escuta aquilo e dorme... Os homens que têm o poder na mão sabem dos problemas, mas eles são todos fazendeiros. Você acha que eles vão fazer alguma coisa?

— O Jaime Canet, mesmo... — emenda Pedro.

E começam a enumerar uma série de nomes da política paranaense, como grandes proprietários, que não fariam a reforma agrária. Pessoas como o ex-secretário da agricultura do governo Jaime Canet, o sr. Paulo Carneiro, o ex-secretário de obras da prefeitura de Londrina, sr. Wilson Moreira, que foram recentemente denunciados à Justiça do Trabalho, como infratores da Convenção de trabalho, implantada em fevereiro deste ano.

A convenção estabeleceu que todos os empresários rurais deveriam cumprir normas básicas de segurança no transporte de trabalhadores, como carroceria com tampas mais altas e bancos com encosto. Determinou, também, que os mensalistas recebessem 4 mil.772 cruzeiros, mais 15%, e que os trabalhadores volantes percebessem uma diária mínima de 226 cruzeiros. No entanto, Jaime Canet, Paulo Carneiro Ribeiro e Wilson Moreira, que fazem parte de uma relação de trinta nomes, foram de-

nunciados por pagarem um salário de 3 mil a 3.500 cruzeiros para os empregados mensalistas, e uma diária de 80 a 150 cruzeiros para os bóias-frias. Nenhum dos trinta cumpria as mínimas exigências em termos de segurança no transporte dos trabalhadores.

— Para os fazendeiros, tem financiamento, tem tudo; para os bóias-frias, não tem nada. Nem terra não tem. Tem gente que diz: mas vai ter que mexer com todo mundo prá fazer a reforma agrária... Mas eu não acho, não. Tem muita terra por aí, viu? Não precisava nem mexer com ninguém.

Geni pergunta a dona Cida sobre Antônio.

— Tá lá em casa, coitado. Tá com a boca torta, o olho ruim... Ainda bem que minha casa é maior e dá prá ele ficar num quarto, no outro. E eu é que tenho que ficar o tempo todo dando remédio prá ele. Não posso nem trabalhar mais, e o Perinha tá pagando só a diária dele. Mas ele vai ver só. Eu vou falar que não tá dando, pois eu também não tou indo trabalhar.

Dona Maria Aparecida da Silva Teixeira é mãe de Antônio Odair. Mineira de 47 anos, foi para São Paulo ainda garota, quando sua mãe e seu pai se separaram. Trabalhou de empregada doméstica por algum tempo e veio para 1º de Maio, no Paraná, onde já estavam sua mãe e seu padrasto. Daí, foi para Bela Vista do Paraíso, onde se casou com um pedreiro. O marido virou posseiro e dona Cida empregou-se em uma escola da prefeitura. Em 1974, com a morte do marido em um acidente, dona Cida e Antônio, um de seus três filhos, começaram a trabalhar na bóia-fria.

— Em casa, só eu e o Antônio é que trabalhamos. O meu outro filho é epilético e não pode fazer nada; tenho uma filha que estuda e o meu padrasto e minha mãe são muito velhos.

— Desde o acidente eu fui trabalhar só duas vezes. E todo o dinheiro que entra aqui em casa vem da bóia-fria e uma casa que eu alugo.

— Agora estamos vivendo da caridade da população. O prefeito ajuda bastante, também. Eu pensei que ele não ia me ajudar porque eu sou contra a política dele, mas ele tá ajudando bastante.

Até agora, a família de dona Cida recebeu 1 kg de arroz, 2 kg de feijão e algumas misturas que a população doou.

N “Só na hora de carpir é que vem o bóia-fria”

a cidade, após uma reunião com 22 dirigentes dos sindicatos de trabalhadores rurais, todos da região norte do Paraná, a Polícia Rodoviária aceitou a tarefa de apreender os veículos que não obedecessem às normas mínimas de segurança no transporte de trabalhadores. Decidiu-se que a partir de 1º de setembro, os caminhões que não apresentassem condições suficientes para o transporte de pessoas, isto é, bancos com encosto, laterais

mais altas, sageiros que possam fazer sentar no artigo 87 do Trânsito.

Lá fora, o vizinho terreiro uma vez José conversou e Sebastião, ouviu o barulhão. O velho fala calmo, p

— A gente fica tudo na quando fica ali, uma fazidinha de comida... Agora, antes de ficar a trabalhar, José, de com medo caminhar.

— Eles pra minha casa, Eu fico sem t

Pedro aint fazer. Pensar em um sítio não perde o

— Mas mecanizadas. O povo vem mecanizadas. tudo. Só na o bóia-fria. rência de p

Na hora do lado de fo na porta o frango. Na à varanda de caminhão de de uma faz barulho na menta:

— E os ca cima do cami

N

ele e Geni, alumínio e correm mais enquanto est que, que fi Pedro, uma de água, ent a vez para t outras casas beira do fogo luz. Soment e o quarto li por lâmpada

— A noite tir dor — diz

— É. À n de três nenê

Conjunto esperam a i deiro deve d sofreram co caram traum serão mais b maioria dos cidade vai o par, rastelar apenas bóias

hãõ virou

Progressistas falam, conservadores levam

A doutrina tradicional sobre a família será mantida, apesar das declarações renovadoras

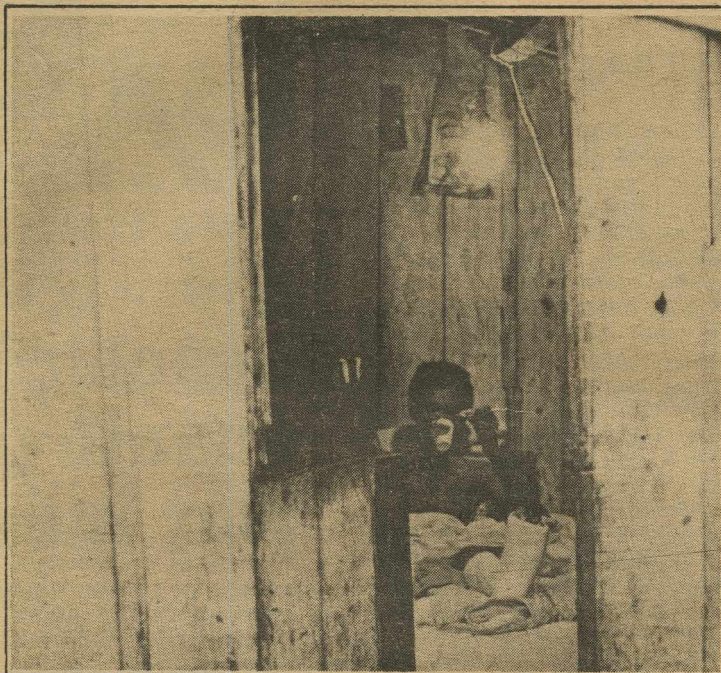
Não se deve esperar do quinto Sínodo dos bispos reunidos atualmente no Vaticano nenhuma mudança substancial na doutrina da Igreja sobre a família, que engloba temas polêmicos como controle da natalidade, aborto, divórcio, homossexualismo etc. Em primeiro lugar, por uma questão "técnica": o Sínodo tem caráter apenas consultivo, e sua pauta não permite entrar no mérito da doutrina da Igreja, mas somente nas questões relativas à sua aplicação, isto é, nas "práticas pastorais". Em segundo lugar — e aí está o ponto mais importante — porque não parece haver na Igreja, no momento, nenhuma propensão a se rever posições já definidas em encíclicas papais, como a *Humanae Vitae*, e intransigentemente defendidas nos últimos anos. Tanto mais que a ala progressista — que se dedica sobretudo aos temas sociais "mais amplos" — não demarca tão nitidamente seu campo com os tradicionalistas quando se trata dos assuntos referidos acima.

divíduo em cerca de 25%, enquanto 75% são influências de outras instituições, como os meios de comunicação social e os "meios de conscientização sistemática de tipo estatal e multinacional". Embora não se possa atribuir ao presidente da CNBB nenhuma intenção de oposição direta ou indireta ao papa, não deixa de ser interessante notar a diferença entre suas palavras e as pronunciadas por João Paulo II na abertura do Sínodo, quando disse que "é a própria família que dá vida à sociedade e é através dela, pela via da educação, que se forma a estrutura da humanidade e de cada homem sobre a terra".

Em relação aos temas polêmicos ligados à família, porém, uma das oposições mais enérgicas ao tradicionalismo veio do episcopado espanhol, que já foi um dos mais conservadores do mundo. O progressista arcebispo de Madri e presidente da Conferência Episcopal Espanhola, dom Vicente Enrique Tarancón afirmou que "para ser eficaz, o Sínodo deve dar uma orientação que, em primeiro lugar, seja positiva e, por último, muito realista. Positiva, reconhecendo que hoje não basta mais assinalar os perigos, mas procurar ver possibilidades novas. Realista, ao reconhecer que não basta dizer sempre a mesma coisa, repetir o óbvio e o antigo, mas aceitar a abertura para novas investigações sobre a teologia e as Ciências Humanas". O cardeal-arcebispo de Madri insistiu na necessidade de se rever "todos os tabus sobre o sexo, tendo presente que o sexo também deve ser visto como meio de comunicação".

Cardeal inglês critica doutrina da Igreja sobre anticoncepcionais

Mais incisiva ainda foi a declaração do arcebispo de Westminster, dom George Basil Hume. Num tom diametralmente oposto ao expressado pelo cardeal-arcebispo de Colônia, dom Joseph Hoeffner, presidente da Conferência Episcopal da Alemanha, uma das mais conservadoras da atualidade, ele acaba de apoiar indiretamente o arqui-reacionário Franz-Josef Strauss nas eleições para a Chancelaria alemã — ver nota na página 18), que denunciou a existência de "modernas ideologias perniciosas para a família", o progressista cardeal inglês afirmou que "o bem-estar, o próprio prestígio da Igreja sofreu porque toda a questão do controle da natalidade tornou-se controversa, provocando as mais diversas reações das pessoas. Alguns descobriram novas riquezas em seu casamento, adequando-se aos limites impostos pela *Humanae Vitae* (contra a pílula anticoncepcional). Outros, com frequência também bons e com a melhor das intenções, têm dificuldade para aceitar os ensinamentos da Igreja sobre a anticoncepção vista como mal intrínseco. Outros ainda estão dominados pela confusão: em parte, porque não querem desobedecer a Igreja, de outra parte, porque os argumentos fornecidos para observar essas normas não os convencem".



No pequeno quarto, Pedro com as duas pernas quebradas: "acordei com a tampa da carroceria em cima de mim. Olhei para os lados, aquele rio de sangue". E Geni, a esposa, com os dois filhos



Maria Conceição, 13 anos: bóia-fria, acidentada.



Francisco Vicente, 15 anos: bóia-fria, acidentado.

limite máximo de pas-
e permita a todos via-
dos, serão enquadrados
do Código Nacional de

sol começa a averme-
da casa maior joga no
bacia de água suja. Seu
um pouco com Dorival
que é meio surdo, "mas
ulhão na hora da bati-
o mineiro de Uberaba,
ausado.

e vai ficando velho, mas
mesma. Um fazendeiro
doente, vende um boi,
enda, mas tem sempre a
ele, a empregada servin-
um bóia-fria machucado,
r bom prá poder voltar
à morreu de fome.

saida, confessa que está
de subir de novo em

aram bem em frente da
mas dá aquele medo...
coragem de ir.

da não sabe o que vai
em arranjar um emprego
qualquer, "que a gente
costume, mesmo.

as fazendas tão tudo
observa Seu José.
prá cidade, as fazendas
O trator vai lá e faz
hora de carpir é que vem
E aí eles fazem concor-
eço.

a janta, as crianças ficam
pra do quarto, esperando
prato de arroz, feijão e
ua, que passa em frente
dona Corina, desce um
bóias-frias, que chega
tenda qualquer. Fazem
carroceria, e Pedro co-

tras ainda vêm rindo em
nhão...

Derrçar, limpar, rastelar e abonar o café

o quarto de Pedro, só
que lava os pratos de
os talheres. As crianças
e um pouco no quintal,
peram o banho. No tan-
ca ao lado da casa de
velha enche uma bacia
quanto um garoto espera
tomar banho. Numa das
uma menina senta-se à
aceso no chão. Não há
as duas casas grandes
de Pedro são iluminados

é que eu começo a sen-
Pedro.

pite eu tenho que cuidar
— remenda Geni.

de seis casebres, todos
ndenização que o fazen-
ar. Mais ou menos, todos
m o acidente; todos fi-
matizados e muitos não
bóias-frias. Mas a grande
trabalhadores volantes da
continuar a derrçar, lim-
e abonar o café. São
efrias.

PETRÓLEO

O consumidor já está pagando pela guerra

Mais uma vez, a velha tática do aumento do preço da gasolina

A guerra Irã-Iraque já está atingindo o bolso do consumidor brasileiro. Para reduzir o consumo de petróleo de 8 a 10% o governo decretou o aumento dos preços dos derivados. Agora, o litro da gasolina que custava Cr\$ 38,00 foi para Cr\$ 45,00 (mais 18,4%). Com isso, o aumento da gasolina este ano já atingiu 99,1%. O óleo diesel subiu 10%, o óleo combustível 20% e o gás engarrafado de cozinha (GLP), também 10%.

Para que o consumo caia o governo voltou a adotar a velha tática de preços mais salgados, que tem reflexos inflacionários altamente indesejáveis. Todos os setores da economia serão atingidos pelas elevações de preços e a inflação ganhará novo alento. Aliás, antes mesmo do encarecimento dos derivados de petróleo o governo anunciara novo aumento dos cigarros, do café e os preços de diversos hortifrutigranjeiros (como tomate, vagem, quiabo e limão) sofreram altas violentas (acima de 40%).

O balanço de pagamentos também já foi chumbado com o conflito no Golfo Pérsico. Além de não poder mais exportar açúcar, que terá que ser utilizado para a produção de álcool, o Brasil, segundo o ministro do Planejamento, Delfim Netto, já está pagando mais 7 dólares por barril desde que a guerra começou. Apesar desse quadro pouco favorável, o governo afirma que a população pode ficar tranquila

e que não há motivo por enquanto para partir para o racionamento. Aliás, o máximo que surgiu da área oficial para reduzir o consumo de petróleo (além dos novos preços) foram propostas que não saíram do papel. O ministério dos Transportes está estudando o financiamento de bicicletas motorizadas, a adoção dos táxis coletivos movidos a álcool, um aumento de 30% no transporte ferroviário de cargas, a redução na ociosidade da navegação de cabotagem (hoje em 30%) e a proibição de caminhões pequenos ou vazios nas estradas.

O governo continua apostando, ao recusar por enquanto o racionamento, numa guerra de duração curta. Essa hipótese tranquiliza, pois os estoques brasileiros dão no momento para uns 72 dias de consumo (subtraído o que já foi gasto desde o início da guerra), considerando-se uma importação de 850 mil barris/dia. Com o corte nos fornecimentos limitados a 420 mil barris/dia (400 mil barris/dia do Iraque e 20 mil do Irã) esses estoques dão para aguentar cerca de 145 dias.

Além disso, segundo fontes oficiais, a Petrobrás já teria ofertas de diversos outros fornecedores que poderiam garantir 200 mil barris/dia, o que elevaria a duração dos estoques para mais de 250 dias. Negociações estão sendo desenvolvidas com o México, a Venezuela, o Equador e outros países, mas a Petrobrás ainda não confirmou a as-

sinatura de qualquer novo contrato. Não há dúvida de que a enorme experiência e prestígio da Petrobrás no mercado internacional facilitarão as coisas, mas 200 mil barris/dia a mais não andam fáceis de conseguir e os preços não serão os mais convidativos pois mais do que nunca o mercado está nas mãos dos produtores.

Caso porém a guerra se prolongue além da expectativa do governo brasileiro e os fornecimentos normais de óleo demorem a ser regularizados, o Brasil ficará em maus lençóis. Apesar de toda a retórica oficial em torno da necessidade de economizar petróleo e substituí-lo por outras fontes de energia, a falta de planejamento oficial fica mais do que evidente quando se sabe que num país que precisaria incrementar a utilização das ferrovias, a indústria de material ferroviário está nesse momento com cerca de 70% de capacidade ociosa.

Agora resta ao país, que desenvolveu uma poderosa indústria automobilística sem ter petróleo, torcer para que os adversários no Golfo Pérsico cheguem rapidamente a um acordo. Muita gente avisou que um dia o "Brasil Potência" poderia ficar embaraçado numa situação dessas. O governo Geisel não ligou muito para isso e o governo Figueiredo também não agiu com a eficiência necessária. Deu no que deu.

DÍVIDA EXTERNA

Os terríveis bilhões do FMI

O Brasil amarga atualmente a maior dívida externa do mundo. Até o final do ano uns US\$ 55 bilhões. Talvez por isso tenha levado a maior de todas as delegações à reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Mais de 130 empresários e membros do governo se deslocaram para Washington.

É possível que alguns dos participantes da caravana brasileira alimentassem a ilusão de que o FMI se tornara mais liberal, deixando de recomendar a recessão como saída para resolver os problemas das economias dos países endividados. Quem pensava assim deve ter ficado decepcionado com o discurso do diretor-gerente do fundo, Jacques de Larosière, na cerimônia de abertura. Este deixou claro que quem quiser pegar dinheiro no FMI tem que se submeter às regras ditadas pela instituição, mesmo que alguns críticos ("equivocados", segundo Larosière) as considerem excessivamente rígidas. "E na situação do balanço de pagamentos de um país que reside a verdadeira causa das medidas duras de ajuste que algumas vezes têm de ser adotadas..." e por aí foi.

O recado foi amargo para o Brasil, que tem condições de pegar US\$ 7,7 bilhões no FMI nos próximos três anos. As cotas do fundo foram aumentadas em 50% e ficou decidido que um país-membro pode tomar emprestado até 600% do valor de sua cota. Daí, os US\$ 7,7 bi à disposição do Brasil. Para fazer seus empréstimos, o fundo conta com recursos próprios (provenientes das cotas dos países-membros) de US\$ 75 bilhões. E vai tentar obter mais recursos junto aos países árabes, o que porém não será fácil devido ao veto à participação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) como observadora das reuniões do fundo. O assunto voltará a entrar em pauta e será tratado por uma comissão mista do FMI e do Banco Mundial, da qual a vice-presidência cabe ao Brasil.

Para o Brasil, a questão principal em relação ao fundo é decidir se vai ou não pegar os bilhões que estão à sua disposição. Cálculos do presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, indicam que no ano que vem seria preciso arranjar lá fora nada menos que US\$ 19 bilhões para cobrir os rombos do

balanço de pagamentos. Para chegar a isso, segundo um documento preparado por Langoni, será preciso não só que os banqueiros norte-americanos e europeus continuem abrindo seus cofres, mas que os árabes e japoneses estejam dispostos a emprestar US\$ 3 bilhões ao Brasil.

Como muitos banqueiros andam dizendo que seu limite de empréstimos ao Brasil já foi atingido, é possível que o país tenha mesmo que bater às portas do FMI para captar parte do que necessitará em 1981. Assessores de Delfim, que não estão presentes à reunião do fundo, procuraram descartar essa hipótese. Para Eduardo Carvalho, ministro interino da Fazenda (e um dos mais antigos *Delfim boys*), "essa conta começa a ficar apetitosa, mas ainda tem muito chão para andar, já que o saque dos recursos não é incondicional". Já para Akihiro Ikeda, assessor especial para Assuntos Econômicos da Secretaria do Planejamento, "ir ao FMI sempre teve a conotação de que o país não tem onde cair morto e nem de longe esse é o caso do Brasil".

Será?



Conceição Tavares: sem otimismo

INSTITUTO DE ECONOMISTAS/RJ

Conceição: quanto pior, pior mesmo

Maria da Conceição Tavares é a nova presidente do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro (IERJ). Sua chapa venceu a encabeçada por Luís Parreiras, por 382 a 267 votos. Com a agressiva, polêmica e inteligentíssima Conceição à frente, o IERJ deverá se transformar num ativo centro de contestação da política econômica do governo, apresentando inclusive alternativas para a solução dos problemas de curto prazo (como a inflação por exemplo).

Maria da Conceição Tavares chega à presidência do IERJ com 53 anos. Portuguesa, com um sotaque que trai sua origem, naturalizou-se brasileira há 27 anos. Grande parte de sua carreira desenvolveu-se na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), onde foi uma das principais cabeças de um grupo de economistas denominados estruturalistas e prestou assessoria a diversos governos (inclusive o do Chile, na época de Allende). Quanto ao Brasil, suas análises sobre o processo de substituição de importações e as estrepolias do mercado financeiro já são consideradas clássicas.

Crítica contundente do capitalismo selvagem brasileiro, ela é atualmente coordenadora do curso de pós-graduação em economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua vivência com golpes de direita em diversos países latino-americanos e a ditadura salazarista a deixaram muito "escaldata". Por isso, ela não vê com muito otimismo o processo de abertura política e acha que sua sobrevivência ainda está fortemente ameaçada por um golpe de ultradireita, em especial se a situação econômica continuar se agravando.

Para que tal não aconteça, a saída segundo Conceição é formar uma ampla frente em favor da democracia. Sua chapa no IERJ é um reflexo dessa concepção, pois dela fazem parte o banqueiro Marcílio Marques Moreira e o economista liberal João Paulo de Almeida Magalhães. Sem papas na língua, Conceição não esconde que considera parte da esquerda brasileira "infantil" e "incompetente" por julgar que o agravamento da crise econômica desestabilizaria o governo e permitiria a subida ao poder de uma administração voltada para os interesses do povo. Conceição não se cansa de dizer que quanto pior, pior mesmo e que numa situação de caos econômico quem teria mais chance de tomar as rédeas nas mãos seria a ultradireita. Uma visão que alguns de seus críticos de esquerda não aceitam, pois acham que na atual conjuntura um golpe de direita é uma possibilidade muito remota pois não contaria sequer com o apoio de grande parte da burguesia.

Um dos pilares do Estado polonês é o sindicato atrelado

MAURÍCIO TRAGTENBERG

“Não sou capaz de dar vida a uma sociedade nova. Porém sou capaz de enterrar os mortos”, dizia a escritora Gabriela Llansol e o movimento de contestação do proletariado polonês de 1956, 1970 e 1980 realiza a idéia. A gigantesca mobilização dos trabalhadores dos estaleiros de Gdansk, Szczecin e Gdunia colocou em xeque a dominação exercida pelo POUP no Estado e na sociedade civil; 1980 repete os levantes de 1956 e 1970 com uma diferença básica: enquanto os primeiros levantes foram reprimidos pela polícia, este movimento recente foi contornado na base do “diálogo” e da negociação direta.

A diferença do tom que o poder utiliza para atingir os operários é evidente. Enquanto a 28 de junho de 1956 o primeiro ministro Cyrankiewicz dirigia-se aos trabalhadores nesses termos, “todo aquele provocador que ouse levantar a mão te-la-á cortada”, a legitimidade do movimento de 80 é reconhecida pelo Poder por intermédio de Tadeusz Fisbach que a 24 de agosto durante a Quarta Reunião Plenária do C.C. do POUP afirmava em Varsóvia: “o conflito social é democrático que explodiu em Gdansk e na região não é obra de dissidentes, mas suas verdadeiras causas estão na queda do nível de vida da população do litoral báltico”. Ao que acrescentou: “a extrema centralização das decisões, os erros do planejamento, a má administração e sua burocratização, sobretudo na área sindical, são imperfeições no funcionamento da democracia socialista”.

O não atendimento das reivindicações enviadas por uma delegação operária a Varsóvia levaram à revolta de Poznan de 28 e 29 de julho de 1956. Sob pressão popular Gomulka sai da cadeia e ocupa o cargo de 1º Secretário do POUP, reconhece ele que o Plano Sexenal que fora vigorosamente apresentado no passado como nova etapa na elevação do nível de vida

Maurício Tragtenberg é professor de Ciências Políticas na Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas e de Sociologia da Educação na Univ. de Campinas.

decepcionou largas massas de trabalhadores.

Porém, seu carisma não consegue evitar o levante de 1970 em Gdansk, Gdunia, Elbag e Szczecin, como protesto contra a alta de preços e os métodos administrativos em vigor. Operários são tratados como “bandidos” e “marginais” e a 20/12/70 Gierek assumiu o cargo de secretário-geral do POUP, enquanto a polícia no país da “ditadura do proletariado” reprime os supostos ditadores: o proletariado.

A 15/12/70 é declarada greve geral e o povo canta a “Internacional” aos gritos de “Pão e Liberdade” e “Abaixo a mentira da imprensa”. As tropas têm ordem de marchar sobre os grevistas a pretexto de combater um desembarque imperialista no litoral de inimigos fantasiados de operários de estaleiros!

Utilizando equipamento pesado e sob os gritos de “Gestapo, Gestapo”, populares enfrentam a repressão.

As reivindicações de 56 e 70 consistiam em independência dos sindicatos ante o Estado e o Partido; equiparação salarial dos altos funcionários do Partido e do Estado ao equivalente de um salário médio de operário qualificado. Basicamente, as mesmas reivindicações do movimento de 1980.

O que reivindicam os operários poloneses agora? Aumento salarial, melhor abastecimento dos gêneros alimentícios, garantia do direito de greve e segurança dos cidadãos, liberdade de expressão oral e escrita, abolição da censura, liberdade e autonomia sindical, fechamento das lojas “especiais” só abertas a funcionários do Estado e do POUP, ereção de um monumento aos mortos pela repressão nos levantes anteriores.

A primeira vitória dos grevistas é a readmissão pelo Estado, da operária demitida, causa da greve.

O Estado responde pelo jornal oficial *Trybuna Ludu* a 16 de agosto de 80 conclamando todos à disciplina, ordem e calma. O ministro Baiuch afirmava na ocasião que “os slogans e reivindicações nada tinham em comum com a classe operária”.

Negando-se inicialmente a negociar e posteriormente aceitando negociações com os trabalhadores, pretendia o Estado dividi-los. É a mesma manobra tentada pelo patronato no ABC tempos atrás. Se dá a demissão do chefe dos sindicatos oficiais, do



chefe do Departamento de Informações do Estado (a Secom polonesa), do presidente da rádio e tv estatais e do presidente da comissão de estatística.

Enquanto a rebelião húngara era predominantemente orientada pela classe média e intelectualidade com apoio operário, a da Checoslováquia não contara com a participação sindical, na Polônia é a classe operária que toma a palavra e exige direitos que são negados por quem exerce o poder em seu nome.

O internacionalismo proletário funcionou, a Fitim (Federação Internacional de Trabalhadores Metalúrgicos) solidarizou-se com o movimento assim como as três maiores centrais sindicais italianas, a CGIL, CISL e UIL, sem falar do Conselho Executivo da AFL-CIO norte-americana, que ameaçava boicotar a Polônia em caso de repressão ao movimento.

Papel importante coube ao KOR (Comitê de Defesa Social), nascido em 1976 após as manifestações das fábricas Ursus e Radon e contra a alta dos preços da carne. Entre seus fundadores está Jacek Kuron, ex-professor da Universidade de Varsóvia que escrevera a Berlinguer após a morte de 14 operários devido às greves de Ursus e Radon. Convertem-se o Comitê num centro de questionamento do Poder, divulgando relatórios sobre as condições de trabalho nas fábricas e sobre a burocratização dos sindicatos.

A aceitação das reivin-

“O operário polonês está privado de qualquer propriedade real, não influencia o Estado e não controla o processo de trabalho”

dicações dos grevistas pelo Estado e pelo Partido, implicou o término da greve e a instalação do Sindicato Independente sob direção de Leszek Valesa, líder emergente dos trabalhadores.

Valesa instala o sindicato independente e inaugura um regime de dualidade de poder. De um lado o sindicato independente, de outro, o POUP e o Estado como ditadores do proletariado, até quando a situação se manterá assim? Especialmente considerando as dificuldades atuais que encontra Valesa em instalar o sindicato e as ameaças da URSS sobre “elementos estranhos” agindo na Polônia e a circulação de tropas em exercício nas fronteiras do país?

A raiz dos problemas poloneses está num crescimento lento da economia, na incompetência administrativa e no desinteresse do trabalhador na produção, eis que não participa das decisões fundamentais da empresa.

Daí o governo aprovar uma lei em 1979 que regulamenta as operações “Joint Ventures” — empresas de capital estatal e privado — com participação de capital americano.

O sistema de estímulos materiais ao trabalho (taylorista) leva à dispensa de pessoal, à elevação das metas de produção a atingir e à supressão dos prêmios de produção, acompanhados do trabalho gratuito aos sábados prestado pelo operário ao Estado “operário”.

O pagamento de juros e a amortização da dívida externa que atinge 20 bilhões de dólares, negociação de um empréstimo de 500 milhões de dólares com bancos europeus e norte-americanos, leva o Estado a procurar diminuir a demanda pela elevação de preços da carne no mercado interno, para com isso obter divisas com a exportação.

No setor das relações agrárias, o predomínio da pequena propriedade, incapaz de suprir a cidade com os alimentos necessários, se constitui em sustentáculo da burocracia estatal, o campesinato repassa a mais-valia do operário à burocracia do Estado.

A Polônia integra-se no capitalismo mundial; assim há uma fábrica da Fiat em construção com previsão de

produção calculada em 150 mil Fiats; está vinculada à Fiat de Togliattigard na Rússia provisionando-a com peças isoladas. Carros e peças isoladas serão entregues à Fiat italiana conforme as necessidades do trust Fiat.

A fábrica Ursus após acordo com a Massey Ferguson constrói nova fábrica com capacidade prevista para produzir 100 mil tratores anuais. Em novembro de 1973 cria-se um banco misto Polônia-República Federal Alemã em Frankfurt. O *Wall Street Journal* dedica sua edição de 26/6/76 para analisar o controle bancário exercido pelo Chase de Nova Iorque sobre a Polônia.

O capitalismo internacional reserva à Polônia uma função: exportar matérias-primas e importar máquinas e nova tecnologia, com vistas inicialmente ao mercado mundial e posteriormente ao interno. Na Polônia, há a propriedade estatal dos meios de produção e não a propriedade social. O operário que lá trabalha está privado de qualquer propriedade real, não influencia o Estado e não possui nenhum controle sobre o processo de trabalho e sobre o produto final.

O fato de não haver propriedade privada, não quer dizer que a sociedade não está dividida em classes; é o caso de sociedades onde predomina o Modo de Produção Asiático. O que caracteriza a propriedade burocrática é não ser individual, e sim propriedade comum de uma elite identificada com o Estado. Seu caráter de classe é definido por sua relação com os meios de produção e com o trabalho. Um dos pilares do sistema é o sindicato que age como “correia de transmissão” das ordens burocráticas.

Em 1955-57 deu-se o desmantelamento da ideologia estalinista e a burocracia ficou sem ideologia própria; ela atualmente fala em nome do “interesse nacional” adotando postura nacional-polaca e punindo os “heréticos” como Adam Schaff, Leszek Kolakowski e J. Kuron.

As reivindicações de Valesa continuam não só a linha básica dos movimentos anteriormente citados, na Polônia, como também a herança da “Oposição Operária” a Lênin e dos marinheiros de Cronstad. Enquanto esses foram reprimidos militarmente na época, Valesa e seus adeptos conseguiram uma vitória política sobre a burocracia. Porém, há o imenso perigo da burocracia “recuperar” pouco a pouco o que cedeu ao proletariado no calor da hora. Em suma, como dizia Sócrates do Planeta dos Macacós: não se pode elogiar.

Os poloneses indicam ao movimento operário brasileiro o caminho a seguir: organização autônoma na luta pela autonomia e liberdade sindical.



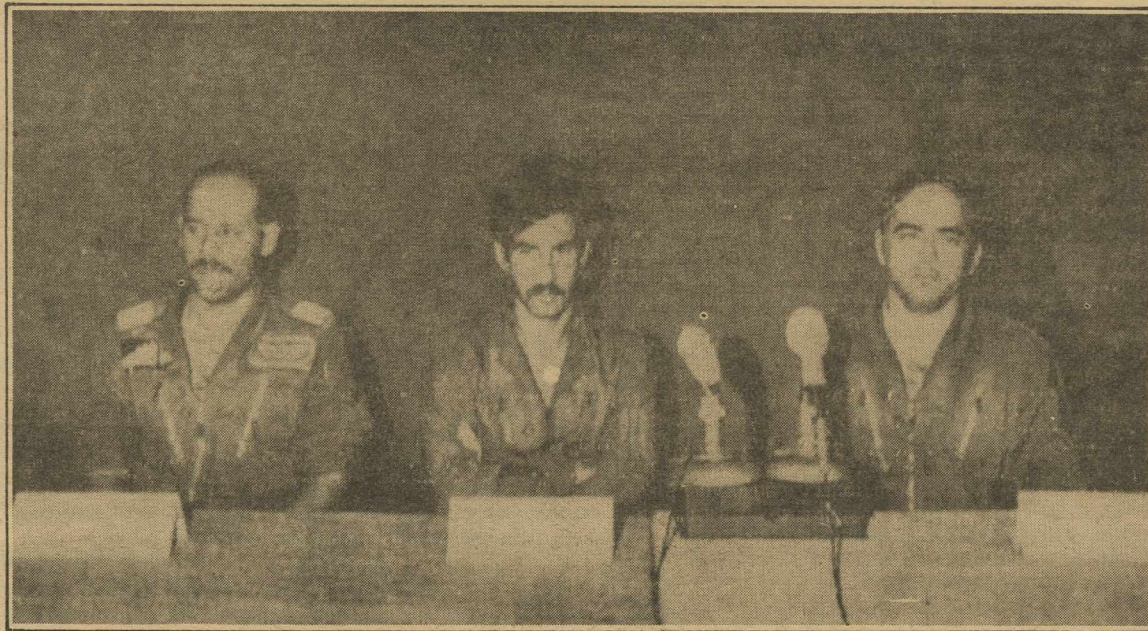
Depois da tempestade a bonança para o Irã

Depois de uma semana de revezes, a fé islâmica e a Força Aérea do Irã retomam a iniciativa.

Junto com rolos de fumaça e labaredas dos 11 primeiros dias da guerra Irã/Iraque, começaram a dissipar-se também pesadas nuvens que ameaçavam a economia mundial. Nem os estragos parecem ter sido tão grandes, nem as supostas vitórias iniciais do Iraque foram esmagadoras. O triunfalismo iraquiano dos primeiros dias e a confusão no Irã cederam finalmente lugar a uma contra-ofensiva iraniana em todas as frentes e a um pedido de arrego do Iraque.

Os prejuízos foram menores que o imaginado antes

Nesta segunda-feira os iraquianos pretendem impor unilateralmente um cessar-fogo — que não será respeitado pelo Irã, agora na ofensiva — e todos os indícios são no sentido de que tal iniciativa não será um blefe, não tanto por determinação do Alto Comando iraquiano, mas por dificuldades imprevisíveis no cenário da guerra. De fato, as observações por satélite mostram que o Iraque não está constituindo reservas logísticas na retaguarda próxima ao território iraniano invadido, e que a Força Aérea iraquiana sumira completamente do mapa nos últimos dias da semana passada. O Iraque, portanto, não está preparando uma ofensiva nova nos próximos dias, e está preservando sua aviação. Agora, a Força Aérea iraniana está senhora dos céus e dá os primeiros sinais de ação coordenada com a infantaria e blindados, que fustigam as posições iraquianas; parece que vai ser essa a principal movimentação da guerra nos próximos dias, uma vez que o Irã não parece nem um pouco disposto a encerrar os atritos enquanto os iraquianos estiverem em seu território. Com o Iraque tentando agora a "consolidação" e renunciando a qualquer tipo de ofensiva que leve à incorporação de territórios — que criam problemas de logística — o quadro muda favoravelmente ao Irã. Definida uma rotina de guerra, o Irã poderá inclusive retomar suas exportações de petróleo, agora que se multi-



Na contra-ofensiva iraniana, pilotos de aviões iraquianos abatidos são apresentados na televisão. Com os aviões iraquianos misteriosamente inativos, o Irã pode se dar ao luxo de bombardear cidades do Iraque com panfletos...

plicam os indícios de que as perdas não foram assim tão graves.

"Tudo o que vi pegando fogo até agora são tanques de petróleo", comenta o especialista americano do Instituto do Petróleo dos EUA no *Jornal do Brasil*, "não há provas definitivas de que partes vitais de qualquer refinaria, oleoduto ou terminal tenham sido atingidas". Mesmo admitindo que partes vitais tenham sido atingidas, o tempo de reparo poderá ser calculado em termos de meses, uma vez cessadas as hostilidades, não havendo portanto distúrbios no fluxo de petróleo no mercado mundial. O que, de qualquer maneira já não aconteceria mesmo, desde que a maioria dos produtores se declarou favorável ao aumento do fornecimento para compensar a paralisação.

Já existem inclusive os primeiros sinais de que o Irã poderá restabelecer logo a exportação de petróleo, pois os terminais de óleo bruto não foram seriamente atingidos pelo Iraque, o que, aliás é apontado pelo Irã como uma prova de que o Iraque agiu sob instigação das grandes potências: somente teriam sido atingidas mais duramente as instalações de Abadan, o que prejudicaria apenas o abastecimento interno do Irã, não a

exportação do cru, o que prejudicaria outros países.

Irã entusiasmado com a cruzada patriótica avança

Embora já seja nítida a mudança da maré na guerra, favoravelmente ao Irã — que teve uma capacidade de reação inesperada — ainda há muita confusão para ser dissipada. Ao ponto da participação israelense na guerra estar sendo especulada, para justificar o misterioso incidente do bombardeio de uma usina atômica em construção no Iraque. As Forças Armadas iraquianas rejeitaram prontamente a acusação do bombardeio que não teriam nenhuma razão para fazer, pelo contrário, em guerra cada lado procura sempre contar feitos imaginários. Foi o suficiente para o jornal *Le Monde* destacar a possibilidade de ataque ter sido obra dos israelenses, que têm os mesmos tipos de aparelho da Força Aérea iraniana, os Phantoms. A riqueza de detalhes com que a imprensa israelense vem noticiando o fato é também altamente suspeita; afinal, os israelenses vêm há tempo

reclamando da existência dessa central nuclear em Bagdá, que possibilitará ao Iraque construir sua bomba atômica num espaço de tempo relativamente curto.

A questão agora é saber quanto tempo ainda vai durar a guerra, que caminha para ações de desgaste apenas, se depender do Iraque. O Pentágono estima o fim da guerra em questão de dias, certamente por subestimar a questão política: animado pelos primeiros resultados de uma contra-ofensiva, o Irã se exalta cada vez mais na cruzada patriótica pela expulsão dos iraquianos. O Departamento de Estado dos Estados Unidos ainda espera mais tempo de guerra, possivelmente levando em conta a necessidade crucial do Irã de lavar a cara e ainda sofrer a tentação de sair vitorioso da guerra, o que teria inestimável valor interno para os governantes do conturbado país.

É certo que a guerra poderá se transformar em ações de fustigamento mais próximas da guerrilha, o que a prolongaria indefinidamente, mas da maneira que a guerra foi começada, com grandes deslocamentos de tropas, clás-

sicos, sua continuidade vai depender do auxílio externo nos dois casos.

O Irã retalhado num banquete geopolítico?

Por isso os dois lados já trocam acusações: o Kuwait e Jordânia teriam já enviado armamentos e tropas ao Iraque.

E o Iraque acusa o Irã de estar recebendo ajuda americana da parte de ninguém menos que os Estados Unidos, que teriam autorizado à Coreia do Sul e ao Japão cederem peças de reposição para a Força Aérea iraniana. O objetivo dessa curiosa ajuda, segundo os observadores, teria uma razão: os Estados Unidos viabilizariam, por debaixo do pano, um acordo com o Irã, que lhe livraria a cara de uma derrota fragorosa frente ao Iraque — possibilitando então, numa etapa posterior, a reabertura da negociação da sorte dos reféns americanos detidos no Irã.

E, de quebra, os americanos evitariam o pior espectro possível do Oriente Médio: uma derrota fragorosa e desmembramento do Irã, o que levaria, com poucas dúvidas, à retalhação do império persa, banquete geopolítico ao qual não faltaria, sem a menor dúvida, o comensal indesejável da fronteira nordeste do Irã, a União Soviética.

De qualquer maneira, mesmo que isso possa parecer muito fantasioso, o Iraque terá de mudar sua tática e estratégia ao longo dos próximos dias, pois suas posições dentro do Irã não estão suficientemente consolidadas, e, o que é pior, parece não haver uma retaguarda logística confiável para manter o plano inicial, que era de ocupar uma faixa do território iraniano com fins de posterior barganha. Recusando o cessar-fogo proposto pelo Iraque, o Irã dá mostra de que se entusiasmou com a briga, e que pretende tirar proveito dela.

(FC)



O Ocidente aposta nos rescaldos desta guerra

O Ocidente vem desenvolvendo desde 1973 um Know How para lidar com as crises.

O novo estilo americano de guerra parece estar definitivamente consagrado. Nos últimos dias dois países em vias de desenvolvimento demonstraram que aprenderam bem a lição da desastrosa tentativa de resgate dos reféns americanos nos desertos do Irã. Se a guerra continuar sendo conduzida da maneira que tem sido feita até agora, tal instituição estará definitivamente desmoralizada nos próximos anos.

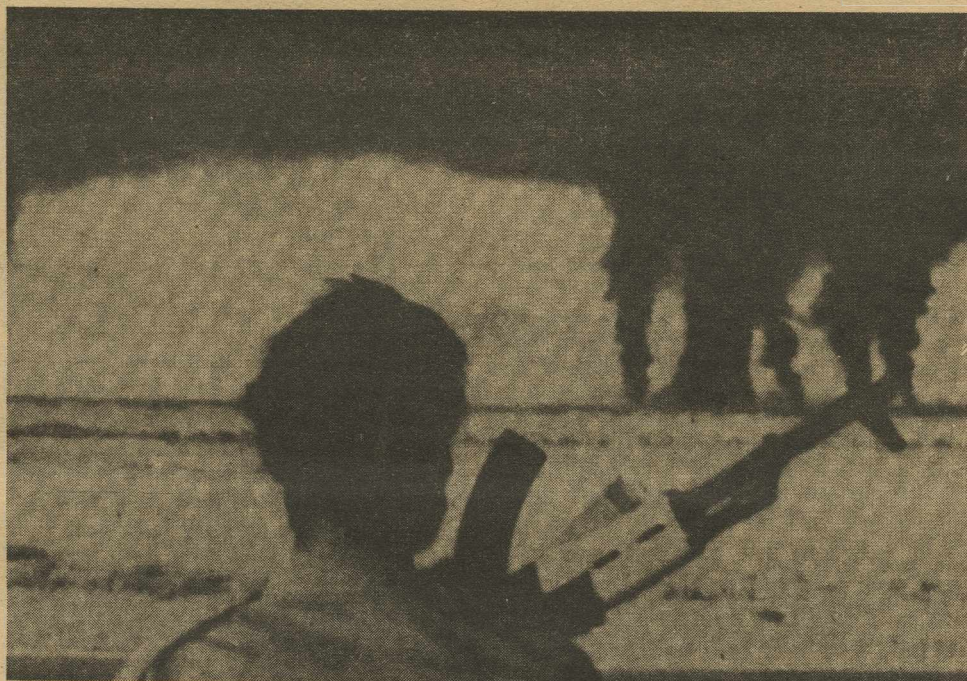
Bastou, por exemplo, aos pilotos iraquianos se comunicarem com a torre do aeroporto de Teerã falando no dialeto farsi para que o espaço aéreo inimigo fosse aberto gentilmente para o bombardeio. A esperteza iraquiana teve pernas curtas: 20 dos 23 foguetes lançados sobre o aeroporto de Teerã simplesmente não explodiram ou erraram de longe o alvo. A confusão ficou por conta dos iranianos: em meio a grande fumaceira e correria os guardas revolucionários passaram a atirar caoticamente. Fora os seis aparelhos destruídos ou que tiveram suas estruturas abaladas pelas três solitárias bombas que atingiram o alvo, o maior prejuízo foi causado por um piloto que tentava tirar seu C-130 da linha de fogo e acabou taxiando-o diretamente na direção de um hangar, que acabou demolido.

Uma guerra sob medida para acabar com os excessos de estoque.

Os EUA já produziram melhores pastéis, tanto no cinema quanto em suas aventuras militares nos últimos tempos; iranianos e iraquianos, portanto, não precisam se envergonhar tanto.

Fora iraquianos e iranianos, que não devem estar achando a menor graça na guerra, quase todos os outros tradicionais protagonistas das crises internacionais estão mantendo a fachada séria e parecem rir a bandeira despregada na intimidade.

Começamos pelo governo brasileiro. Há um pretexto melhor para aumentar os preços dos derivados do petróleo que uma guerra de "árabes"? Na semana passada, mais uma vez os planejadores brasileiros foram "surpreendidos" — como já haviam sido na guerra de 1973, com as remarcações de preço da OPEP, todo ano, com as sucessivas crises iranianas, etc., etc. Nessa semana crítica, como todas as outras desde 1973, se descobriu novamente o segredo de polichinelo da dependência brasileira. Romarias de empresários multiplicaram suas lamentações quanto à falta de alternativas



As instalações danificadas; uma revoada de reparadores, em breve

energéticas do país, quanto à precariedade do sistema ferroviário, quanto ao fato do sistema energético baseado no carvão estar atrasado 20 anos no Brasil, quanto à lentidão da implantação do Proálcool, quanto à incapacidade dos sistemas de transporte coletivos de atenderem à demanda...

E os ministros que apareciam na TV, ao longo dessa semana, mal pareciam poder conter por trás da gravidade o impulso da gargalhada. O vice-presidente veio anunciar que o novo preço da gasolina não ia ser de Cr\$ 43,00 e sim de Cr\$ 45,00. E o ministro dos transportes Elizeu Rezende veio ao vídeo, grave e compungido, anunciar a abertura de uma linha de crédito para financiamento de bicicletas para estudantes e trabalhadores, esses perdulários que andam dilapidando nossos recursos energéticos na ida para a escola e para o trabalho.

A descontração dos ministros tem razão de ser. O Brasil aprendeu a lição das últimas crises, e à semelhança dos mais desenvolvidos já tinha tomado certas precauções que amenizaram bastante o impacto da crise. Os estoques de petróleo — como em todo o mundo industrializado — estavam anormalmente altos. Tanto que chegou a despertar desconfiança que essa guerra tenha vindo sob medida demais. Explicando melhor: nos últimos meses o superavit entre oferta e demanda já se aproximava dos 1 milhão de barris/dia. Inclusive, foi essa a razão da OPEP ter decretado uma redução geral de 10% na sua produção. Nas últimas

semanas, antes da guerra portanto, as grandes companhias internacionais conhecidas pelo apelido de sete irmãos vinham começando a dilapidar tais estoques de petróleo por uma razão muito simples: os custos de estocagem estavam começando a ser batidos pelos "irrisórios" aumentos.

No Oriente Médio, um novo plano Marshal em andamento.

As empresas distribuidoras de petróleo têm, portanto, razões de sobra para estar rindo até as orelhas. Elas estão se livrando com velocidade apropriada dos estoques conjuntamente onerosos, estão podendo realizar certo lucro adicional no chamado mercado "spot" de Roterdã e, quem sabe, talvez consigam consolidar algum aumento sob a justificativa da guerra. Afinal, os preços atuais do petróleo refinado, em torno de 330 dólares a tonelada, estão bem longe dos 400 dólares atingidos em 1979 na crise iraniana. Nada como uma crise internacional para melhorar o humor desses sombrios comerciantes.

E as seguradoras londrinas que ainda mantêm o secular costume de badalar um sino quando chegam catastróficas notícias de afundamentos de navios segurados? Simplesmente aumentaram seus prêmios em média de 300% e até agora não tiveram ainda o desprazer de balangandar o secular sino da desdita.

E os vendedores de armamentos? Nem tanto o Brasil com seus ridículos blindados urutus e cascavéis que nos renderam até hoje uns 100 milhões de dólares, mas os grandes vendedores que já estão se beneficiando com a venda para os vizinhos do Irã e Iraque, como os Emirados Árabes Unidos ou Jordânia, por exemplo, que está negociando com a França a compra de um "pacote" de 150 aviões de combate Alpha-1. E a Arábia Saudita, o maior exportador mundial de petróleo, vizinha do conflito, trata de precaver-se entabulando negociações para compra de novos armamentos. Não há ainda estimativa certa de quanto pode sair dessa mina, mas não será nada irrisório, principalmente agora, mais do que nunca, que a Arábia Saudita se transformou na principal cabeça de ponte americana na região. O plano estratégico americano, diz o *Nouvel Observateur*, é transformar a região do golfo Pérsico numa nova Europa depois do Plano Marshal. Ou seja, aproveitar o impulso incipiente desses países na direção da modernização de suas economias — impulso esse que já superou bastante a compulsão da busca de formas sociais mais avançadas, e de libertação nacional, que caracterizaram o desenvolvimento político de grande parte do globo. Hoje, a libertação nacional e a justiça nacional parecem despertar pouco entusiasmo pelo mundo afora, principalmente depois que países como a URSS e China se lançam em projetos modernizadores baseados na tecnologia ocidental, a nova pedra de toque da salvação da humanidade. É o caso do Iraque, onde os governantes anteriores pró-soviéticos foram varridos da vida política nacional, para que o país ensaiasse um novo estilo de desenvolvimento à ocidental.

Rotas e desvios no mercado financeiro beneficiam os grandes.

Embora os EUA ensaiem nos últimos dias modesto pessimismo, a realidade é que a tecnologia ocidental vai se tornar indispensável nos rescaldos do incêndio. Certamente os soviéticos não vão ter a chance de reconstruir todos os oleodutos e refinarias destruídas — o que precisará ser feito com grande rapidez depois de cessadas as hostilidades. Na América, inclusive, se chegou a especular sobre a possibilidade de uma breve libertação dos reféns americanos detidos há mais de 11 meses, baseada na possibilidade do Irã precisar reciclar suas Forças Armadas depois do conflito. O Irã já deu o primeiro passo nesse sentido rea-



Quase todo mundo ganha essa guerra, menos o Irã

bilitando alguns dos militares que estavam trancafiados e conclamando todos à união nacional em defesa da pátria persa. Em Washington se desconfia seriamente que o Irã não usou totalmente sua superioridade aérea pela falta de operadores dos sofisticados caças americanos herdados ainda do tempo do Xá, e também por falta de peças de reposição. Os Estados Unidos, portanto, mantendo-se numa neutralidade declarada, dão ao Irã a desculpa de que precisavam para restabelecer negociações: a desculpa de que frente ao secular inimigo iraquiano se justifica uma negociação com os americanos. Ou melhor, fornecerá argumentos aos leigos progressistas do Irã, que poderão sair da guerra culpando os religiosos pelo isolamento diplomático do país e pelo despreparo militar.

Contos de mil e uma noites? Nem tanto. Não deu certo no Egito, onde o outrora furioso presidente Sadat se esforça para ter seu país utilizado como base militar para um ataque maciço ao Irã? *Know How* e condições objetivas é que não faltam.

Desde a crise do petróleo de 1973, o Ocidente vem aprendendo a lidar com as crises internacionais na rota das matérias-primas, e mesmo quando não é possível fazer nada nessas rotas, inventam desvios numa outra via mais lucrativa, no mercado financeiro.

O bloqueio do estreito de Ormuz não interessa nem o Irã nem Iraque

Assim, hoje, não é tão preocupante o estrangulamento da matéria-prima petróleo na guerra do Iraque/Irã. Os quase 3,5 milhões de barris diários do Iraque e os poucos 500 mil do Irã estão cobertos pelo menos por 120 dias em quase todos os países que significam alguma coisa na economia mundial. É claro que o Nepal passa por situação dramática, como foi anunciado, mas é bem provável que, para as necessidades energéticas desse país, uma revalorização das velas de sebo possam contornar a crise. O Japão, por exemplo, que não tem nem uma gota de petróleo nativo, tem boas razões para encarar a crise de maneira otimista: o jornal *Le Monde* destacava dia 2 passado em sua primeira página os esforços do governo japonês para incrementar sua marinha, sem que ninguém se assustasse com o outrora temido "perigo amarelo" desativado deste a II Guerra Mundial.

Afastado o perigo de escassez imediata de matéria-prima — isso se a guerra se esvaziar nos próximos dias, como é confiança geral — resta o perigo da guerra de desgaste entre os dois países prejudicar de forma mais permanente o fornecimento. Também esse perigo pode ser afastado se cumpridas as promessas quase formais dos outros países produtores compensarem a baixa de produção. O perigo do bloqueio do estreito de Ormuz, uma das jugulares do Ocidente, está praticamente afastado com promessas formais e incondicionais do Irã e Iraque. Para o Irã essa iniciativa é altamente desinteressante; ela poderia levar a maior hostilização do conjunto das nações ocidentais sem prejudicar

os Estados Unidos, que recebem apenas 12% de seu petróleo desse gargalo estratégico.

A reciclagem dos ganhos petrolíferos: os desenvolvidos ganham

Resta um outro cenário de agravamento da crise: o aumento dos preços do petróleo que seria definitivamente incorporado aos custos mesmo depois da guerra, mas esse é um problema que não vai atingir todo mundo. É certo que o Brasil escapará também da primeira parte do problema, usando apenas a estratégia de ir na cola da França, Alemanha e Japão; esses países também têm dependência do petróleo iraquiano e têm certo poder de barganha para forçar uma solução no suprimento. Basta portanto ao Brasil apenas esperar a iniciativa dos franceses e japoneses. Quanto ao aumento dos custos, não é tão certo assim que o Brasil possa se sair tão bem. Japão, França e Alemanha usam com a maior desenvoltura o que se chama reciclagem da crise. Quer dizer, devolvem ao mercado mundial manufaturas oneradas que compensam a alta de matéria-prima, absorvem nos seus mercados financeiros os excedentes de petrodólares dos aumentos e acabam mais ricos ainda. O Brasil ensaia também alguns passos nesse sentido — como aconteceu na venda de importante lote de ações da Volkswagen do Brasil para o Kuwait. Mas nada tão significativo como a capacidade dos países mais industrializados de absorver os ganhos dos países da OPEP.

A corrida especulativa pela compra de ienes, inclusive, nos últimos dias foi notada até pelo Brasil, que teria realizado compras (não confirmadas) de 10 milhões de dólares diários em ienes. A Arábia Saudita e o Kuwait teriam comprado nos últimos dias nas várias capitais financeiras do mundo uma média equivalente a 50 milhões de dó-

lares por dia em ienes.

É claro que isso reflete um movimento especulativo, mas as operações especulativas nunca se dão em torno, por exemplo, da economia de um país como a Coreia do Sul; as espirais especulativas se desenvolvem em torno de um centro geralmente sólido, no caso o Japão, que é apontado unanimemente como o país que melhor soube tirar lições das crises de fornecimento de matérias-primas.

Ao contrário da Petrobrás, que concentrou perigosamente seus fornecedores em áreas restritas, o Japão diversificou suas importações desde 1973. Diminuiu também com grande sucesso sua dependência do petróleo como fonte primária de energia — de 78% em 1973 para 72% atualmente, com previsão para atingir apenas os 50% no fim dessa década. Agora, portanto, com menor dependência ponderável em relação ao petróleo, o Japão pode, ainda de quebra, aumentar suas manufaturas numa velocidade indexada aos aumentos do petróleo, o que lhe dará duplo lucro pois, afinal de conta, ninguém vai querer saber qual o custo adicional nos produtos japoneses que é incorporado pelo aumento originário da fonte energética petrolífera.

Se o Ocidente está em condições até de lucrar com as guerras localizadas — o que de resto não é tão grande novidade no capitalismo — o que mais espanta ao pensamento socialista é a falta absoluta de estratégias e definições sobre como tratar tal tipo de conflito. Na verdade, os países que muitos consideram socialistas não têm conseguido sequer formular estratégias e políticas para casos de conflitos entre países como Vietnã e Camboja, onde Partidos Comunistas, ou assim autodenominados, chegaram ao poder. Pior ainda no caso de conflitos envolvendo nações e países que lutam pela independência nacional, como aconteceu no caso de Somália e Etiópia, onde URSS e Cuba não conseguiram mais que tirar proveito pela forma clássica que tiraria qualquer potência imperial.

No caso da Etiópia e Somália os países considerados socialistas como URSS e Cuba se limitaram ao papel de potência eventualmente bem colocada no lugar certo na hora certa, sem que tivessem desenvolvido ali nenhuma política distinta de uma potência imperial. O mesmo parece acontecer no caso do Iraque e Irã. Há uma absoluta paralisia de iniciativas da parte dos países ditos socialistas, que vão do extremo soviético de assistir de caníço à mão o conflito do seu literal balcão fronteiro, à ardorosa imprecisão chinesa e albanesa. Não se definir politicamente numa guerra confusa dessas ainda pode ser aceitável, mas a URSS não conseguiu formular claramente nem uma estratégia oportunista que lhe permita tirar proveito de algum mais provável vencedor...

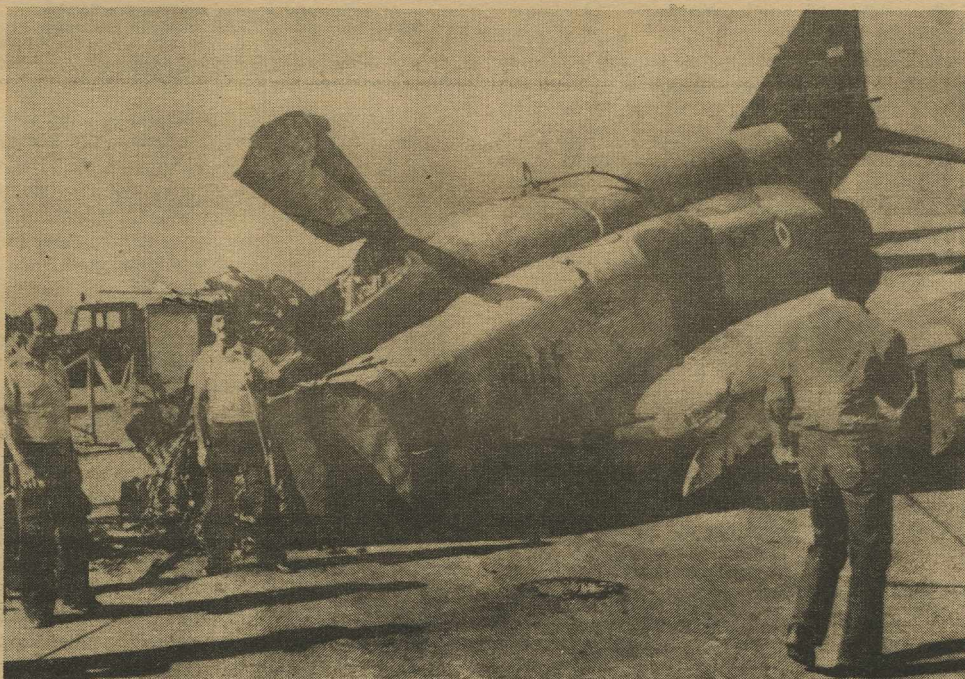
Isso não significa, é claro, o colapso do assanhamento soviético. Significa, antes de tudo, que os soviéticos começam também a padecer de crises de digestão ou de congestão, à semelhança dos Estados Unidos. Os soviéticos enfrentam desarranjos periféricos e centrais. No Afeganistão entraram numa embrulhada que pode levar anos e anos para ter um desfecho ou consolidação. No quintal polonês se viram mesmerizados com uma rebelião operária para a qual não puderam usar a solução clássica do envio de tanques, pelo menos pelos tempos mais próximos. Enfrentam atritos ainda não digeridos no Camboja e Vietnã e ainda dependem da quase falecida detente para a modernização industrial.

Um pesadelo soviético: que o Iraque repita o Egito de Sadat.

Eventualmente, a URSS pode ganhar alguns contratos de reparos e reposição de peças no Iraque, uma vez consolidado algum tipo de rotina de guerra, ou mesmo com o fim da guerra. Mas, certamente a França e Itália abocanharão partes de leão na reconstrução. E restará sempre o pesadelo para o Kremlin do Iraque resolver, de uma hora para outra, como fez o Egito, mudar dos Migs para os Mirages, num primeiro estágio, para finalmente se abrigar sob as asas sofisticadas e poderosas dos Phantoms. Afinal, como aprendeu Sadat, a URSS não foi tão efetiva para aquietar Israel como foi uma aliança com os Estados Unidos.

E, para o Iraque, pode ser mais vantajoso tratar com os EUA, mesmo que indiretamente, do isolamento do Irã, seu figadal inimigo, do que com a URSS, que, inclusive é vacilante na condenação do Irã.

É claro que estas especulações são cenários futuros possíveis e a URSS pode estar planejando alterar tais cursos. Mas, a médio prazo não é muito factível imaginar, para qualquer dos países envolvidos diretamente na guerra, um caminho diferente do Ocidente. Mesmo porque, é difícil de se imaginar hoje em dia algum outro caminho por onde possam transitar os petrodólares do Irã e Iraque. Seja para a guerra, seja para a reconstrução de ambos os países.



Um phantom iraniano abatido: especulações sobre quem repõe as perdas.

CHINA

Daqing já não é modelo da indústria

Os dirigentes da exploração petrolífera de Daqing (Taching) — que foi durante 20 anos o principal “modelo” recomendado para a indústria chinesa — acabam de fazer autocrítica. Os jornais de Pequim publicaram, no dia 23 de setembro, o relato de uma reunião ocorrida três dias antes, durante a qual um dos principais dirigentes da exploração, Wang Sumu, denunciou as “manifestações esquerdistas” de que sofria a empresa.

“Nós insistimos demais no papel do espírito revolucionário”, afirmou Wang, “mais do que sobre uma consideração científica do trabalho. Nós enfatizamos exageradamente o slogan ‘arriscar a vida pela revolução’ e pedimos demais aos operários para não temer sacrifícios”.

A direção de Daqing afirma ter agido “contra as leis objetivas” insistindo demais na produção propriamente dita. “Nessa época”, afirmou Wang, “a extração de petróleo ultrapassava as capacidades reais de produção”.

A autocrítica incide também na insuficiência dos equipamentos sociais, na frequência dos acidentes de trabalho, no “formalismo” do trabalho de direção. Nossas experiências passadas, disse ainda Wang Sumu, foram vencidas “em condições particulares a Daqing e historicamente determinadas”. Algumas entre elas podiam ser consideradas “positivas” na época, mas, “tendo mudado a situação, um bom número delas caducou”. Ora, e aí está a acusação mais grave, “essas experiências não foram rejeitadas e, ao contrário, continuamos preconizando sua aplicação”.

O campo petrolífero de Daqing, instalado numa das zonas mais inóspitas do nordeste chinês, produz quase a metade do petróleo extraído na República Popular da China (50 milhões de toneladas, sobre um total de 106 milhões). Durante uma visita no final de 1979, pudemos constatar que a exploração não se dava sem defeitos, e os dirigentes entrevistados não escondiam os erros passados, em particular relativos aos “excessos” no aumento da produção a qualquer preço. Também seu objetivo não era mais do que manter a produção em seu nível atual nos próximos 10 anos. Na época, aliás, Daqing já havia “reexaminado suas experiências” e realizado diversas reorientações para modernizar seus equipamentos, aumentar a produtividade, melhorar as condições de vida e trabalho.

A autocrítica publicada agora tem portanto um significado antes de tudo político. Ela sucede às críticas que foram dirigidas nos últimos meses contra a comuna de Dazai (Tachai), que jogava na agricultura um papel de “modelo” análogo ao desempenhado por Daqing na indústria. Ela se volta contra o princípio de “contar com as próprias forças” que era a base da experiência de Daqing e constitui um golpe suplementar na empresa de demolição da herança maoísta, porque foi o próprio Mao Tsé-tung que, por meio de uma proclamação de 7 de maio de 1966, convidou os operários de toda a China a tomar como modelo seus colegas de Daqing, sobretudo para assegurar sua própria subsistência participando da produção agrícola nos locais de seu trabalho.

O abandono do “modelo de Daqing” constitui uma negação dos métodos de desenvolvimento nos quais o homem, à força de perseverança e abnegação, buscava triunfar sobre a natureza. É justamente o que diz Wang Sumu, aliás, quando declara que o “papel do espírito foi exagerado”. Desde 13 de agosto último o jornal Claridade havia lançado a primeira pedra contra esse alvo ridicularizando a fábula muito maoísta do velho tonto Yugong, que removeu as montanhas. “Se Yugong tivesse sido menos estúpido”, afirmou o jornal, “ele teria escutado os que lhe aconselhavam melhores métodos”.

Se sabemos bem o que pretendem negar hoje os dirigentes chineses — ao menos alguns deles —, os novos “modelos” que propõem ainda se delinham com pouca clareza. De fato, no mesmo momento, o projeto do combinado siderúrgico de Baoshan, perto de Xangai — radicalmente oposto em sua concepção à exploração de Daqing, porque faz principalmente apelo não só aos equipamentos, mas também a minerais estrangeiros —, é objeto de um verdadeiro escândalo. Desperdício de fundos públicos (em particular de divisas), insuficiência de estudos prévios, negligência em relação às consequências sobre o meio ambiente, incertezas quanto à rentabilidade acabam de ser denunciadas com vigor durante a última sessão da Assembléia Nacional Popular.

Entre os modelos de Daqing e Baoshan, a indústria chinesa terá apesar de tudo que escolher. A menos que a querela, econômica na aparência, reflita de fato rivalidades políticas, e não possa ser solucionada sem a queda de algumas cabeças.

(Alain Jacob, de Pequim — Le Monde)

ALEMANHA OCIDENTAL

Igreja apoiou Strauss

Os bispos tomaram o partido do candidato democrata-cristão

Renunciando à reserva política que vinha observando há pelo menos dois anos, a hierarquia católica da República Federal Alemã se engajou, desta vez, de uma forma bem mais clara, no combate eleitoral. E verdade que a carta pastoral dos bispos não pediu explicitamente para se votar contra o chanceler Helmut Schmidt e a favor do líder democrata-cristão, Franz-Josef Strauss. Mas é bem a essa conclusão que devem ter chegado os que receberam essa mensagem, que critica a ação da coalizão socialista-liberal não somente no domínio familiar, mas também no das finanças e economia.

O texto da carta pastoral consagrado às eleições para a chancelaria, de 5 de outubro, foi revelado pelo Frankfurter Rundschau. Essa divulgação provocou imediatamente uma profunda repercussão. O órgão liberal de Frankfurt afirmou que, à parte algumas frases sobre a necessidade de manter “uma ordem de vida conforme a vontade divina”, a carta pastoral teria podido ser redigida no quartel general de Strauss. Nos meios dirigentes do Partido Social-Democrata e do Partido Liberal,

dizia-se às claras: os bispos deram publicamente seu apoio aos democratas-cristãos.

De fato, alguns argumentos da carta não eram inesperados. De seu ponto de vista, os bispos não podiam deixar de condenar a legislação que liberaliza o aborto e facilita o divórcio.

Um pouco mais inesperado é o fato de que os bispos se dirijam contra um aspecto essencial da argumentação eleitoral de Schmidt, que se apresenta aos cidadãos como a melhor garantia da *détente* e da paz. O chanceler, é verdade, jamais acusou os democratas-cristãos de promover uma política belicista, mas ele não deixou de repetir em todas as reuniões eleitorais que Strauss e seus colegas não tinham a “capacidade necessária” para manter boas relações entre o Leste e o Oeste.

Ora, a carta pastoral denuncia expressamente aqueles que negam a seus adversários “a vontade de manter a paz ou a aptidão para realizar essa necessidade no terreno da política e da diplomacia”. Desse modo, a hierarquia católica colocou-se

de maneira clara contra um argumento em torno do qual os partidários de Schmidt fizeram um cavalo de batalha.

Outro ponto que surpreendeu foi a tomada de posição dos bispos contra o envidamento do Estado. Uma das principais críticas da Democracia Cristã ao governo foi, de fato, que este teria, depois de sua chegada ao poder, feito as dívidas públicas subir de 45 bilhões para 204 bilhões de marcos. Strauss assegura mesmo que, segundo a planificação financeira a longo prazo da República Federal, esta, em 1982, pagará tantos juros pelos créditos anteriores que não poderá encerrar novos créditos.

(Jean Wetz, de Bonn, Le Monde)



Strauss: reforço episcopal

vários anos, o governo da Baviera fechou os olhos em relação às atividades do grupo Hoffmann. O chefe do grupo sofreu é verdade algumas ligeiras condenações por ter feito uso de uniformes e símbolos nazistas, mas enquanto em Bonn se considerava o grupo Hoffmann como perigoso, o ministro regional da Baviera declarava sem cessar que era impossível estabelecer contra o dirigente neonazista acusações suficientemente sólidas para justificar perseguições.

Foi somente em janeiro que o governo federal interditou o “Grupo Esportivo de Defesa”. Essa interdição, aliás, não é ainda definitiva, já que Hoffmann entrou com um recurso no Tribunal Administrativo Federal. (J.W.)

O ataque neonazista

O inquérito sobre o atentado efetuado na tarde de 26 de setembro na “Festa de Outubro” de Munique, que provocou a morte de 12 pessoas e ferimentos em mais de 200, permitiu estabelecer rapidamente um certo número de convicções. Tudo indica que o instalador da bomba seja um jovem neonazista, morto durante a explosão. Trata-se do estudante Gundolf Kholer, de 21 anos, habitante de Donaueschingen. Ele pertencia ao “Grupo Esportivo de Defesa”, fundado por Karl-Heinz Hoffmann, e interdito no início do ano.

Este último foi preso junto com seis de seus amigos, sendo solto depois pela polícia da Baviera “por falta de provas”. Investigações foram realizadas na casa de trinta outras pessoas. Segundo o procurador geral, Kurt Rebmann, teriam sido assim descobertos um quilo de explosivos, três obuses de 105 milímetros e alguns cartuchos.

Embora não se tenha conseguido estabelecer ainda que o estudante Kholer tenha agido de acordo e com o apoio de seu chefe, o questionamento do neonazismo acirrou a controvérsia política de modo inédito.

Até o presente, de fato, o ministro do Interior, Baum, havia sido criticado

sobretudo porque teria dado provas de fraqueza diante do terrorismo de extrema esquerda. O candidato da oposição democrata-cristã à Chancelaria, Franz-Josef Strauss, voltou agora ao ataque com muito mais vigor do que antes. Ele reconheceu, é verdade, que não se pode atribuir ao ministro uma “responsabilidade direta” no atentado de Munique, mas o acusou de ter “sistematicamente enfraquecido e desmoralizado” os serviços de segurança. Seu papel nesse domínio teria sido “escandaloso” e Baum deveria imediatamente pedir sua demissão. O ministro-presidente bávaro acrescentou que, depois de 10 anos, a coalizão socialista-liberal no governo federal provocou a desagregação de todos os valores morais, ao mesmo tempo que reduziu os poderes da polícia.

No campo governamental rejeitou-se, é claro, a exigência de Strauss. Durante uma reunião pública, na tarde do dia 28, o próprio chanceler tomou a defesa de seu ministro do Interior e acusou seu adversário de se dedicar a uma “exploração do banho de sangue” com fins eleitorais.

Segundo certas opiniões Strauss também ficou na defensiva. Ele teria procurado fazer esquecer que, durante

POLÔNIA

Karol: revelando os trunfos de Walesa

O governo polonês se recusou a conceder visto de permanência ao conhecido jornalista e historiador K.S. Karol, grande estudioso das questões socialistas. Na semana passada, embora tivesse todos os documentos em ordem, Karol teve que deixar a Polônia, para onde havia se dirigido para acompanhar a situação do país após a greve dos estaleiros.

Antes desse incidente, o jornalista havia escrito sobre os sindicatos “autogeridos” poloneses, afirmando que, na sua opinião, o novo dirigente do Partido Operário Unificado Polonês (POUP), Stanislas Kania, não poderia encontrar uma saída satisfatória para a crise em que se encontra o país, sem entender-se com esses mesmos sindicatos, nascidos da

greve, e seu principal líder, Lech Walesa. Daí o atual mutismo de Kania — politicamente, um agravante da crise.

A necessidade de diálogo com os “sindicatos livres” de Walesa, na opinião de Karol, advém de três fatores. Primeiro, porque a Solidariedade de Walesa entre os trabalhadores é muito grande; atinge, “por baixo”, cerca de 4,5 milhões de aderentes. Trata-se portanto de um sindicalismo muito forte (mais poderoso que o francês, diz Karol), que rejeita todo burocratismo e corporativismo, e exige que os trabalhadores participem diretamente nas análises dos “erros econômicos” admitidos pelo governo. Em segundo lugar, Karol lembra que na Polônia, “mais que nas outras democracias populares, as

mudanças no Partido depois de uma crise são acompanhadas de fortes denúncias contra a política até então vigente. Foi assim em 1956, em 1971 (quando Gierek substituiu Gomulka) e agora, com a queda de Gierek. Assim, pergunta Karol, “como os trabalhadores poderiam responder mais uma vez aos apelos dos dirigentes, sem nenhuma garantia? Principalmente quando exigem um diálogo constante?”

Finalmente, Karol aponta para o isolamento do POUP, iniciado a partir de 1968, quando o Partido perdeu simpatizantes entre os “comunistas críticos” e mesmo entre os católicos — setores que hoje estão junto de Walesa nessa “organização aparentemente nebulosa que se chama Solidariedade”, centro da vida política da Polônia.

Otimistas de Guangzhou

Chá, T'ai Chi e bom humor: a receita chinesa para a longa vida

O motivo apresentado para a recente renúncia do primeiro ministro Hua Guofeng e mais sete vice-primeiros-ministros entre eles Deng Xiaoping, foi a necessidade de remoçar a equipe dirigente do país. De fato, a cúpula governamental da China era uma das mais idosas do mundo. Mas não só no poder estão os velhos chineses. A revista *Beijing Informa* de agosto traz um artigo sobre os anciãos da região de Guangzhou, que, numa população de três milhões de pessoas, tem 1790 com mais de 90 anos e 30 com mais de 100.

Integrantes do Instituto de Gerontologia de Guangdong entrevistaram 52 desses anciãos, 17 deles centenários, tendo o mais velho 112 anos. Desse número, 14 são homens e 39 mulheres; 48 foram trabalhadores manuais e o restante intelectuais; 28 viveram na cidade desde sua infância e os outros 24 vieram do campo, nove deles antes dos 30 anos.

Os 48 ex-trabalhadores manuais se dedicaram ao trabalho físico desde sua infância, e só deixaram de exercê-lo aos 70 ou 80 anos. Porém, a metade deles ainda realiza tarefas domésticas. Muitos preferem caminhar quando têm que sair. A maioria pratica regularmente o qigong (exercícios respiratórios controlados), o T'ai Chi Ch'uan (arte pugilística baseada na filosofia taoísta) e massagens.

Liao Fuhui, um velhinho de 106 anos, mora no

quarto andar de um edifício e sobe as escadas várias vezes por dia. Ainda vai à casa de chá todas as manhãs e passeia pelo parque diariamente, hábito que cultivou durante décadas. Sempre massageia o corpo.

Todos os velhos entrevistados levam existência regrada. Em sua maioria são madrugadores e também se deitam cedo, esfregam o corpo com água morna ou tomam banho pelo menos uma vez por dia. A anciã Li Ying, de 106 anos, fricciona o corpo integralmente com água morna três vezes ao dia, levando 40 minutos cada operação dessas. Os exercícios e massagens energéticas melhoram sua circulação sanguínea e relaxam músculos e articulações.

A maioria desses cidadãos de idade avançada tem bom apetite, mas come e bebe moderadamente e em horários regulares; 15 deles tomam um pouco de vinho de vez em quando e 12 fumam ocasionalmente; 40 são inveterados bebedores de chá.

O otimismo parece ser um dos traços característicos desses velhos. Feng Gangbai, um dos incluídos na categoria dos intelectuais, pintor de 97 anos, atribui sua vida prolongada ao "uso constante do cérebro". Afirma que ainda trabalha de sete a oito horas diárias e que, algumas vezes, se levanta à meia-noite para pintar, quando se sente inspirado.



Segredos simples (e sábios) para viver

Um fórum a favor da legalização

As conclusões do "Fórum pela Legalização do Aborto" — realizado na Universidade de São Paulo, de 24 a 26 de setembro, por iniciativa do Departamento Feminino do Diretório Central dos Estudantes e mais 14 entidades feministas, sindicais e de bairros — são absolutamente claras na vinculação da questão a toda uma problemática política mais ampla: manter o aborto na ilegalidade é tirar do governo a responsabilidade de proteger o mercado de trabalho da gestante; é mascarar toda uma forma de opressão e exploração à qual a mulher trabalhadora está submetida; é negar o mais elementar direito à mulher de decidir sobre o seu corpo.

A ilegalidade e clandestinidade do aborto no Brasil disfarçam mal uma situação trágica. Conforme relatório da ONU, mais de três milhões de mulheres brasileiras abortam, anualmente, o que corresponde a 10% dos abortos praticados no mundo inteiro. Além disso, o número de mortes registradas no país devido a abortos mal feitos chega a 400 mil por ano.

Foram considerações como estas que levaram à realização do Fórum, cuja idéia surgiu durante o IIº Congresso da Mulher Paulista, em março deste ano. Um público de cerca de 200 pessoas compareceu às três noites de debates, distribuídas entre os temas "Aborto e contracepção", "Aborto e legalização" e "Direito ao aborto: formas de luta". Participaram, além das integrantes do Departamento Feminino do DCE e da Comissão Organizadora, o Dr. Reginaldo Coelho Lopes, do Sindicato dos Médicos, a jornalista Ireda Cardoso, da *Folha de S. Paulo*, Lélia Gonzales, do Movimento Negro Unificado, Marina, do Movimento Brasil Mulher, o psiquiatra João Batista Breda, deputado estadual do PT e representantes dos jornais *O Trabalho* e *Convergência Socialista*.

O Código Penal Brasileiro enquadra o aborto como crime, com sentenças que variam de um a 10 anos de prisão. Por outro lado, as clínicas que praticam o aborto clandestinamente, e que são hoje uma poderosa fonte de lucros, ficam impunes. Esta foi uma das denúncias do Fórum. Outra foi a da atuação da Benfam — entidade que afirma cuidar do "bem-estar da família" e que distribui pílulas anticoncepcionais indiscriminadamente, aplica DIUs (Dispositivo Intra-Uterino) de forma criminosa e pratica a esterilização da mulher sem o seu consentimento. Tudo isso em nome de um "planejamento familiar" imposto pelo governo, sem nenhuma discussão e consulta à sociedade.

Não se trata de incentivar a mulher a abortar: a argumentação de Marina procura deixar essa questão bem clara. "O aborto tem que ser um direito da mulher como retaguarda. Ninguém aborta por gosto. Aborta-se por questões econômicas, físicas, psicológicas ou mesmo pela falha dos anticoncepcionais".

No Fórum estiveram presentes também representantes da Pastoral Universitária de São Paulo, que distribuíram um manifesto com a posição da Igreja contrária ao aborto e sua legalização, mas reconheceram que "a maior parte das mulheres aborta por se sentir pressionada a isso pelo medo de perder o emprego, por falta de condições materiais, pela inexistência de creches, por ter muitos filhos já para criar, porque seus parceiros não querem ter mais responsabilidades, por temer o rótulo social de mãe solteira, ou ainda por ignorância de como usar a sexualidade e de como controlar a natalidade".

(Lizete Benetuze e Paulo de Jesus)

ECOLOGIA I

A distribuição geográfica do câncer

Que fatores ecológicos podem estar na origem de certos processos cancerosos, ou favorecer o seu desenvolvimento? Esta foi a principal questão debatida pelo segundo simpósio internacional que reuniu, em setembro, especialistas em geocancerologia em Besançon e Paris. Também o Terceiro Congresso da Academia Internacional de Patologia e o Quarto Congresso Mundial de Patologia do Meio Ambiente, ambos realizados em Paris em setembro, dedicaram uma boa parte de seus trabalhos ao mesmo assunto, baseados na quase certeza que se tem hoje de que, numa grande proporção, os cânceres humanos têm sua origem no meio ambiente e no modo de vida. São os cânceres profissionais que demonstram mais perfeitamente o papel patogênico de certas substâncias. Eles não representam, porém, mais do que uma pequena porcentagem

do conjunto dos casos e correspondem sempre a localizações particulares. Quanto ao resto, o epidemiologista está diante de um emaranhado de dados e hipóteses, levando em conta fatores geográficos, mas também sócio-culturais.

O Dr. Jacques Berlié, do Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica da França, por exemplo, apresentou os resultados de um estudo sobre a repartição geográfica do câncer pelo mundo. Embora nem todos os países estejam representados nessa pesquisa, é possível constatar disparidades importantes e significativas na aparição das localizações cancerosas segundo a área geográfica. É possível definir regiões particulares em que as lesões cancerosas preferenciais incidem sobre o estômago (Japão, Portugal, Islândia, Costa Rica e Chile), o esôfago e a cavidade bucal (vários

países, entre os quais a França), a área genital (América do Sul), os brônquios (Europa Ocidental), o seio, o colo intestinal e o reto (Estados Unidos, países escandinavos e Austrália).

Além dessa "especificidade da distribuição do câncer pelo mundo", um outro fato notável é o de "oposição" ou agrupamento de certas áreas de câncer no corpo. Assim, onde existe uma alta incidência de lesões malignas nos brônquios, há poucos casos de câncer no estômago. Já as regiões onde ocorrem muitos casos de câncer nos seios se superpõem em larga medida àquelas em que ocorrem lesões malignas no aparelho digestivo, "o que pode levar", explica o Dr. Berlié, "a uma reflexão etiológica sobre o papel jogado por certos hábitos alimentares ou pela qualidade de certos fatores nutricionais na gênese do câncer do seio". (*Le Monde*)

ECOLOGIA II

Os animais na trama da sobrevivência da terra

Além das razões de ordem afetiva, a ciência apresenta hoje outros motivos para a proteção dos animais. O primeiro é que o conjunto do mundo animal constitui um prodigioso patrimônio genético. Desde que a vida se manifestou na Terra, por uma seqüência de fenômenos ainda hipotéticos, ela se diversificou de modo incrível. Atualmente se contam perto de dois milhões de espécies animais, e sem dúvida, muitas restam para descobrir. Os insetos são cerca de um milhão e, se os vertebrados são menos numerosos, sua importância ultrapassa em larga medida a de vários outros seres vivos. No seu conjunto, esses animais representam um capital genético de uma diversidade fantástica. Cada um está adaptado a condições específicas. A constituição de seus genes e de seus componentes essenciais é uma resposta precisa às exigências do meio em que vivem.

Até o presente, tiramos um magro proveito de uma ínfima parte deles. Domesticamos alguns animais e aprimoramos sua raça por meio de cruzamentos, apelando às vezes para algumas espécies selvagens. No futuro, a biologia permitirá intervenções muito mais finas, precisamente a nível dos genes. Aliás, os animais constituem o objeto de uma série de observações e experiências apenas esboçadas até agora. No tempo de Claude Bernard, no



Os babuínos esclarecem sobre o homem

século passado, a fisiologia era antes de tudo a do cão; depois, com o aperfeiçoamento dos meios técnicos tornou-se a do rato e da cobaia. Ora, há muitos outros animais, que, embora submetidos às mesmas leis que o conjunto dos vertebrados, reagem de modo completamente diverso. Pássaros da Antártida revelaram al-

guns mecanismos de termorregulação até agora desconhecidos. O estudo dos babuínos e de outros primatas esclareceu certos comportamentos do homem.

Mas há mais. Longe de se agruparem ao acaso, os animais formam através do mundo comunidades bem equilibradas em número de espécies e número de indivíduos, em estreita relação com seu meio ambiente vegetal. Dentro de um conjunto, as diversas espécies estabelecem entre si vínculos perfeitamente definidos, baseados no consumo, que se iniciam pelas plantas verdes, passam pelos animais vegetarianos, até chegar aos carnívoros: Formam-se assim o que os biólogos denominam cadeias alimentares. Cada um se alimenta do que o antecede na cadeia, antes de ser comido pelo que o sucede. Vegetais, animais e seus dejetos, que são reciclados, constituem desse modo conjuntos coerentes, em estreita relação com o meio físico, o solo e as águas. O conjunto desses eco-sistemas marítimos e terrestres constitui um sistema único, a biosfera. Nessa perspectiva, o mundo animal adquire particular importância. Cada espécie é um dos atores de uma peça em cuja trama seu papel é determinado com precisão.

(Jean Dorst, diretor do Museu de História Natural da França, *Le Monde*)

Explicações químicas

Soviéticos buscam uma interpretação para os ciclos da vida

“Você ‘se levantou com o pé esquerdo’. Ainda ontem o sol brilhava suavemente ou chovia alegremente e você próprio estava cheio de alegria. Hoje, tudo lhe cai das mãos e até mesmo a compaixão dos amigos lhe provoca irritação... Simplesmente, você esta de mau humor sem qualquer razão óbvia. Porém, alguma razão deve haver”. Desse modo, o articulista soviético I. Knorre inicia, na revista *Tempos Novos*, de agosto, uma matéria sobre os bio-ritmos.

“Ninguém duvida hoje da existência de um ‘cronômetro’ biológico”, afirma Knorre. “Após milhares de experiências, os estudiosos chegaram à conclusão de que ele dirige todas as manifestações da vida, a começar pela fosforescência dos organismos unicelulares primitivos e a terminar na termo-regularização do organismo humano. Não é difícil compreender a influência dos ritmos ligados à rotação da Terra em torno de seu eixo ou a fatores sazonais — primavera, verão, outono e inverno — sobre nós próprios e toda a natureza. Todavia alguns fenômenos importantes obedecem a ritmos de muitos anos, enquanto outros dependem de ciclos que duram horas, minutos e até segundos”.

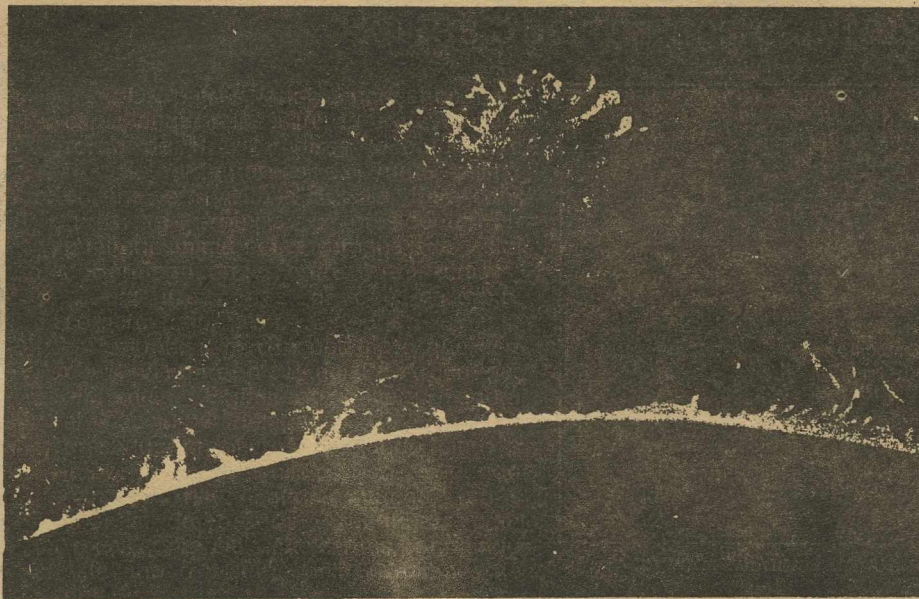
Um desses ciclos é o da semana, com o sétimo dia reservado para o descanso. Esse ritmo “bíblico”, ao contrário do que se possa supor, não decorre de elementos puramente culturais, mas está muito próximo do ritmo interno do organismo humano. “O primeiro a demonstrá-lo — diz Knorre — foi o endocrinologista dinamarquês Hamburger, que durante 17 anos definiu, todos os dias, a quantidade de transformação de hormônios esteróides — os mais importantes reguladores de muitos processos — no seu próprio organismo e descobriu que o seu nível varia a um ritmo semanal”.

Mais de 150 ciclos vitais

A adoção da semana como medida de tempo deve ter ocorrido pela primeira vez na Babilônia, o que leva o cientista soviético A. Tchijevski (citado por Knorre) a conjecturar que os antigos provavelmente nos superavam largamente na observação dos fenômenos da natureza e na habilidade de tirar conclusões lógicas, dada a precariedade dos meios de que dispunham. “Como se soube recentemente — informa o redator de *Tempos Novos* — a capacidade de trabalho dos operários da indústria muda sensivelmente de acordo com o ritmo semanal. Na segunda-feira, em geral, a produtividade do trabalho costuma ser mínima, aumentando da terça para a quinta e diminuindo de novo na sexta e no sábado. Um dinamismo análogo da capacidade de trabalho verifica-se também nos estudantes”.

A explicação desses fenômenos pela influência lunar — dado que a semana corresponde à quarta parte do tempo de rotação da Lua em torno da Terra, que compreende quatro fases (lua nova, lua crescente, lua cheia e lua minguante) — não satisfaz a Knorre, embora ele enfatize que todo ser vivo seja fortemente influenciado tanto pelos ciclos solares quanto pela atração lunar: “Os estudiosos franceses A. Liber e C. Cherine opinam que as ‘marés’ lunares podem provocar oscilações de humor, inclusive sérias perturbações de comportamento nas pessoas mal-equilibradas psicologicamente. Não só nas mulheres (cujo ciclo menstrual é também de 28 dias) como nos homens foram observadas alterações do ritmo de resistência física e da qualidade do sono durante o ciclo lunar. Mesmo os atletas alcançam melhores resultados e assimilam com maior facilidade as novas técnicas desportivas na fase da lua minguante”.

A idéia desenvolvida por Knorre, porém, é que os ritmos biológicos dos seres vivos não dependem diretamente (ou exclusivamente) de fatores como o campo magnético da Terra ou as perturbações cósmicas. Ele afirma: “embora os sistemas vivos costumem reagir dolorosamente às oscilações bruscas da pressão atmosférica, da tensão do campo magnético e da ionização, os seus



Os ciclos da atividade do sol exercem influência sobre os seres humanos, provocando epidemias de gripe, variações no número de glóbulos brancos no sangue, enfartes do miocárdio e perturbações cardiovasculares.

cronômetros congênitos — bio-ritmos criados ao longo da evolução, que determinam os ciclos internos — protegem-nos seguramente contra quaisquer desequilíbrios”.

“O organismo humano obedece a mais de 150 processos fisiológicos e bioquímicos rítmicos”, diz Knorre. “Algumas doenças, bem como a influência de substâncias químicas, tóxicas e medicinais podem alterar e até fazer desaparecer esses ritmos. Após muitas experiências, soube-se, por exemplo, que o organismo de animais resiste de diversas maneiras a doses letais de certas substâncias. O grau de resistência depende do momento em que esta ou aquela substância é introduzida no organismo. Foi estabelecido, por exemplo, que as mesmas doses de toxinas produzidas por diversas bactérias e vírus, de hormônios adrenalina e insulina, de alguns medicamentos, de álcool etílico, a falta de oxigênio e a radiação ionizante podem ser inofensivas para o organismo num momento e noutro provocar a morte”. Por isso, o uso correto dos medicamento exige que se conheça o seu efeito, hora a hora. O mesmo vale para a digestão, cujas glândulas obedecem a um ritmo rigoroso. “O seu máximo decai a partir do meio do período de vigília. Por isso, os fisiologistas recomendam que de 50 a 60% da ração diária seja comida antes das 16 horas”.

Para Knorre, uma via para decifrar o mecanismo do cronômetro biológico pode ser o sistema de reações químicas fornecedoras de energia, ligadas a diversos ciclos de transformação de substâncias que ocorrem a nível das células. Muitas dessas reações são reversíveis, como a da transformação dos glicógenos em ácidos, em que há liberação de energia, seguida do processo inverso, em que é consumida energia. Enquanto a concentração de uma substância não for máxima, a reação inversa não se realiza, surgindo então um regime de oscilação que pode estar na base dos processos rítmicos que ocorrem no organismo.

O cronômetro biológico, que funciona em todos os seres vivos, ajuda a sincronizar o seu ritmo, em primeiro lugar, com a atividade do sol. “Existem vários ciclos de atividade solar”, informa o articulista soviético. “O primeiro dura 27 dias (o período de rotação do Sol em torno do seu eixo). Há também ciclos de cinco a seis anos, de 11, de 22 e de 100 anos... Já sabemos que a alternância dos ciclos solares é acompanhada por epidemias de gripe. Mas há um fato aparentemente mais estranho: o número de pilotos afastados dos vôos pelos médicos cresce verticalmente poucos dias antes das perturbações provocadas pelo Sol no campo magnético da Terra”.

Uma das explicações é que a influência do Sol costuma mudar de estado as complexas soluções moleculares coloidais. “Ora” — argumenta Knorre — “os líquidos biológicos no organismo humano são as mesmas soluções coloidais, porém, ainda mais complexas. O sangue, por exemplo, reage com grande sensibilidade às mudanças da atividade solar... Verificou-se que o número de leucócitos (glóbulos brancos) num milímetro cúbico de sangue diminui (de 10 a 14 mil, num extremo, para apenas três a quatro mil, no outro) com a intensificação da atividade solar... Nos dias de máxima influência solar sobre o campo magnético tornam-se mais frequentes os enfartes do miocárdio e as perturbações cardiovasculares”.

Menos altura no fim do dia

Também o ritmo diário (determinado pela rotação da Terra em torno de seu eixo e, portanto, ligado à exposição direta ou não à ação do Sol) tem uma influência decisiva na vida humana. Ao longo do dia, informa o redator de *Tempos Novos*, “a temperatura do corpo humano varia entre o mínimo e um máximo, mudam também a velocidade de circulação do sangue, a sua pressão, a resistência elétrica da pele, a elasticidade dos músculos e até mesmo a altura (o homem se torna um pouco menor no fim do dia)... De manhã a precisão dos movimentos é menor do que de tarde. Nos atletas, a maior excitação nervosa e a capacidade de reter a respiração verificam-se entre as 11 e 12 horas do dia e às 16 e 18 horas da tarde... As violações do ritmo diário provocam quedas provisórias das capacidades mentais e físicas. Sentimos um certo desconforto depois de atravessar vários fusos horários ou até mesmo quando levantamos duas a três horas mais cedo do que habitualmente”.

Knorre não chega a negar a existência dos três ciclos (respectivamente de 23, 28 e 33 dias) que a vida de cada ser humano cumpriria desde o dia de seu nascimento, e que determinariam nossos “dias bons” e “maus”. Como se sabe, esses três ciclos têm sido utilizados no Ocidente de modo semelhante aos horóscopos. O que Knorre procura mostrar, reconhecendo que a cronobiologia (a ciência que investiga o assunto) ainda está dando seus primeiros passos, é que os processos bio-rítmicos do homem, que condicionam seus dias bons e maus, são múltiplos e complexos demais para que possam ser resumidos nessa tríade de ciclos.

As crianças mortas pela radiação

Um exame das variações mensais da mortalidade infantil na Pensilvânia e nas áreas limítrofes do Estado de Nova Iorque levaram a *US Monthly Vital Statistics* a relatórios indicando que a taxa de mortalidade infantil subiu rapidamente após o acidente de Three Mile Island, nas zonas que foram varridas pela nuvem de gases radioativos que escapou da central nuclear.

O número de crianças mortas por mês saltou de um mínimo de 141 em março de 1979, precisamente antes do acidente, para um pico de 271 em julho, caindo em agosto para 119. Esta subida de 92% não tem precedentes, tanto mais que se verificou durante os meses de verão, quando geralmente é baixa a mortalidade infantil. Nos quatro meses seguintes ao acidente, houve 242 mortes além das previsíveis no Estado da Pensilvânia e um total de 430 a mais em todo o nordeste dos Estados Unidos.

A hipótese de que esta anormal subida tenha a ver com o acidente é fortemente fundamentada em várias evidências científicas. Em primeiro lugar, uma grande quantidade do radioativo iodine-131 foi libertada da central, juntamente com os gases radioativos, cuja maior parte escapou durante os primeiros dois dias antes da ordem de evacuação das mulheres grávidas e crianças.

Em segundo lugar, o picó na mortalidade infantil foi atingido três a quatro meses depois do acidente. Isso corresponde precisamente ao período necessário para nascerem as crianças cujas tiróides estavam particularmente sensíveis às radiações de iodine na altura do acidente, o que explica o grande número de recém-nascidos imaturos e com deficiência de peso que morreram de distúrbios respiratórios, como é indicado nos relatórios hospitalares.

Em terceiro lugar, as taxas mais elevadas ocorreram precisamente nas áreas próximas da central decrescendo com a distância na linha de propagação da nuvem radioativa, enquanto se verificava mesmo um decréscimo da mortalidade nos Estados ao Sul e a Oeste, não atingidos por essa nuvem.

Em quarto lugar, enquanto na Pensilvânia a taxa de mortalidade subia de 10,4 por mil para 18,5 em julho, no conjunto dos Estados Unidos a taxa baixava de 14,1 para 12,5. Ou seja, a Pensilvânia pulou de uma das mais baixas taxas de mortalidade infantil nos EUA para a mais alta de todos os Estados a leste do Mississipi.

Outra evidência em apoio desta tese é que, já anteriormente, nas décadas de 50 e 60, as taxas de mortalidade infantil haviam atingido níveis semelhantes em regiões onde o iodine-131 havia atingido níveis também semelhantes, devido ao escape de produtos radioativos de centrais em funcionamento normal. As implicações no campo da saúde (câncer e outras doenças) não são ainda conhecidas. (Voz do Povo, de Portugal)

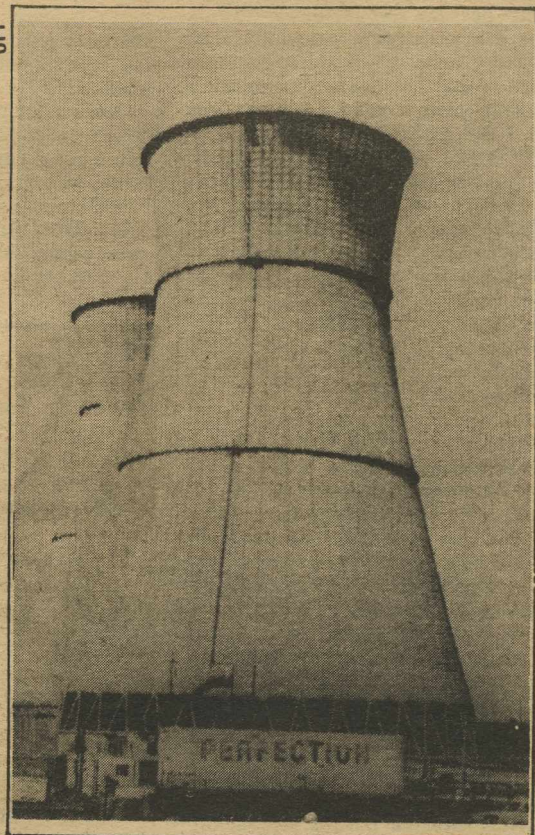


Imagem que ficou o símbolo do perigo nuclear

UM FALSO CAVALO DE BATALHA

Cineastas independentes discutem seus caminhos em Salvador

O Cinema Brasileiro está em debate demonstrando sua vida e importância. A Embrafilme (Empresa Brasileira de Filmes) tem tido que se defender sucessivamente dos interesses da exibição ligada ao filme estrangeiro, assim como seu orçamento não figura no orçamento da União para 1981. Como se isto não bastasse, o presidente da República manifesta-se contra "excessos" pornográficos no cinema lamentando que a Embrafilme estivesse "financiando essas coisas". Este velho coro contra a pornochanchada só nos vem afastar do enfoque daquilo que é novo e vital no Cinema Brasileiro. A pornochanchada tem sido falsamente o "cavalo de batalha" das autoridades contra o Cinema Brasileiro. Na verdade, a Embrafilme como pequena empresa tem tido dificuldades na orientação de seus investimentos, sendo apontada pelos cineastas como concentracionista num momento em que a produção nacional de cinema propõe-se bastante ampla e diversificada em gêneros, bitolas e estilos de produção.

Outras questões se colocam: para quem produzimos e o que produzimos; não é possível um cinema independente no Brasil?

A denúncia que os cineastas e entidades de cinema fizeram pelos jornais contra o que consideram "um verdadeiro complô contra a Embrafilme", num momento em que o cinema luta para ocupar seu mercado interno e expande-se internacionalmente ocorreu durante a IX Jornada Brasileira de Curta-Metragem em Salvador.

Até que ponto é possível abolirmos a IX Jornada e a renovação orgânica que ela significa?

A dialética Embrafilme/Cinema independente não pode afirmar-se

como o verdadeiro pólo da discussão. A eterna luta pela sobrevivência nos impede uma revisão em profundidade da situação do produtor independente do mercado alternativo e televisão e nos afasta da discussão de "um modelo de reconstrução cultural-econômico". Fomos impedidos de proclamar a importância do encontro de Salvador onde se constatou a existência de novos grupos e de formas de cinema independente, assim como suas formas de convivência com o Estado.

A verdadeira questão era: por onde é que o Estado pode entrar? Mas hoje a necessidade natural de afirmar a Embrafilme como uma conquista do cinema brasileiro a partir do Cinema Novo está em oposição à questão do cinema independente que se coloca em oposição às estruturas do mercado compulsório, por excelência área de atuação da Embrafilme.

Afastados de novo mais uma vez não percebemos que o cinema brasileiro reunido em Salvador, Bahia (de 8 a 15 de setembro) na Jornada Brasileira de Curta-Metragem detonou um encontro de culturas: um encontro cinematográfico afro-latino-americano de importância fundamental.

A verdade é que num momento em que os cineastas do Brasil, como de todo o continente americano e africano se sentem isolados, surge uma novíssima geração de realizadores, com uma massa enorme de filmes, num encontro no Brasil, falando de seu enfrentamento com o fazer cinema e suas realidades nacionais.

A grande importância da cinematografia brasileira hoje e o seu vigor de sobrevivência diante das cinematografias deste continente que estão ao ponto de anular-se. O

filme curta, mais econômico, de pesquisa de linguagem, de necessidade de definição do que é documental no cinema, parou para exibir-se e auto-refletir no desvario de muitas concepções sobre cultura.

A idéia da IX Jornada não só de analisar o conteúdo da produção nacional mas de trazer outros países foi extraordinária. E preciso destacar o simpósio dos documentaristas com uma busca de unidade na divergência ideológica, discutindo produção, distribuição, exibição, legislação, mercados alternativos, mercado compulsório e televisão. A questão central portanto era: onde o Estado pode entrar? E nesse ponto a Embrafilme se revelou em defesa da cultura brasileira. No simpósio sobre a produção, a Embrafilme revelou que está com um projeto de criação de espaços culturais cinematográficos, com circuito de exibição fora do comercial. A possibilidade de produção, em Estados do Nordeste, pode-se viabilizar na medida em que se efetivem estes circuitos. Mas em Salvador, de repente, o encontro das pessoas e dos filmes, além das dificuldades, trouxe 'Póstuma (Cretan)', de Ronaldo Duque, sobre o repúdio à morte de um líder indígena em Manguairinha, Paraná, no momento em que outros líderes indígenas estão ameaçados; "Parto de Cócoras" de Cláudio Paciornik, onde os índios do Brasil reensinam aos europeus a melhor maneira de nascer; "Afundação do Brasil", de MÔ Toledo, prêmio de animação; "Fênix", de Sílvia Da-Rin; "Na Bahia ninguém fica de pé", coletivo; "CPI do Índio", de Hermano Penna; "O sonho não acabou", de Cláudio Kahns; "Por que a Eritreia?", de Candido Fernandez e Mohamed Charbagi e muitos outros grandes filmes.



Foi evidente a premiação do documentário "Em nome da razão", de Helvécio Ratton (MG), pela sua temática, um filme sobre um hospício em Barbacena, onde em nome da razão do poder dominante e do arbítrio dessa consciência, se lobotomiza e se provocam cicatrizes no cérebro.

A liberdade de nosso país está também na liberdade de nossa arte, e na liberdade de sua circulação e exibição. Essa liberdade, em última análise, estará garantindo a liberdade de expressão do homem brasileiro ansiosamente desejada pelo nosso cinema. E preciso garantir novos espaços cinematográficos no Brasil como também o fortalecimento de nossos espaços para nós do Brasil, África e América Latina, pelas relações entre nossas culturas. Raquel Gerber, da ABD - Associação Brasileira de Documentaristas Capital, SP

ATO PÚBLICO

Os trabalhadores rurais atingidos pela Barragem de Itaparica, representados pelos sindicatos da área, Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados de Pernambuco e Bahia, e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), promoverão no próximo dia 19 de outubro de 1980 a 4ª Concentração dos Trabalhadores Rurais. Os lavradores exigirão neste ato público a garantia do reassentamento de todas as famílias atingidas na margem do lago, conforme o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30/11/1964.

O encontro será realizado na sede do Sindicato de Itacuruba (Pernambuco), e terá início às 14h00.

José Alves da Silva Filho, Manuel José Souza e Vicente da Costa Coelho Itacuruba, PE.

TERRORISMO

PROTESTO

Os abaixo-assinados protestam contra a onda de violência desencadeada no Brasil recentemente, contra os movimentos populares, jornais progressistas e organizações democráticas.

Pedimos o esclarecimento e a punição dos responsáveis por tais atentados e nos solidarizamos com os grupos e pessoas afetadas.

A impunidade desses atentados contradiz a abertura política brasileira.

União de Jornalistas Democráticos (UDP); Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap); Grupo Parlamentar de Coalizão de Esquerda, Partido Comunista Mexicano (PCM); Partido Socialista Revolucionário (PSR); Movimento Ação Unitária Socialista (MAUS); Partido do Povo Mexicano (PPM); Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); Revista Punto Crítico; e Movimento de Libertação das Mulheres. México, DF

PSIQUIATRIA

"NÃO INTERNEM OS DOENTES"

É importante para mim que mais pessoas saibam desse drama que é a assistência psiquiátrica no Brasil e acho que é até importante para outras pessoas que porventura passem pelo mesmo problema que eu e que, se tiverem algum recurso financeiro, talvez não recorram à internação como último salvamento.

Eu fui a terceira pessoa da minha família a apresentar o tipo parecido de doença. Estávamos chegando da roça, e de repente tudo começou... Lembro-me bem do dia, 26 de janeiro de 1979.

Quem me conhecia um pouco não me reconheceria. Disse tantas coisas guardadas tantos anos; foi uma verdadeira explosão, saíram faíscas, que devem ter queimado muita gente. E minha família, nessas alturas? Em puro desespero, procurou médicos, e lembro-me de um — Dr. Réder, gostei dele apesar de ter sido tão rápido o contato. Depois disso, vários médicos foram procurados, e indicaram o pior: a internação, a prisão, para quem queria exatamente o oposto, a liberdade, o sair do sufoco.

Pois bem, fui internada. Amanheci num lugar que não conhecia, onde todo mundo tinha uma etiqueta na camisa: "Clínica Santa Mônica Ltda".

Não entendia porque estava ali; e ninguém me explicava. Mil coisas

passaram-se desordenadamente nesta cabeça. Eu queria sair, não entendia porque minha família não me levava junto quando ia me visitar.

Depois fui para uma reunião onde um velho dizia que não tinha sentido o que eu dizia ou escrevia. Mais tarde, vim a saber que esse velho é considerado um dos cinco mais da psiquiatria brasileira. Só pergunto uma coisa: cinco mais o quê?, se ele nem sequer procurava entender o



significado do que eu dizia. Em seguida, veio o rótulo, que não é de Coca-Cola, apesar de ser marca registrada: esquizofrenia.

E junto com o rótulo, vem o tratamento (???) tradicional: remédios para ficar quietinha, mil injeções, e o terrível choque elétrico com o conselho médico (não riem...): "com este tratamento, você sairá daqui ótima, o mais rápido possível".

Mas esse "conselho" não foi aceito pela família, e nessas alturas eu já estava sem voz e já há muito tempo sem voto.

Saí da clínica e voltei para o lugar onde morava. Ali, um dia um jovem não vestido de branco veio conversar comigo (era e ainda é o meu médico). Depois, apareceu uma jovem que, sem maiores explicações, entrou na minha vida. Em seguida, vieram mais quatro que, mais tarde, me explicaram serem auxiliares psiquiátricos e que vieram para ajudar a me relacionar de novo numa boa com as pessoas.

Quando esse acompanhamento com esses jovens acabou, fiquei só com meu médico e os seis primeiros meses foram terríveis, não conseguia estudar (meu Deus, será que ficaria inútil! — esse era o meu grande medo), mal conseguia falar com as pessoas, andava de maneira estranha.

Mas quanto carinho, quanta paciência, e quanta labuta minha e desse meu médico e mais meus amigos e familiares para sair dessa situação! Mas valeu a pena. A psicoterapia (uma espécie de bate-papo com o médico) completada pelos remédios e mais minha relação com o mundo fora do consultório me deram um novo ânimo, e nos seis meses seguintes consegui sair daquela situação, sem choque elétrico, sem internação, simplesmente com uma técnica diferente, feita por um técnico que sabe usar sua ferramenta, com jeito, com amor. É pena que tanta gente no Brasil não tenha a oportunidade de ter o tratamento que tive, posterior ao da Clínica. Mas uma recomendação às famílias que tiverem algum recurso financeiro e por acaso tiverem algum doente mental: não internem os doentes. As instituições psiquiátricas são um espelho vivo do regime político sob o qual a gente vive. Que a população em geral e os profissionais de saúde mental em particular desenvolvam uma campanha pela humanização das instituições psiquiátricas brasileiras. Quem tiver alguma dúvida sobre o que estou escrevendo, faça uma visitinha à Casa de Saúde Dr. Eiras, em Botafogo, no setor do INAMPS. Amélia do Rosário Barbosa Rio de Janeiro, RJ

AS LIMITAÇÕES DE UMA ELEIÇÃO "DEMOCRÁTICA"

"Mistificação" na eleição da reitora

Diversos órgãos da imprensa dedicaram um espaço relativamente generoso às últimas eleições para a reitoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), não poupando elogios ao "momento inédito e democrático" vivido por esta universidade.

Entretanto, o fato de que mesmo um jornal como Movimento tenha feito coro, de um modo laudatório e acrítico, à cobertura de certos órgãos "liberais", como por exemplo a Folha de S. Paulo, representa um risco de confundir os setores populares e engajados pela democracia no Brasil hoje.

Em primeiro lugar, questionamos o caráter democrático da proposta original, de autoria do Grão-Chanceler, Cardeal D. Paulo Evaristo Arns. Segundo ele, os diferentes setores da universidade — Associação dos Professores da PUC (Apropuc), Associação dos Funcionários da PUC (Afapuc), Diretório Central dos Estudantes (DCE) deveriam propor uma lista tríplice, sugerindo nomes para o cargo de reitor. Outra lista tríplice seria montada pelo Conselho Universitário. Em seguida, estas duas listas seriam entregues ao Cardeal que, ele sim, escolheria o reitor.

Após discutir a proposta original, o Conselho Comunitário se posicionou pelas eleições diretas, no que foi seguido pela Apropuc, DCE e Afapuc. É inegável que esta tentativa de democratizar o sistema eleitoral foi um dos aspectos positivos do processo. Porém isto não deve obscurecer o fato de que, já nesta fase, duas limitações patentes se manifestaram. Uma é decorrência direta da própria estrutura autoritária da universidade: numa "comunidade" de cerca de 25 mil membros, apenas 168 indivíduos (os "reitoráveis") eram elegíveis. A outra limitação foi o sistema de votos ponderados (estudantes 1 voto; professores 12 votos e funcionários 17 votos) e caberia discutir até que ponto ela não configurou uma incorporação, pela própria "comunidade" da estrutura autoritária que vimos de nos referir.

A nosso ver, o fato de que funcionários, estudantes e professores tenham depositado seus votos nas urnas não é suficiente para qualificarmos o processo de democrático. Eleição democrática pressupõe (além do direito de todos os votantes serem votados e da equitatividade dos votos) que os candidatos apresentem programas e se comprometam com eles num processo de ampla discussão com os eleitores.



Não foi o que ocorreu e isso se justificou pelas circunstâncias em que se realizaram as eleições: prazo de campanha exíguo, e risco de a "direita" ocupar a reitoria. Frente a eles, não tínhamos, de fato, escolha a não ser descarregar os votos na eleição da Profª Nadir.

A proposta de um novo sistema eleitoral (inclusive do prazo das eleições) expressou uma iniciativa política que nos pegou desprevenidos. Vimos, assim, objetivamente, impelidos a uma posição defensiva que nos impediu de aprofundar o processo de democratização. E, frente à "exiguidade do prazo" e à necessidade de "jogar tudo" contra a direita, os principais (não os únicos) excluídos da participação ativa neste "exercício de democracia" foram os que menos condições (ou interesse) tiveram de se mobilizar em tempo hábil e por seus próprios meios: a grande massa dos estudantes e dos funcionários.

O resultado não deixou de ser o tempero da posição defensiva com um discurso que insistia no avanço. Com isso, não deixamos de incorrer numa certa mistificação: apresentamos como diretas e democráticas eleições que não eram uma coisa nem outra; tomamos uma brecha que possibilitava o avanço como se fosse um avanço real; associou-se a gestão atual à defesa de certas condições de pesquisa (o que é correto) mas silenciou-se quanto ao fato de que as condições de pesquisa na PUC/SP são precárias e que, aliás, o Conselho de Ensino e Pesquisa sequer está aceitando projetos de pesquisa; vinculou-se o nome da reitoria à defesa das condições de trabalho mas não se disse ao menos que o contrato de trabalho vigente ignora o tempo que o professor necessita para estudar. E, sobretudo, nos mobilizamos eleitoralmente para legitimar em outros termos, dando-lhes uma aula de "democracia", a mesma direção e a mesma política já definida no processo de escolha anterior,

no contexto de uma estrutura autoritária que aliás permanece.

Tal estrutura, diga-se de passagem, abriu espaço para que, no momento realmente decisivo do processo eleitoral, o Conselho Universitário, ao elaborar sua lista de candidatos, ignorasse solenemente o resultado das eleições "diretas". Esta decisão, além de evidenciar a escassa representatividade do Conselho Universitário, indica os limites do comprometimento dos altos órgãos da direção da PUC/SP com a participação, mesmo restrita, dos amplos setores da universidade e revela um dos pontos sensíveis do mito de uma "comunidade" que se estrutura em moldes burocráticos e empresariais.

A discussão dessa estrutura que muitas vezes passa pelo que não é, associada à análise concreta do dia-a-dia da grande massa dos estudantes, professores e funcionários, é indispensável para que a "comunidade" retome e desenvolva a experiência de "eleições diretas", imprimindo-lhe um conteúdo mais democrático e menos mistificador. Caso contrário, estaremos reproduzindo uma prática democrática irreal, contribuindo para a abertura de mais um espaço de "democracia relativa"

Assim, a crítica desse plebiscito é necessária para que se evite que ele seja confundido com a prática da democracia ou que ele se cristalize como a democracia "possível" dentro da PUC/SP. Para isso, é preciso que, mesmo concordando que, diante das circunstâncias, tínhamos de participar dele, não nos limitemos seja a simplesmente negá-lo em bloco seja numa visão unilateral de catalogar de "avanço" o modo como o fizemos. Estaremos avançando, sim, se estivermos avaliando todos os seus aspectos, positivos ou não, numa discussão ampla.

Leda M.O. Rodrigues e Lúcio Flávio Almeida, professores da PUC/SP Capital, SP

"SÓ SABEMOS PLANTAR"

Nós, moradores de Engenho Novo, Santa Cruz e Pirajuí, no município de Igarassu, a maioria de nós nascidos e criados nestas fazendas, sempre tiramos da terra o nosso sustento e de nossos filhos, sem sofrer ameaça e o perigo de perder nosso único meio de sobrevivência.

Em 1962 nós de Pirajuí e Santa Cruz e dez anos depois nós de Engenho Novo, começamos a ser ameaçados de perder nossas terras, vindo assim a acabar com a paz e o sossego de 139 famílias.

Essas agressões praticadas pelos patrões, acompanhados por seus capangas e auxiliados pela polícia, começaram com a proibição da gente plantar. Derrubando com tratores nossas casas, ficando nossos filhos ao relento e na casa de outros companheiros. Desfrutando os nossos coqueiros, que plantamos com o nosso suor. Destruindo nossas lavouras, onde em alguns casos os patrões usavam o pretexto de abrir estradas. Também botaram abaixo forno de casa de farinha e depósito de guardar ferramentas de trabalho, chegando a disparar tiros nas mangueiras e em animais domésticos. Numa das agressões os proprietários com seus capangas e ajudados pela polícia, chegaram alegando que vinham com ordens do delegado local, do prefeito da época, do ex-deputado Enio Guerra e do Juiz sr. Armando de Barros Figueiredo, e começaram a ameaçar as crianças, dizendo que se elas não corressem logo atiravam na boca e nos olhos.

Por isso achamos que para voltar a paz e o sossego nosso e de nossos filhos exigimos do INCRA a imediata desapropriação das Fazendas Engenho Novo, Pirajuí e Santa Cruz, no município de Igarassu, de acordo com a Lei 4.504 (Estatuto da Terra), ficando a terra para quem nela trabalha.

Nós, moradores de Engenho Novo e Caiana do Município de Paulista — em 1974 mais de 3.000 famílias moravam a mais de 30 anos em Aldeia — fomos expulsos pelo Exército para que este treinasse suas tropas. Com a nossa luta conseguimos a desapropriação dos Engenhos Novo e Caiana, onde das 3.000 famílias foram assentadas apenas 213 famílias. Mas esta desapropriação não está sendo suficiente para conseguir o sustento de nossos filhos, pois está ocasionando cansaço da terra.

Por isso exigimos do INCRA o aumento de nossas parcelas. Nós moradores da fazenda Mulata, que vivíamos do cultivo da terra, produzindo para nós e para o mercado, fomos expulsos de nossas posses, por causa da venda da fazenda a um outro proprietário que não quis mais que a gente continuasse morando e cultivando os nossos sítios.

E com isso os prejuízos para nós moradores foram incalculáveis.

Somos 108 famílias despejadas, sem que os patrões e as autoridades competentes tivessem tomado nenhuma providência de acordo com os direitos que a lei assegura de permanência na terra ou a justa indenização de nossas lavouras e benfeitorias.

Nós que somos agricultores só sabemos viver da terra, estamos nas pontas das ruas sem ter onde plantar; passando fome, pois não se tem onde trabalhar; morando em barracos alugados; nossos filhos sem poder estudar. E enquanto isto, sabemos que a terra, que antes a gente ocupava e cultivava, hoje se encontra coberta de mato.

Por isso exigimos do INCRA terra para trabalhar, sendo que de preferência queremos a desapropriação da fazenda Mulata.

Moradores de Engenho Novo, Santa Cruz, Pirajuí, Mulata e Engenho Novo e Caiana do Município de Paulista. Igarassu, PE

MOVIMENTO SÓ SE APÓIA NOS LEITORES: FAÇA UMA ASSINATURA.



Defenda seu direito à informação livre. Venda uma assinatura a seus amigos. Se você quiser apoiar Movimento (venda de jornais ou ações), ligue para 210-6622 ou 210-6744 em São Paulo.

Atentado contra banca de jornal em Belo Horizonte

Desejo adquirir uma assinatura de Movimento

ANUAL — Cr\$ 2.100,00

BIANUAL Cr\$ 3.500,00

Nome _____

Profissão _____

Idade _____

Endereço _____

Cidade _____

Estado _____

CEP _____

Estou enviando o cheque nº _____, em nome de Edição S/A, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Se seu pedido for feito na Europa, o pagamento deve ser enviado para a Conta Postal CCP 1202254 D - M. Villashi, Paris, France. Preço da Assinatura no Exterior: ANUAL: US\$ 100 — BIANUAL: US\$ 200.

Mulheres do Araguaia.

Um encontro de coragem

Em Conceição do Araguaia mulheres de posseiros discutem sua luta

Miguel Chikaoka

Companheiro Santo
você está presente
no coração do povo
na voz de nossa gente.
Companheiro Gringo
você está presente
no coração do povo
na voz de nossa gente.
Santo, a luta vai continuar
por seus filhos, vai continuar
Gringo, a luta vai continuar
por seus filhos, vai continuar

O canto marcou, sempre emocionado, a I Assembléia de Mulheres de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia, realizada em Conceição, nos últimos dias 14, 15 e 16 de setembro. Entre as 58 participantes, estavam presentes as viúvas do operário Santo Dias da Silva (assassinado pela polícia durante a greve dos metalúrgicos de São Paulo) e do líder camponês Raimundo Ferreira Lima, o "Gringo" (morto em maio último por pistoleiros a mando dos grileiros); Ana Maria do Carmo Silva e Oneide Costa Lima.

O encontro girou em torno de três temas: 1) levar a mulher a descobrir seu valor e seu papel na sociedade; 2) despertar para a necessidade das mulheres participarem juntamente com os homens na luta pela transformação da sociedade; e 3) troca de experiências a nível regional e nacional.

Entre as decisões finais, a mais importante foi a de lutar para conseguir maior união das mulheres da região pela vitória da Chapa 2 (Oposição Sindical), nas próximas eleições para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia.

As mulheres também enviaram duas cartas para São Paulo: uma ao advogado José Carlos Dias, da Comissão de Justiça e Paz, dando-lhe apoio e pedindo urgência no encaminhamento do processo do assassinato do operário Santo Dias; outra ao juiz da 1ª Auditoria Militar, solicitando justiça em face do processo, para que fatos como esses não voltem mais a se repetir.

Durante o encontro das mulheres do Araguaia Ana e Oneide falam a Movimento, relatando suas impressões a respeito da organização das mulheres trabalhadoras, tanto na cidade como no campo.

Oneide Lima: Estou achando este encontro muito importante porque a gente não viu só a luta do pessoal da roça, mas também a luta dos operários. Porque aqui a gente luta pela terra, saúde, escola, estrada. Lá na cidade é



quase a mesma coisa, a luta pelo salário, pelo custo de vida, isso tudo.

Ana Silva: A gente também está aprendendo muito aqui, com as mulheres da roça, porque nós que estamos lá na cidade já fomos também da roça. A gente foi pra cidade porque a situação da roça apertou muito. Por isso a importância de o pessoal querer continuar na terra, porque não adianta mudar daqui pra lá se a situação é a mesma. Porque quem está fazendo essa situação do povo sofrer são as mesmas pessoas.

Oneide: As maiores dificuldades são de organização, porque muitas mulheres ainda não são conscientizadas. Sofrem, mas ainda têm aquele medo de falar. O medo dos

opressores, porque diz que a mulher que está se organizando é negócio de subversão. E muitas vezes é também o marido que não deixa a mulher participar, porque ele diz que as mulheres estão se organizando pra ir contra os maridos.

Ana: E na verdade eu acho que a dificuldade maior é que nunca se faz nada para ajudar o pessoal, as mulheres. Agora, com a participação da Igreja, a gente percebe uma preocupação com o pessoal pobre, porque o pobre tá sofrendo muito. Ele tá sofrendo na roça como na cidade e o único lugar que a gente conseguiu apoio foi nesta libertação que a Igreja está dizendo aí e tá apoiando. Eu acho que o mais difícil é tirar a mulher de dentro de casa. Agora, depois que ela

Ana Silva, viúva de Santo Dias, esteve presente ao lado de Oneide, mulher de "Gringo" também assassinado.

tá sabendo que ela também é importante nessa luta, aí não tem meios de segurar não. E difícil... os maridos não deixam, a televisão não deixa, a novela não deixa, tem muita coisa que atrapalha a nossa luta na cidade. E também o medo, a repressão, e a gente que está nesse trabalho já está sentindo na pele, como eu e a Oneide, que perdemos o marido porque estava na luta.

Oneide: Mas é preciso estar na luta, porque é a necessidade que obriga a gente a lutar com o marido. Porque enquanto o marido está lá na roça trabalhando, a gente cuida aqui das crianças e tudo, e falta dinheiro, falta isso, aquilo. Então a gente viu que a participação da mulher é muito importante, em ajudar o marido no caminho da libertação, ajudar pedindo escola para as comunidades, posto de saúde, isso tudo.

Ana: No começo, quando a gente começa a participar a gente não sabe direito o que está fazendo, não. A gente só sabe que está começando a se reunir, se unir, a gente começa a ver os problemas. Que sofria os maridos, mas que a gente sofria muito mais. Porque a gente tinha que dividir os salários, ver o problema das mulheres, da escola, de médico, porque é gente muito pobre e então nessa situação a mulher

sofre mais. E o homem é muito acomodado. Quando a mulher começa a participar, ela começa a ver que também tem direito de brigar, tem direito de ir, como a gente viu aí na Assembléia, de ir até o governador em Belém, brigar com ele, exigir que ele dê uma resposta. Isso é ajudar os maridos na luta.

Oneide: As mulheres não podem desanimar de jeito nenhum da luta junto com os maridos, porque só os dois juntos, todos juntos é que pode fazer alguma coisa, pode um dia libertar dessa opressão.

Ana: E verdade, as mulheres que estão na luta não podem desanimar não, porque a luta é difícil mesmo, mas unidas a gente vai longe. A gente consegue muitas coisas, tanto aqui na roça como o pessoal lá na cidade. Eu acho que só mesmo a união dos homens e das mulheres também é que vai conseguir derrubar essa situação de opressão e de massacre que vive tanto o operário como o povo do campo.

Eu acho que a ambição desse pessoal do campo é a terra pra ficar ali, sobrevivendo, progredindo. Eles estão querendo é o direito de sobreviver, o que não estão tendo no momento. No momento nem os operários nem o pessoal da roça está tendo o direito nem de viver, nem de falar. Por isso é importante essas reuniões de mulheres, as reuniões de todos.